



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro

Clara da Silva Camatta

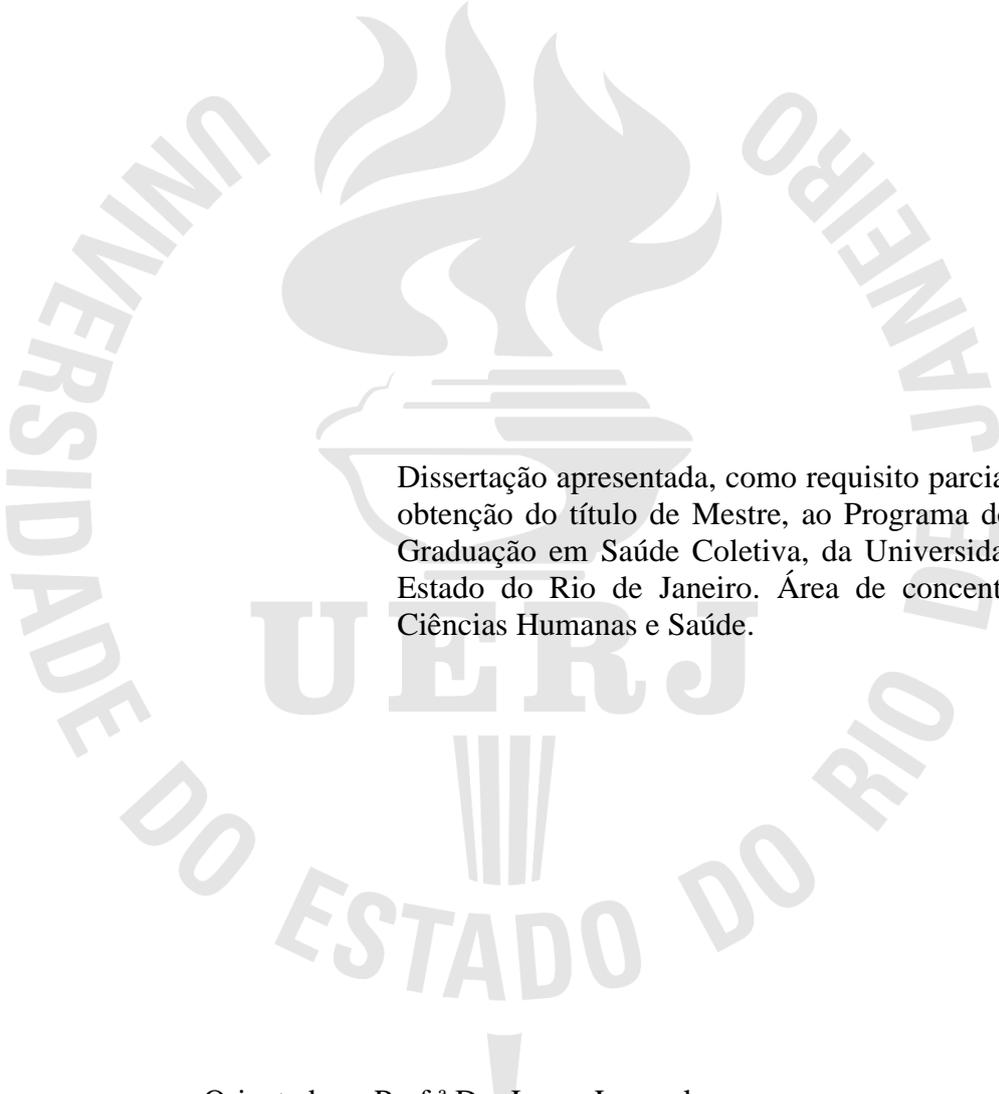
Focar aqui dentro, (não) esquecer lá fora: afetos e formas de habitar o cotidiano em uma unidade socioeducativa de internação no Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2022

Clara da Silva Camatta

***Focar aqui dentro, (não) esquecer lá fora: afetos e formas de habitar o cotidiano em
uma unidade socioeducativa de internação no Rio de Janeiro***



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dra. Laura Lowenkron

Coorientador: Prof. Dr. Fábio Mallart

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

C173 Camatta, Clara da Silva.

Focar aqui dentro, (não) esquecer lá fora: afetos e formas de habitar o cotidiano em uma unidade socioeducativa de internação no Rio de Janeiro / Clara da Silva Camatta. – 2022.

128 f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Laura Lowenkron

Coorientador: Prof. Dr. Fábio Mallart

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro.

1. Adolescente institucionalizado - Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 2. Relações interpessoais – Teses. 3. Comportamento do adolescente – Teses. 4. Medo – Teses. 5. Violência – Teses. 6. Afeto – Teses. I. Lowenkron, Laura. II. Mallart, Fábio. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. IV. Título.

CDU 343.224.1(815.3)

Bibliotecária: Marianna Lopes Bezerra – CRB 7 6386

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Clara da Silva Camatta

Focar aqui dentro, (não) esquecer lá fora: afetos e formas de habitar o cotidiano em uma unidade socioeducativa de internação no Rio de Janeiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 09 de dezembro de 2022.

Orientador (a) (es): Prof. Prof.^a Dra. Laura Lowenkron

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro - UERJ

Coorientador (a) (es): Prof. Dr. Fábio Mallart

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

Banca Examinadora: _____

Prof.^a Dr. Martinho Braga Batista e Silva

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro - UERJ

Prof.^a Dra. Anna Paula Uziel

Instituto de Psicologia - UERJ

Prof.^a Dra. Adriana Vianna

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

À todos os jovens privados de liberdade.

AGRADECIMENTOS

Esse mestrado se fez em meio a uma pandemia, cheio de novidades remotas, muita clausura e isolamento, mas sem tanta solidão graças as parcerias que habitaram meu cotidiano das formas possíveis em meio a esse cenário devastador.

A Hebe Signorini Gonçalves que me levou pela primeira vez em uma unidade socioeducativa de internação e me apresentou a uma psicologia política, institucional e social que está hoje em todos os meios em que eu trabalho (na clínica, na pesquisa, no campo da saúde). E a Cristina Veloso, minha analista que acompanhou esses passos no DEGASE, na residência e na entrada no mestrado, me ajudando a firmar os pés para suportar estar em espaços de muita desigualdade e violência, me mostrando em ato que saúde não é ausência de doença, mas uma forma de estarmos vivos, afirmando nossas potências, nossa capacidade de agir. A elas, em memória, pois nos deixaram recentemente ainda que permaneçam em cada um dos que cruzaram suas intensidades.

A Fábio Araújo e Ronie Guimarães, que me acompanharam ao longo do mestrado acolhendo minhas angústias sobre escrita, clínica e oficinas, me ensinando que os erros fazem parte dos processos do viver e trouxeram suavidade e leveza ao meu modo de estar no mundo. Aos que cuidaram do meu corpo, esticando, alongando, acolhendo, fortalecendo, me fazendo descansar em movimento e permitindo as muitas horas sentada: Monique Ottati, Núbia Barbosa, Rodrigo Patriota e Wagner Alvarez.

A Laura Lowenkron pelos comentários sempre precisos, pela delicadeza das leituras, pela orientação acolhedora e rigorosa, por comprar meu barato. Aprendi com você outro modo de escrever e de olhar para o campo, observando as minúcias, habitando os paradoxos. Obrigada pelo cuidado.

A Fábio Mallart por nunca me deixar perder de vista o sofrimento do cárcere, me convocando a uma escrita que é sempre política. Obrigada por topar percorrer os caminhos da agência e pelas leituras conjuntas, me ajudando a ver o respiro sem romantizar o sufoco.

A Fábio Mallart, Martinho Silva e Sérgio Carrara, bem como a todos os participantes do curso de Significados Sociais da Dor: essas aulas foram a base de onde puderam emergir as reflexões que seguem. Meu muito obrigada por encontrarem uma forma de fazer funcionar (e muito bem!) uma aula remota e nos engajarem nas discussões.

A Anna Paula Uziel pelo encontro potente no estágio docente e o apoio na construção das oficinas, compartilhando comigo suas experiências anteriores no DEGASE e me ajudando a pensar nas atividades propostas.

Aos membros da banca, Adriana Vianna, Anna Paula Uziel e Martinho Silva, obrigada por aceitarem o convite e estarem comigo nesse momento. A Rossano Cabral e Natália Padovani, obrigada por se disponibilizarem a serem suplentes.

A Painel de Cristal, Andreza Silva, Madalena Cirne, Bia Moraes, Eduardo Prisco, Nilcéia Figueiredo e Gabriel Belmonte, obrigada por fazerem do mestrado remoto uma experiência coletiva regada a vinho, chamada no zoom, aulas conjuntas, medos e estresses compartilhados. Sem vocês essa escrita e esse mestrado teriam sido impossíveis. A minha turma do mestrado, obrigada por toparem estar juntos-díscordantes, mantendo a troca e a conectividade. Agradeço também ao meu grupo de orientação pelas leituras conjuntas e pelas trocas, nossos encontros foram fundamentais para estruturar as bases dos pensamentos que aqui se apresentam.

A CAPES por possibilitar que essa pesquisa se realizasse e pudesse ser prolongada diante do cenário de pandemia que vivemos. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire e a Direção do CENSE Dom Bosco por autorizarem a pesquisa e permitirem minha presença na instituição.

Ao projeto Escrevivendo a Liberdade pelos bons encontros e pelo uso da literatura em sua potência de transformação do mundo, especialmente no cárcere.

A UNIPERIFERIAS e a equipe do projeto “Direito a Saúde no Sistema Socioeducativo”, especialmente a Fernando Fernandes pela aposta no meu trabalho, permitindo que eu me experimentasse pesquisadora e por reintroduzir o campo socioeducativo em meu horizonte. À Ionara Fernandes e Rute Duarte pelo trabalho conjunto e amizade tecida em poucas cervejas.

A Equipe Lego, Caroline Gradim, Silvana Reis, Beatriz Farias, Hannah Carolina, Jéssica Socas e Marcelo Pereira com quem teci estratégias de cuidado em cenários de desigualdade e de onde surgiram as primeiras interrogações sobre as formas de fazer saúde. Viver uma Residência com vocês foi permitir que fizessem morada em mim. Aos psis desconstruídos: Amanda Caroni, Félix Berzins, Gustavo Graça e Sofia Nader, obrigada pela amizade, pela aposta no SUS, na saúde e na vida, vocês são alicerce na junção da crítica com

o cuidado. A Dandara Pimentel, que encontrei na Residência e com quem compartilho hoje as angústias do mestrado, obrigada pelas trocas e as viagens, pelo convívio fácil, por se jogar.

Aos que me acompanham desde a graduação e são colo, aconchego, força e apoio mútuo. A Laura Mumic e Luisa Sader, que são casa e vizinhança, silêncios e ligações longas, espaço para ser sem medo. A Natasha Iane, cuja doçura, intensidade e jeito sagaz de colocar os problemas e escolher as batalhas sempre me encanta e inspira. A Augusto Vaz de Melo, William Penna e Pedro Legey, meus queridos com quem os papos voam, as ligações correm e saudade nunca sacia. A Luiza Machado, marida, que apesar da distância tem um abraço que é lar.

As que chegaram vindas de carnavais, Gabriela Artiles e Monique Otatti que me enchem de alegria e amor, são riso e choro, carinho e papo solto. A Marília Rodrigues pelos nossos almoços, cervejas, deboches e parcerias. A Clara Troccoli pela amizade de tantos anos que já cruza 3 estados e muitas casas, uma delas juntas inclusive. Obrigada por ter o ouvido aberto, o coração quente e por crescermos juntas. É muito bom poder me transformar com você.

A Pedro Serrão e Marina Rodrigues que são almoço de domingo, família e aconchego, além de terem trazido ao mundo os donos dos sorrisos mais lindos e dos abraços mais gostosos, Tomás e Maitê.

A minha mãe, Teca Ramos, que apesar da distância sempre se faz presente em livros e ligações, me dando chão e pouso sem nunca me cortar as asas. Obrigada por dar espaço para que eu crescesse e por ler muitas vezes cada página desse texto. Te amo.

As minhas irmãs, Camila e Carolina Camatta, obrigada por me receberem sempre que precisei, por serem ponto de ancoragem e aconchego perene, apesar da intermitência dos encontros. Amo vocês.

A Fernando Duarte, Dinho, que chegou às vésperas da qualificação e me encanta todo dia com a generosidade e disponibilidade com que nutre suas relações. Obrigada pelo nosso amor tranquilo, pela paciência, pelas viagens e pela aventura gostosa que é se relacionar.

A Negãozin, VT, Jão, Barbinha, Cardoso, Cachorrinho, Russo, DaRonda e Marlon, por estarem comigo, pelo papo reto, pela confiança tensa. Obrigada por afirmarem a vida e me ensinarem a fazer do medo e da precariedade meios de ação. A todos os jovens privados de liberdade, agradeço por fazerem do cotidiano um espaço de afirmação da vida.

RESUMO

CAMATTA, Clara da Silva. *Focar aqui dentro, (não) esquecer lá fora: afetos e formas de habitar o cotidiano em uma unidade socioeducativa de internação no Rio de Janeiro*. 2022. 128f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta etnografia é sobre como jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação criam formas de habitar o cotidiano da privação da liberdade. Nesse sentido, explora as diferentes modalidades de agência desses atores tecidas em meio ao medo e a desconfiança, tomando os afetos como fio condutor da narrativa. Este trabalho foi realizado por meio de 10 oficinas com dois grupos de jovens no Centro de Socioeducação Dom Bosco, unidade de internação masculina no município do Rio de Janeiro. Partindo dos debates contemporâneos sobre os espaços de confinamento que não os tomam como instituições totais, mas como tecnologia de regulação de fluxos, gerindo a circulação de pessoas, objetos e artefatos através de seus muros, o objetivo do trabalho é explorar como nessas conexões e circulações os jovens criam formas de habitar a internação. Assim, o trabalho apresenta inicialmente a atmosfera do medo e os afetos hostis que fazem o cotidiano da privação de liberdade, acompanhando a seguir os modos pelos quais os jovens tecem possibilidades de existência ao se apropriarem de determinadas categorias e normativas institucionais, bem como pelos modos como constroem um *nóis é coletivo* e produzem a sua própria circulação pelo espaço institucional. Nesses circuitos também fazem entrar, agenciando alguns atores institucionais como vasos comunicantes entre o dentro e o fora, alguns objetos e mediadores que os transportam para suas vidas fora da internação. Desse modo, recriam fragmentos dessa vida no interior do cárcere, produzindo uma rede de infraestrutura em um cenário de precariedade; ao mesmo tempo em que se transportam para fora sem sair da instituição. Acompanhamos, portanto, os modos como os jovens agem com o medo, a partir dele e contra ele de modo a fazer a vida vivível na internação, servindo de inspiração também para que esse texto seja uma forma de escrita contra o medo.

Palavras-chave: Agência. Afeto. Socioeducação. Adolescentes em conflito com a lei.

ABSTRACT

CAMATTA, Clara da Silva. *Be inside, (don't) forget outside: affects and means to inhabit the ordinary inside a deprivation of liberty unit for young offenders*. 2022. 128f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The current ethnography traverses the means by which young people foster ways of dwelling in the daily life of deprivation of liberty when within a socio-educational regime of custody. In this regard, it explores the different fashions of agency of these actors fabricated amidst fear and mistrust, taking the affects as the guiding thread of the narrative. This work was carried out through a series of 10 workshops with two groups of youngsters held in Don Bosco Socio-educational Center, a young male confinement unit in Rio de Janeiro. Unfolding from the contemporary debates on detention spaces, which rather than plain institutions, will consider those as flux regulation technologies, policing the traffic of people, objects and artifacts in and out of its walls, the goal of this work is to explore how, within these connections and interchanges, the youngsters come up with ways of actually inhabiting the institution. Thus, it first presents the atmosphere of fear and the hostile affects that constitute their everyday life in deprivation of liberty, followed by the ways of which they develop possibilities of existence by securing specific institutional normatives and categories, as well as the ways they set up a “Nóis é coletivo” and produce their own paths inside the institutional space. Inside these circuits they also make entry, assembling some institutional actors as communicating vessels between inside and outside, some objects and mediators that transport them to their lives outside the facility. This way, they recreate fragments of that life inside the institute, producing an infrastructure network in a precarious scenario; simultaneously transporting themselves outside without actually leaving the institution. We accompany the ways in which young people cope with the fear, in favor of and against it, in order to make life livable in confinement, serving as inspiration for this text to be a form of writing against fear.

Keywords: Agency. Affect. Juvenile Justice System. Young people in conflict with the law.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CENSE	Centro de Socioeducação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJLA	Escola João Luis Alves
ESE	Educandário Santo Expedito
ESGSE	Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire
IMS/UERJ	Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
IPS	Instituto Padre Severino
MBA	Mandado de Busca e Apreensão
MEPCT	Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura
MSE	Medida Socioeducativa
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
TCLE	Termo de Compromisso Livre e Esclarecido
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
1	ONDE IMPERA O MEDO	31
1.1	A pesquisa encontra o DEGASE: procedimentos de entrada e a violência que todo mundo vê	33
1.2	O CENSE Dom Bosco	38
1.3	Espacialidade da internação e afetos hostis: estratégias de diferenciação	41
1.3.1	<u>Os alojamentos e a higiene</u>	42
1.3.2	<u>Os banheiros: analisadores morais</u>	43
1.3.3	<u>A insalubridade: segurança, trabalho sujo e desumanização</u>	46
1.4	A atmosfera do medo: neurose, rumor e violência sutil	48
1.4.1	<u>Rumor, vulnerabilidade e perigo</u>	49
1.4.2	<u>O medo e a neurose</u>	52
1.4.3	<u>A violência sutil e o horizonte da <i>dimaior</i></u>	56
2	TIRAR A CADEIA TRANQUILO: AGÊNCIA E TESSITURA DO COTIDIANO NA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	62
2.1	<i>Aqui todo mundo é menor: bandidos e ladrões, todos no mesmo barco</i>	65
2.2	Habitando a internação	69
2.2.1	<u>Cadeia ritmada: construindo as bases para tirar a cadeia tranquilo</u>	70
2.2.2	<u>Nóis é coletivo: QG como espaço de troca e socialidade</u>	74
2.2.3	<u>Transitando na unidade para focar ali dentro: campo, se trancar, escola e visita</u>	80
2.2.3.1	A escola	82
2.2.3.2	O campo.....	83
2.2.3.3	As visitas	84
2.2.3.4	Se trancar.....	87
2.2.3.5	Inventando saídas.....	88
2.3	Agir na desconfiança e com medo	88
3	MATERIALIDADE AFETIVAS COMO POSSIBILIDADE DE AÇÃO (OU FORMA DE FAZER SAÚDE)	91

3.1	Um tablet e uma dose de açúcar: tramando possibilidades.....	95
3.2	Música: <i>distrair a mente</i>.....	98
3.3	Fotografia: <i>não posso ficar de sorrisinho</i>.....	103
3.4	Comida de <i>pista</i>: melhor refeição da <i>cadeia</i>.....	107
3.5	Materializações de uma ética do cuidado.....	111
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
	REFERÊNCIAS	118
	APÊNDICE A – Termo de Compromisso Livre e Esclarecido.....	124
	APÊNDICE B – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.....	126
	APÊNDICE C – Roteiro das oficinas.....	128

INTRODUÇÃO

A história que contarei é uma história sobre afetos e suas materialidades em uma unidade de privação de liberdade para jovens em conflito com a lei ou, como é mais conhecida, em uma unidade de internação socioeducativa, a saber o Centro de Socioeducação Dom Bosco (CENSE Dom Bosco), no município do Rio de Janeiro - RJ. Esta história versa sobre como os jovens habitavam o cotidiano na instituição e faziam a vida possível de ser vivida ali dentro. Mais especificamente, essa é uma história construída com Ricardo, Lucas, Joaquim, Vicente, Lucrécio, Romilson, Rogério, Arthur, Matheus e Alisson, os 10 jovens privados de liberdade que foram meus interlocutores nessa pesquisa. Nomes fictícios para protegê-los de identificações e sanções, preservando suas identidades, apesar de seus reiterados pedidos para que fossem identificados, empolgados em aparecer em um *livro*¹, formulação que dava sentido ao produto final de uma pesquisa, que dava sentido a isso que seria feito de sua presença e sua história.

Ao convidar os jovens para participar da pesquisa, que seria feita sob o formato de uma oficina semanal, disse a eles que eu queria saber como fazem para viver aqui dentro. Pergunta que foi rapidamente respondida com *PFRRRR... É simples, é só esquecer lá fora e focar aqui dentro*, estratégia que parecia, ao longo dos nossos 10 encontros, apenas funcionar quando garantia a relação com o mundo fora da internação, sustentando uma ambiguidade tensa entre o fora e o dentro. Nesse sentido, *esquecer lá fora* só era possível ao imergirem na vida cotidiana da privação de liberdade, encontrando ali espaços de constituição de relacionalidade e exercitando formas outras de socialidade. *Focar aqui dentro*, por sua vez, implicava em tecer na privação de liberdade um fio tênue que os conectava com a vida lá fora, que lhes dava continuidade no tempo e espaço, construindo na espera pela liberdade e em contexto de violação um sentido para permanecerem vivos. Assim, era na ambiguidade entre o dentro e o fora, entre o esquecer e o lembrar que eles foram me mostrando, ao longo dos quase três meses que partilhamos, como faziam para habitar essas fronteiras e recuperar nesses espaços porosos as minúcias da vida ordinária, construindo possibilidades de uma vida vivível em um espaço de confinamento.

Desse modo, o afeto é uma das matérias que constituem esse texto. Isto é, esse texto é permeado de materialidades afetivas, o que significa que aquilo que circulava ora como

¹ Todas os elementos em negrito são categorias nativas ou falas de meus interlocutores e demais atores institucionais com quem interagi.

emoção, ora como sensação, ora como atmosfera vai ganhando corpo e materialidade nas páginas desse trabalho, ao mesmo tempo em que evidencia as modalidades de agência e as matérias e substâncias pelas quais os jovens viviam afetos dentro e fora da *cadeia*. Assim, iniciamos dando materialidade ao medo e aos afetos hostis (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021) que constituem o espaço de privação de liberdade e seguimos acompanhando as formas de agir dos jovens neste espaço e com estes afetos, mostrando alguns modos de construção de outras materialidades afetivas.

Reconstruindo meu problema de pesquisa

Meu contato com as unidades de internação socioeducativa iniciaram-se em 2014, ano em que iniciei minha participação no Projeto Parcerias – adolescentes em conflito com a lei, fruto do consórcio entre o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) e o Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde fiz minha graduação. Neste projeto, realizávamos grupos de reflexão com os jovens privados de liberdade, a partir de um modelo da pesquisa-intervenção oriundo do método da cartografia (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010). O grupo era uma forma de construir junto aos jovens um espaço com menos regulação institucional, onde poderiam falar mais livremente sobre temas de seu interesse e também participar de atividades e jogos que escapavam ao seu cotidiano, sendo uma forma micropolítica de resistência à instituição (FOUCAULT, 1979).

Em 2019, após um tempo afastada da socioeducação e recém-formada na Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidades (ENSP/Fiocruz), retornei às unidades socioeducativas como pesquisadora em um projeto sobre “Direito a Saúde no Sistema Socioeducativo”² com o intuito de realizar grupos focais com adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de internação, bem como entrevistas com atores-chave, expandindo minha compressão das relações internas, antes restritas aos jovens. Os grupos focais aconteciam em dois encontros com cada grupo de jovens, havendo, em uma unidade, a

²Esta pesquisa foi desenvolvida pelo Instituto Maria e João Aleixo (UNIperiferias) em parceria com o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro e as Universidades de Stirling, Universidade de Dundee e Universidade de Strathclyde, localizadas no Reino Unido. O objetivo principal do estudo era analisar como profissionais envolvidos direta ou indiretamente com o sistema socioeducativo e os próprios adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com restrição de liberdade compreendem as necessidades de saúde de jovens em privação de liberdade. Realizamos entrevistas com profissionais e atores-chaves do sistema SE e grupos focais com adolescentes privados de liberdade. O relatório final do projeto com a apresentação dos resultados da pesquisa encontra-se em fase final de elaboração e ainda não foi divulgado.

oferta de uma oficina de fotografia em sequência, que também compunha a pesquisa. Os grupos possuíam duas perguntas de abertura: “O que é saúde para vocês?”, seguida por “Vocês se consideram saudáveis?”. Diante da segunda pergunta, um jovem enfaticamente respondeu: “Saudável?! *Nóis* tá preso!”. Sua resposta colocava em evidência a impossibilidade de conjugar privação de liberdade e saúde e a condição de precariedade (BUTLER, 2019) e sofrimento (KLEINMAN; DAS; LOCK, 1997) que constituía a própria internação.

Assim, entrei no mestrado preocupada com os sentidos da saúde para os jovens privados de liberdade, ao mesmo tempo em que atenta aos riscos normativos e moralizantes que a categoria Saúde, em sua vulgaridade de pouco valor analítico, assumia (CAMARGO JR., 2018; CANGUILHEM, 1982). Para escapar a esses riscos me propus a investigar os modos como os jovens internos agenciavam formas de “fazer saúde” em um espaço de confinamento. “Fazer saúde” era uma categoria analítica cuja potência emergia da articulação entre a noção de agência, tomada de empréstimo de Mahmood (2006), como uma capacidade para a ação propiciada por relações de dominação configuradas historicamente; junto a noção de saúde canguilhemiana como “capacidade de um organismo de instituir novas normas vitais” (CANGUILHEM, 1982); e a noção de vulnerabilidade de Butler (2019). Nesse sentido, dava destaque aos quadros de moralidades próprios aos jovens, além de incluir sua vulnerabilidade, contexto de vida e entorno como elementos de análise. “Fazer saúde” era, em essência, um modo de agir em contextos de subjugação, era a capacidade de refazer a vida quando a vida muda.

A proposta de construir uma categoria “fazer saúde” se baseava na tentativa de encontrar as brechas por onde a vida seguia em um contexto de confinamento, focando na dimensão performativa dessa categoria. Essa trazia uma dinamicidade própria, cujo sentido das ações que conformavam um “fazer saúde” era construído sempre a posteriori e não dado de antemão. No entanto, em contato mais prolongado com meus interlocutores atuais, os jovens privados de liberdade no CENSE Dom Bosco, a categoria “fazer saúde” não produzia muitas ressonâncias com o seu cotidiano. Tentar tematizar a saúde e seus sentidos tornava nossas conversas truncadas, congeladas, sem afeto, dificultando nossa relação. Para os jovens era interessante falar sobre a *pista*, sobre a *rua*, sobre suas relações externas, sobre os conflitos recentes vividos na internação, sobre como organizavam o *QG* e o campeonato de futebol em curso. Saúde parecia ser a menor das suas preocupações, ainda que estivessem nessas interações me contando sobre os modos como articulavam as suas possibilidades de existir, de “fazer saúde” em contexto de privação de liberdade.

Apesar disso e reconhecendo a importância de não dobrar o campo às minhas preocupações analíticas previamente construídas, o que seria uma forma de trair os meus interlocutores, adotei uma postura fluída, própria a cartografia (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010) e a etnografia (GOLDMAN, 2006; PEIRANO, 2008; URIARTE, 2012), de acompanhar os movimentos e processos que se apresentassem no encontro. Pude, então, viver a constante experimentação da “teoria vivida” (PEIRANO, 2008) ao pôr em diálogo os pressupostos teóricos com as críticas e práticas existentes no campo, desestabilizando o saber instituído ao mesmo em que construía a pesquisa como aquilo que se tece no próprio pesquisar, no encontro entre interlocutores e pesquisadora e desta com a própria instituição.

Desse modo, fui junto aos jovens acompanhando suas histórias cotidianas, seus modos de habitarem o dia-a-dia da *cadeia*, afinal sua vida – e também sua saúde – se faz no ordinário das relações. Desse modo, a potência analítica do “fazer saúde” permaneceu como pano de fundo do trabalho, uma vez que conduzia meu olhar, mas ao mesmo tempo não impossibilitou perceber os arranjos próprios ao campo, ou seja, as formas articuladas pelos jovens para viver na internação. Nesse sentido, podia focalizar suas formas de agir e seus modos de habitar aquele espaço segundo seu quadro de moralidades e normas culturais, rompendo com uma leitura binária de subjugação ou resistência ao olhar para as suas diferentes modalidades de incorporação da norma em um contexto de precariedade e sofrimento.

No encontro com os jovens importavam as possibilidades e os arranjos que criavam para se manterem vivos, em um esforço de fazer do cotidiano um lugar habitável e a vida vivível, um esforço feito de afetos múltiplos. Nesse sentido, eles me contavam dos modos como viviam o seu dia-a-dia, suas rotinas, sua experiência de tempo e, ao mesmo tempo, me mostravam em ato como agiam, como tramavam possibilidades ao menor sinal de abertura. Falavam pouco sobre a dor de estarem internados, mas mostravam pela *baleação* e *neurose* o sofrimento de estarem privados de liberdade e afastados de suas redes afetivas e de uma infraestrutura de suporte. Estavam, assim, em um contexto de precarização e com acesso a recursos de manutenção da vida, especialmente da vida como humanos, escassos. Nesse cenário, onde imperava o medo e a desconfiança, no qual reconheciam em silêncio a vulnerabilidade de seus corpos sob a força maquínica do Estado, agiam no cotidiano com o medo e contra ele e não apesar dele, de forma a criar nesta tensão entre temer e agir outros afetos, pedindo por outras matérias, objetos e substâncias.

As oficinas

Por 10 semanas, entre os meses de fevereiro e abril de 2022, frequentei o CENSE Dom Bosco toda segunda-feira pela manhã e quinta-feira a tarde, exceto feriados, para me encontrar com o mesmo grupo de cinco jovens a cada dia. Cada encontro durava cerca de duas horas. As atividades eram planejadas a cada semana, me adaptando segundo o que os internos me solicitavam e o que acreditava poder disparar discussões. Os participantes foram indicados pela direção e equipes técnicas, tendo como única restrição que os jovens indicados não poderiam estar em turno escolar ou em alguma atividade socioeducativa previamente organizada. A participação na pesquisa não poderia implicar em prejuízo no cumprimento de sua medida socioeducativa. Apesar desses cuidados, Vicente dizia estar em turno escolar durante nossos encontros, escolhendo a cada semana para qual atividade iria. O grupo de segunda-feira manteve-se fixo do início ao fim da atividade, no entanto, no grupo de quinta-feira foi necessária a inclusão de novos participantes no nosso quarto encontro, uma vez que alguns dos jovens ou saíram da unidade ou foram selecionados para um curso profissionalizante como atividade socioeducativa.

Para que conversássemos e que estivéssemos todos engajados naquele encontro, levei algumas atividades, ora com um formato mais restrito de temas, ora como disparadores de assuntos e conversas mais amplas, incluindo também atividades e materiais que os jovens me solicitavam a cada semana, como música, papel, lápis de cor, negociando com a administração da unidade quais recursos poderiam entrar e quais precisariam ser adaptados (a exemplo dos lápis de cor que foram substituídos por giz de cera). Nesse sentido, os desenhos que abrem cada capítulo foram feitos pelos próprios ao longo dos nossos encontros, especialmente por Joaquim e Lucas, que mais gostavam de desenhar. Um roteiro com a descrição das atividades realizadas segue em anexo (APÊNDICE C). Além disso, também utilizei máscara n-95 durante quase todos os nossos encontros, de modo a evitar o contágio dos jovens e a circulação do vírus Sars-Cov-2. Apenas retirei a máscara em nossos últimos dois encontros, momento em que o município do Rio de Janeiro já havia suspenso a obrigatoriedade do seu uso e os jovens começavam a me perguntar porque a mantinha.

Ricardo, Lucas, Joaquim, Vicente, Lucrécio, Romilson, Rogério, Arthur, Matheus e Alisson eram em sua grande maioria negros e vindos de territórios periféricos da região metropolitana do Rio de Janeiro ou da região dos lagos no Estado do Rio de Janeiro. Quase todos eram maiores de idade, à exceção de Lucas e Romilson, os mais novos do grupo, com

17 anos. Isso ocorria porque o CENSE Dom Bosco era a unidade de internação do Estado para onde eram encaminhados os jovens que foram acusados de cometer infrações próximos a completarem 18 anos. Esse fato conferia a esta unidade uma dinâmica interna muito específica, pois era a última etapa antes da prisão. De início, inclusive, não pretendia realizar as oficinas nessa unidade, mas sim na Escola João Luiz Alves, onde ficam internos mais jovens e na qual já havia realizado outros trabalhos. O modo como o CENSE Dom Bosco foi se consolidando como campo de pesquisa é melhor explorado ao longo do capítulo 1.

A escolha pelo formato das oficinas em grupo surgiu originalmente pela compreensão dos espaços grupais como importante meio de promoção de saúde (BRASIL, 2014; SANCHEZ, 2018; SECCO, 2018) e pela possibilidade de uma inserção situada, cujo formato em aberto permitia que os jovens construíssem junto comigo o espaço. Estar com eles coletivamente na oficina era uma forma de habitar e partilhar espaços institucionais, ao mesmo tempo em que permitia alterar os sentidos e as atividades segundo o que emergia do encontro. Assim, foi possível que tanto a violência experimentada na instituição quanto suas relações de afeto e inventividade com atores, objetos e artefatos pudessem emergir.

Vale destacar que embora a direção e equipe técnica tenham indicado os jovens, a participação foi voluntária, pois embora tivessem todos assinado o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido, alguns jovens não compareceram mais aos encontros após os dois primeiros. É importante dizer que dois deles eram do alojamento *seguro*, de modo que não era confortável para eles estarem em uma atividade junto aos jovens do *convívio* – diferença que será melhor explorada no capítulo 1. De todo modo, para protegê-los diante da administração estatal, não comuniquei à direção a sua ausência, nem solicitei a sua substituição. Além disso, os jovens podiam também *se recusar* a vir para algum encontro, como Vicente fazia às vezes, ou virem aos encontros e se manterem distantes das atividades propostas, utilizando aquele espaço da oficina segundo sua disponibilidade do dia.

Pandemia de COVID-10 e trabalho de campo

Desde o início do mestrado a realização de um trabalho de campo em uma unidade socioeducativa de internação se desenhava como percurso metodológico desejado. O contexto de pandemia de Sars-Cov-2 pôs esse plano em suspenso por aproximadamente um ano a um

ano e meio. Com a chegada do vírus Sars-Cov-2 ao Brasil, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu rapidamente a Recomendação nº62 que discorria sobre medidas a serem adotadas nos sistemas de justiça penal e de socioeducação para contenção do espriamento do vírus. Essas medidas foram a priorização da aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto, reavaliação das medidas de internação, semiliberdade e internação provisória, com vistas a reduzir o quadro de superlotação das unidades de internação. As medidas foram adotadas no âmbito do sistema socioeducativo, de modo que o quadro de superlotação foi encerrado, como mostra o relatório do MEPCT/RJ (2020). No entanto, também houve a suspensão de todas as atividades realizadas no interior das unidades de internação, desde as aulas escolares às atividades das equipes técnicas e visitas familiares, de modo que a permanência dos jovens na unidade adquiriu um contorno exclusivamente punitivo.

O fato das unidades socioeducativas de internação terem sido consideradas junto a instituições prisionais é um elemento destacado por Vinuto, Barbosa e Hernández (2021), que indicam que segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente as medidas socioeducativas devem ser cumpridas em estabelecimento educacional. Além disso, sua inclusão como serviço essencial à revelia das atividades existentes (ou não) em seu interior reforçam o sentido punitivo encarnado no cotidiano da unidade, que pode suspender todos os serviços ofertados, menos sua função de contenção. Em função disso, os relatórios do MEPCT/RJ referentes aos anos de 2020 e 2021, bem como sua edição temática sobre o coronavírus nas unidades socioeducativas indicam aumento do grau de sofrimento entre os internos, das autolesões, da tensão no ambiente interno das unidades, com três grandes rebeliões, tentativas de fuga, incêndio e morte violenta ocorrendo ao longo do ano de 2020 e em 2021 tumultos, denúncias de assédio e exploração sexual e mais uma grande rebelião (RIO DE JANEIRO, 2020, 2021).

Em 2022, quando iniciei meu trabalho de campo, o cenário da pandemia não parecia mais vigorar na unidade, sendo retratada pelos próprios jovens como algo distante e passado. Ao perguntar sobre a pandemia diziam que *atrapalhou a gente*, enfatizando a suspensão das visitas como a pior das medidas adotadas, uma vez que elas são *o melhor momento da cadeia*. Embora os participantes da pesquisa não tenham vivido na unidade de internação o momento de proibição das visitas³, quando algum interno estava sintomático ou positivo para Covid-19, todo o seu alojamento ficava em isolamento com suas atividades suspensas, incluindo as visitas, por sete dias. Do mesmo modo, diziam que as aulas estavam muito ruins durante 2021, porque *só passavam filme*, em referência às videoaulas que foram disponibilizadas

³ Pelo tempo que estavam internados, chegaram na unidade de internação em um momento de reabertura da mesma para atores externos e de retomada das atividades cotidianas.

durante o período de fechamento da unidade para atores externos. No entanto, eles não relacionavam as vídeo-aulas ao contexto da pandemia. Desse modo, em fevereiro de 2022 a pandemia aparecia como um evento longínquo, pouco pertencente ao seu cotidiano a não ser pela máscara n-95 acoplada ao meu rosto, de modo que me pediam com alguma frequência que a retirasse, argumentando já em abril que *a pandemia acabou, ninguém tá usando máscara, já saiu na TV*.

É importante ressaltar que o CENSE Dom Bosco estava organizando a vacinação dos jovens ainda não vacinados ou com doses de reforço pendentes e que não tive minha carteira de vacinação solicitada em nenhuma etapa de autorização da pesquisa, processo iniciado em setembro de 2021.

Socioeducação e literatura prisional

O sistema socioeducativo atende adolescentes⁴ em conflito com a lei entre os 12 anos completos e os 18 anos incompletos (BRASIL, 1990). Considerados inimputáveis por sua menoridade, estes jovens acusados de cometer atos análogos a crimes ou contravenções não recebem penas, mas medidas socioeducativas, que podem ser cumpridas em meio aberto (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida) ou em meio fechado (inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional), a depender da gravidade da infração cometida. No estado do Rio de Janeiro, as medidas em meio aberto são responsabilidade das Secretarias Municipais de Assistência Social e as em meio fechado, do Departamento Geral de Ações Socioeducativas, órgão vinculado à Secretaria de Educação do Estado⁵. As medidas socioeducativas são pautadas a partir da doutrina da proteção integral, que leva em consideração a situação peculiar de desenvolvimento das crianças e adolescentes, incluindo em seu escopo medidas protetivas, que assegurem direitos a estes jovens, expostos a processos de vulnerabilização (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003; NASCIMENTO; CUNHA; VICENTE, 2008; RIZZINI, 2006). Por definição, as unidades socioeducativas de

⁴ Utilizarei o termo adolescente quando me referir às políticas que assim os denominam e jovens quando forem articulações de minha autoria. Ao descrever as cenas vividas na unidade, acionarei as categorias nativas evidenciando-as a partir do uso do *itálico*.

⁵ O DEGASE já foi vinculado há mais de 12 Secretarias do Estado ao longo dos seus 28 anos de existência, estando vinculado à Secretaria de Educação desde 2008 (RIO DE JANEIRO, 2020).

internação são aparentemente espaços diferentes das prisões, possuindo princípios, objetivos e público diverso.

Embora eu jamais tenha entrado em uma unidade prisional, ao circular pelas unidades socioeducativas do município do Rio de Janeiro ao longo dos últimos oito anos chamava a atenção a precariedade dos espaços, as paredes descascadas, o cheiro particular de alguns ambientes, os coturnos e espargidores de pimenta dos agentes de segurança socioeducativos, os relatos de violação dos jovens e os corpos negros atrás das grades que faziam ressoar as imagens construídas das prisões que “fazem babar”: locais superlotados, corpos negros aniquilados, pessoas degradadas (MALLART, 2019). Maria Liduína Silva (2011), ao reconstruir as bases sociojurídicas e históricas dos aparatos de controle da infância e adolescência, pondera que embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tenha instituído o paradigma da proteção integral e da compreensão das crianças e adolescentes como sujeito de direitos, também abriu margem para o controle sociopenal juvenil nos moldes do sistema penal, tendo uma base retributiva e de responsabilização penal, tanto em seus modos de efetuação, quanto em suas bases legais e em sua população-alvo (juventude pobre, periférica e negra). Acompanhando as linhas de continuidade e descontinuidade entre o ECA e os Códigos precedentes de controle da infância, a autora revela como, apesar de seus avanços, o ECA se estrutura como uma tecnologia de governo da infância pobre a partir da distinção que estabelece entre a infância a ser protegida (ou “em perigo”) e a infância “perigosa”, “em conflito com a lei penal” que deve ser punida, apesar de sua menoridade e consequente inimputabilidade. Nesse sentido, há um viés punitivo no princípio legal que regulamenta o sistema socioeducativo, que o aproxima “por definição” das instituições prisionais.

No contexto da pandemia de COVID-19 em que este trabalho se estruturou, a proximidade do sistema socioeducativo, especialmente das unidades de internação, com os demais espaços prisionais ficou ainda mais evidente, como comprovam Vinuto, Barbosa e Hernández (2021). Estas autoras ressaltam a ênfase legal presente no ECA de que as internações devem ser cumpridas em estabelecimento educacional – e não prisional -, de modo que em contextos de exceção seu correlato seriam as escolas e demais unidades educacionais. No entanto, as normativas e diretrizes para o controle e combate da pandemia de Sars-cov-2 lidaram com o sistema socioeducativo como correlato do sistema prisional, de modo que os estabelecimentos educacionais tiveram seu funcionamento suspenso, enquanto as unidades de internação permaneceram funcionando, consideradas serviços essenciais. Apesar disso, o que permaneceu funcionando nestas unidades, foi apenas o seu sentido

punitivo e de contenção, uma vez que três direitos fundamentais para o sistema socioeducativo ficaram em suspenso (saúde, educação e convivência familiar) e apenas a sua função de contenção permaneceu em curso e agravada, uma vez que os jovens ficaram restritos a seus alojamentos. A unidade socioeducativa de internação durante a pandemia se tornou ainda mais prisão.

A confusão presente nos estabelecimentos socioeducativos entre ser um estabelecimento educacional ou prisional é oriunda da sua função de punir inimputáveis. Longe de serem antagônicos, os elementos punitivos e protetivos ora se justapõem, ora se sobrepõem criando uma zona cinzenta em que os termos deslizam e na qual os espaços de confinamento se fazem em uma dança em que se pune para cuidar e se cuida para punir (MALLART, 2019). Em termos socioeducativos, priva-se de liberdade para reeducar e reeduca-se por meio de punições e sanções. Nesse sentido, alguns autores consideram a instituição socioeducativa como uma “instituição híbrida de interface com a prisão” (VINUTO, 2019; VINUTO; FRANCO, 2019), na medida em que alinha os pressupostos de segurança e ordem com os de ressocialização e educação, num arranjo que torna opaco o seu cotidiano de práticas e estruturas punitivas enquanto ressalta discursivamente seu princípio educativo. Nesse sentido, discursos e práticas não são opostos, mas se compõem de modo a dar sustentação e a fazer cotidianamente a instituição em uma ambiguidade que a protege e a faz funcionar como tecnologia punitiva.

Nos meses em que frequentei o CENSE Dom Bosco, as semelhanças e as diferenças com os espaços prisionais foram ganhando forma. No CENSE Dom Bosco em particular isso era ainda mais forte, uma vez que esta unidade era a última fronteira antes do sistema prisional, sendo o local para onde eram encaminhados os jovens que cometeram atos infracionais próximo aos 18 anos, criando uma configuração muito particular nessa unidade. Ali a prisão aparecia cotidianamente como destino a ser evitado, embora próximo, ficando evidenciada a simetria e *sintonia* com o aparato prisional: *Aqui [socioeducação] também é cadeia*, me disse um dos internos, ainda que destacasse que suas condições de encarceramento eram menos degradantes que em uma prisão para maiores de idade. Diante disso, fiz uma escolha política baseada nos meus encontros com os jovens de romper com a divisão entre a bibliografia própria ao sistema socioeducativo e a literatura prisional, tomando ambas como fontes de reflexão sobre os efeitos do encarceramento na subjetividade, na produção de sofrimento e nas possibilidades de agência constituídas nesses espaços.

Nesse sentido, me situo, ancorada nos meus achados etnográficos, em um campo de estudos prisionais, no qual tomo como base os espaços de reclusão a partir da sua sintonia

(MALLART, 2011) e múltipla composição como arquipélago punitivo (MALLART, 2019). Isso não implica em deixar de evidenciar as diferenças dessa unidade específica para demais unidades socioeducativas ou para os espaços prisionais quando o campo assim demandou. No campo dos estudos prisionais, portanto, me aproximo das discussões contemporâneas que consideram o cárcere a partir de sua porosidade, da dobra que produz entre o dentro e o fora e não como espaço fechado, instituição total (MALLART; CUNHA, 2019). É pela via da porosidade e da composição com outros elementos externos ao contexto prisional que essa dissertação ganha corpo, seja pela minha entrada na unidade, que já marca uma relação com o fora, seja pelos objetos que por mim adentraram o espaço, seja pelos afetos que conectavam os jovens com suas vidas lá fora e ao mesmo tempo os traziam para sua realidade encarcerada, sendo via de construção do seu cotidiano e da manutenção da vida ali dentro.

As prisões nesse sentido ganham a forma de tecnologias de controle de desigualdades e de governo de corpos, fluxos e circulação, operando como enodamento numa malha que distribui diferencialmente desigualdades, redes de infraestrutura de sobrevivência, poder econômico e saúde. Assim, as chances de encarceramento não são apenas uma contingência da vida destes jovens, mas refletem um certo modo de operação e instanciação do Estado, sendo eles o mesmo público preferencial das prisões de adultos, negros, pobres, oriundos de favelas e/ou periferias urbanas, sendo este mais um ponto de aproximação e continuidade entre as instituições socioeducativas e o aparato prisional. São condições ativamente produzidas nas relações cotidianas que dão materialidade ao Estado e são experimentadas de modo corporificado pelos indivíduos (DAS; POOLE, 2004; KLEINMAN; DAS; LOCK, 1997). Nesse sentido, é importante considerar a relação necessária entre o encarceramento e o racismo/colonialidade como demonstrado por Ângela Davis (2019) e Michele Alexander (2017), que atua de modo a manter as assimetrias raciais e sociais.

A conexão entre a prisão e o racismo é histórica, social e geográfica, sendo tecida numa trama que perpetua a supremacia branca e a segregação de certas castas raciais (ALEXANDER, 2017). A prisão ganha força como um instrumento de incapacitação e contenção de grupos racializados à medida em que é naturalizada como forma de punição (DAVIS, 2018) e se alia a uma retórica governamental racialmente neutra de combate ao crime (ALEXANDER, 2017), operando a partir da opacidade dos mecanismos de gestão e de fazer do Estado. Nesse sentido, há um processo de seletividade penal racializada (ALEXANDER, 2017; DAVIS, 2018) que se inicia fora da prisão e se perpetua dentro dos seus muros, de modo a fazer funcionar a prisão não como um elemento externo a sociedade em geral, mas como produtora de seus modos de funcionamento, basal para a distribuição

diferencial do sofrimento. Assim, a seletividade do aparato prisional se inicia desde a infância e juventude sendo marca também das unidades socioeducativas, sendo exemplo evidente os corpos negros e periféricos dos jovens com quem trabalhei.

Refletir sobre o cárcere em sua porosidade, considerando sua posição numa malha de relações mais ampla, implica em recolocar a agência dos internos nesse espaço, uma vez que o paradoxo da subjugação foucaultiano evidencia que os mesmos processos que assujeitam constituem as possibilidades de agir, de fazer sujeitos (BUTLER, 2019; MAHMOOD, 2006). Assim, me alinho também a uma literatura feminista que recupera a noção de agência, afastando-a da noção de resistência e incluindo as múltiplas modalidades de incorporação da norma, bem como dos modos de construção de corporalidades a partir do reconhecimento dessa agência em contextos de violência (BUTLER, 2019; DAS, 2020; LOWENKRON, 2019; MAHMOOD, 2006). Nesse sentido, a agência não implica necessariamente em uma oposição ou resignificação da norma, mas inclui as múltiplas possibilidades de sua incorporação e tudo o que pode acontecer no espaço entre a norma e sua efetivação. É por essa via que acompanho os modos dos jovens habitarem internação e fazerem a vida possível, sendo sua agência um fio condutor desse trabalho. Me aproximo particularmente de trabalhos recentes dos estudos prisionais que focalizam a agência das pessoas presas como forma de sobrevivência, como forma de reter a vida (ANTUNES, 2017; BUMACHAR, 2016; D'ANGELO, 2021; GODOI, 2017; PADOVANI, 2015), trazendo essas reflexões para um novo campo dentro dos espaços de reclusão, as unidades socioeducativas. Ao mesmo tempo, me aproprio dessas reflexões introduzindo-as num campo de agência masculina a partir da posição de vulnerabilidade dos corpos desses jovens subalternizados e minorizados, cuja construção de agência se dá em um cenário de subjugação e violência.

Outro fio condutor desse trabalho são os afetos⁶, especialmente considerando os estudos recentes em Antropologia do Estado, que propõem tomar os afetos como aquilo é regulado e gerido pela racionalidade de Estado (LASZCZKOWSKI; REEVES, 2017; PADOVANI, 2015; STOLER, 2007). Assim, se o Estado é tomado como meio e produtor de investimentos afetivos, é acompanhando os afetos produzidos desde a entrada na instituição e ao longo das oficinas, em suas múltiplas camadas de sobreposição que esse texto se faz. A prisão é, portanto, uma forma de regulação e produção de afetos, forjando uns, afastando outros, permitindo instantes de relacionalidade, de família e criando uma ambiência de medo e *neurose*. Nesse sentido, compreende-se que é por meio dos afetos e do seu potencial de

⁶No âmbito desse trabalho afetos, emoções e sensações serão utilizados de modo indiscriminados, condensados para vias de análise.

contágio que as regulações se dão e a prisão se faz, criando tanto as condições de sofrimento quando as possibilidades de perpetuação da vida no espaço.

É importante deixar em evidência que a escolha por suspender as diferenças da literatura entre os campos prisional e socioeducativo não parte de uma defesa dos espaços de privação de liberdade, mas, pelo contrário, da necessidade de sua abolição. Tomar as unidades socioeducativas como semelhantes a prisão não é defender a redução da maioria penal, afinal, eles já estariam presos, mas mostrar que apesar dos avanços do ECA e do SINASE⁷ o modo de constituição dos espaços de confinamento já é em si mesmo punitivo, não sendo possível sua reforma ou a vigência de outra lógica na construção dos seus muros. Assim, aproximá-los é ampliar a força do debate abolicionista, ao mesmo tempo em que separá-los é trabalhar pela defesa da vida e dos Direitos Humanos. É nessa tensão que escrevo essas linhas, essas páginas, como um esforço de descer ao ordinário para reencontrar os modos de tecer a vida num contexto de devastação que são os espaços de reclusão, confinamento, privação de liberdade, em essência, prisão. Fazer isso em um programa de Saúde Coletiva, partindo de um problema que se inicia como “fazer saúde”, pretende sublinhar como o sofrimento por mais individual que seja é sempre político e historicamente configurado, assim como o são as possibilidades de agir com isso, matéria própria das formas de fazer saúde, de tornar a vida vivível.

Apresentação dos capítulos

O Capítulo 1, “Onde impera o medo”, apresenta os procedimentos de entrada em campo e o CENSE Dom Bosco, unidade em que realizei esta etnografia, bem como as relações que ali dentro se estabelecem, tomando a princípio o meu corpo e seus múltiplos acionamentos pelos atores como forma de adentrar a atmosfera da unidade. Esta é uma atmosfera de medo materializada na sua espacialidade e sujeira que, sob o signo da *insalubridade*, cria uma ambiência degradante que ameaça contagiar a todos que por ali circulam (agentes e internos) e da qual todos querem se diferenciar. O entorno degradante e desumanizador faz com que as relações entre os atores sejam permeadas por uma constante desconfiança, por uma *neurose* que coloca os jovens em estado de ansiedade e medo

⁷ Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), lei 12.594 de 2012.

permanente e funda seus corpos como distintos dos demais atores institucionais. Assim, os internos, construídos como figura ameaçadora e perigosa, são na verdade os corpos vulnerabilizados pela instituição e negociam cotidianamente a vida ali dentro sob a ameaça do horizonte prisional.

Após entrarmos no CENSE Dom Bosco, seguimos para os modos como jovens habitam o cotidiano degradante da instituição, como agem com o medo, foco do Capítulo 2 “*Tirar a cadeia tranquilo: agência e tessitura do cotidiano na privação de liberdade*”. Nesse sentido, apresento como os jovens se apropriam de normas e nomenclaturas institucionais não para se opor a elas necessariamente, mas de modo a fazer do cotidiano, com seus regimes de aliança próprios, um lugar habitável. Para tanto, *ritmam a cadeia*, constroem um *nóis é coletivo* contínuo ao seu modo de relação entre pares na *pista*, embora distinto, e se fazem circular pela unidade, de modo a fugir da restrição ao alojamento, no qual constroem relações em que *quem tá lá dentro nóis trata que nem família*.

O Capítulo 3 “Materialidades afetivas como possibilidade de ação (ou formas de fazer saúde)” explora os modos como os jovens, durante as oficinas me fizeram vaso comunicante entre o dentro e o fora, fazendo circular por mim alguns mediadores, como músicas, fotografias e alimentos, que os conectam com o fora da cadeia, ora transportando-os sem que saíssem do lugar ora fazendo o fora emergir no interior do CENSE Dom Bosco. Construía assim uma rede sociotécnica que ampliava suas possibilidades de existência na internação. Nesse sentido, as oficinas eram agenciadas por eles como recursos de infraestrutura, semelhante ao que faziam em outros espaços institucionais, como oficinas da equipe de Saúde Mental. Ao utilizarem esse espaço como recurso de manutenção da vida e reparação do mundo, cuidavam de si e uns dos outros, em uma ética do cuidado que se tecia em suas relações de reciprocidade assimétrica comigo, mas também nas suas relações entre pares.

Por fim, nas considerações finais, retomo o percurso desenhado até então, refletindo sobre o modo como, ao agir com o medo, a partir dele e contra ele, não apesar dele, os jovens foram me ensinando as possibilidades de fazer da escrita também uma escrita contra o medo. Nesse sentido, essa dissertação difere de suas reflexões originais sobre “fazer saúde” mas para elas retornam, alinhavando a construção de uma ética do cuidado por meio de uma escrita contra o medo.

1 ONDE IMPERA O MEDO



Desenho construído por Joaquim diante da provocação de que desenhasse como é estar preso.

Desenha três jovens, cada um deles representando um tipo de modo de estar na prisão, descrito por cada um dos balões. Da esquerda para a direita:

“Cheio de ódio, RLK”

“Nem falar... Vai chama trem!”

“Já falei, leia um livro que já já canta a liberdade, vlw”

Nas primeiras vezes em que entrei no Centro de Socioeducação Dom Bosco, o achei diferente de todas as demais unidades de internação por onde circulei. Era uma unidade calma, tranquila, em que os agentes socioeducativos deixavam-se estar com os corpos relaxados nas cadeiras próximas às atividades dos adolescentes. Havia poucos gritos, uma técnica conversava com um dos diretores sobre um jovem, os internos chamavam pelos diretores quando os viam e as minhas solicitações à unidade eram quase todas atendidas. Tudo parecia em seu devido no lugar, ordenado segundo o *padrão SINASE* - era a fama da unidade. No entanto, acostumada aos relatos de violência sobre os espaços de confinamento (RIO DE JANEIRO, 2017, 2019, 2020, 2021), à literatura prisional que trata a socioeducação de modo similar à prisão em sua lógica punitiva (HERNÁNDEZ, 2018; MALLART, 2011, 2019; NERI, 2009; VINUTO, 2019) e às diversas histórias de agressões sofridas que os internos contavam durante outras atividades no sistema socioeducativo, eu desconfiava dessa aparente tranquilidade e buscava a violência que, a meu ver, de mim escondiam.

Com o tempo, fui entendendo em meu próprio corpo que, ~~por debaixo~~ na superfície dessa tranquilidade, habitavam pesadelos, ombros tensos e uma incerteza certa da tortura (TAUSSIG, 1993), que ia criando em mim um medo que parecia não ter objeto. Um medo que me rondava e me fazia hipervigiar meu corpo e o de todos na instituição: internos, agentes, técnicas, direção. Uma forma de violência sutil que parecia escapar aos dedos e à qual faltava materialidade, embora ela estivesse por toda a parte - nas paredes, nos banheiros, nos alojamentos, na mesa dos agentes, nas oficinas. Uma violência que se apresentava como uma camada afetiva densa que percorria toda a instituição. Era uma atmosfera que se tornava visível a partir do medo, tomado como *neurose*, e dos afetos hostis (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021), como nojo e desprezo sob a forma de *insalubridade*, que pareciam constituir as relações e os sujeitos no perímetro institucional. Essas emoções, em sua circulação, iam criando uma fronteira entre os corpos, diferenciando-os, produzindo um eu e um outro. Não era apenas tensão, mas emoções em tensão, que iam colando determinados signos (como a sujeira e o temor) a determinados corpos, fixando-os (AHMED, 2004).

A seguir, ofereço um vislumbre de como fui adentrando essa atmosfera da instituição e participando da mesma, a partir dos efeitos de circulação dessas emoções, especialmente do medo. Para tanto, apresento o processo de entrada em campo, a unidade em que realizei as oficinas e a violência sutil que foi, por meio das emoções e afetos, moldando os modos de

interação entre os atores institucionais e modificando meu modo de habitar a instituição, acabando por levar à reconfiguração dos meus objetivos de pesquisa.

1.1 A pesquisa encontra o DEGASE: procedimentos de entrada e a violência que todo mundo vê

Para realizar uma pesquisa no DEGASE é necessário solicitar sua autorização por meio da Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire (ESGSE). Pesquisas que envolvem os jovens internos – seja presencialmente, seja no formato de seus prontuários, documentos etc – demandam a autorização da juíza responsável pela Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas. No caso desta pesquisa, por envolver seres humanos e se situar no campo da Saúde Coletiva, foi exigida também a submissão da pesquisa ao Comitê de Ética, via Plataforma Brasil. Assim, meu encontro com o campo, especialmente na construção de sua viabilidade, envolveu uma multiplicidade de documentos e autorizações, a fim de “proteger” não apenas os jovens em posição vulnerável, mas também a instituição – filtrando as pesquisas que poderiam ser realizadas ali dentro – e a mim mesma, construindo uma rede de suporte institucional que daria força ao meu corpo solitário na instituição. Proteções que dificultam o acesso às unidades e delimitam as possibilidades da pesquisa dão forma ao “imperativo da segurança” e, num mesmo movimento, constroem a **insegurança** presente no encontro entre pesquisadora e instituição, “(...) onde ronda constante um espectro de sigilo e segredo – movimento que produz uma zona de invisibilidade densamente povoada” (ESCOBAR, 2019, p.28), como se algo que não deve ser conhecido estivesse sempre prestes a emergir.

Na prática, a solicitação envolvia o envio do projeto da pesquisa, *deixando, por favor, bem clara a parte metodológica*; a carta de pedido de autorização judicial – que a própria ESGSE encaminhou para a Vara; uma Declaração de Matrícula Ativa do IMS/UERJ; um comprovante de residência; cópia do meu documento com foto; e um formulário para pesquisa da ESGSE preenchido, onde solicitaram meus dados pessoais e institucionais, perguntaram se eu já havia feito outras pesquisas com socioeducação e quais, bem como pediram informações resumidas do projeto, como objetivos gerais, número de pessoas envolvidas e unidade onde desejaria realizar a pesquisa. Em contato prévio por e-mail, fui

informada de antemão que não seria possível realizar a pesquisa na unidade feminina de internação – ainda que eu não houvesse feito tal solicitação -, *pois algumas unidades, como a feminina, já alcançaram o máximo de pesquisas possíveis para este ano, considerando o cenário de pandemia que ainda persiste*. Isso significava que não havia mais turnos disponíveis para realizar atividades com as jovens e que o número de pessoas externas autorizadas na unidade também havia chegado ao limite, sob a justificativa de reduzir a circulação do vírus Sars-Cov-2 e proteger as jovens internas.

Vale destacar que algumas semanas antes dessa troca de e-mail, houve uma denúncia de abuso sexual perpetrado por agentes SE na unidade de privação de liberdade feminina, que culminou no afastamento de cinco agentes, na exoneração do diretor da unidade e do Diretor Geral do DEGASE, com consequente processo judicial em curso sob segredo de justiça⁸. Embora não fosse novidade, como mostram os relatórios do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT/RJ) (RIO DE JANEIRO (ESTADO), 2017, 2019, 2020a, 2021), a formalização e a publicização da denúncia forçaram a instituição a sair da inércia. As jovens que fizeram a denúncia foram transferidas para outra unidade improvisada, uma vez que há apenas uma internação feminina no Estado. Logo após a divulgação da denúncia, foi votado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) - e aprovado por unanimidade - um projeto de lei que previa a exclusividade de agentes femininas em unidades femininas⁹, considerando inclusive o contexto das violências sexuais denunciadas pelo MEPCT/RJ. O governador, no entanto, vetou o projeto após a sua aprovação¹⁰.

As medidas adotadas para prevenir novos acontecimentos e dirimir os efeitos deletérios dessas situações envolviam responsabilização individual de determinados atores e um pressuposto generificado de que agentes mulheres não perpetuariam tais violências. Da perspectiva das jovens denunciadas, elas passaram a estar mais confinadas, com acesso a

⁸<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/05/jovens-que-denunciaram-abusos-sexuais-por-agentes-do-degase-sao-transferidas-para-outra-unidade.ghtml>
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-07/rio-cupula-do-degase-e-exonerada-apos-denuncia-de-abuso-sexual><Acesso em: 26 de maio de 2022>
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-lei-chega-tarde-para-as-detentas-adolescentes-abusadas-no-rio-de-janeiro/><Acesso em: 26 de maio de 2022>

⁹<https://www.brasildefato.com.br/2021/07/26/rj-defensoria-defende-pl-que-garante-a-custodia-de-internas-do-degase-por-agentes-femininas><Acesso em: 01 de julho de 2022>

¹⁰<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/22/governador-do-rj-veta-projeto-que-proibia-agentes-homens-em-unidades-femininas-do-degase.ghtml><Acesso em: 01 de julho de 2022>

menos recursos e expostas institucionalmente¹¹. Não houve problematização sobre o caráter punitivo que as medidas adotadas tiveram sobre as jovens, nem sobre seu (ausente) sentido ressocializador. O imperativo da segurança próprio a esta instituição escamoteou a atmosfera de insegurança que ele mesmo produziu, na qual as jovens foram abusadas em um ambiente “protegido” por meio da lógica da segurança que ali impera.

O processo legal contra os agentes e a transferência das jovens denunciadas foi suficiente supostamente para “protegê-las” de novas violências, tomadas como situação atípica e não como vinculadas ao modo de funcionamento da instituição. Os recursos adotados para proteção e cuidado das jovens obliteraram discursivamente o valor punitivo que estas soluções tiveram sobre o corpo já violentado das internas, num contínuo entre proteção e punição próprio aos espaços de confinamento (MALLART, 2019). Nas unidades socioeducativas, evitam-se os “problemas de segurança” ao garantir a proteção dos internos por meio de tecnologias punitivas.

Tomando o contexto de violações e sofrimento social (KLEINMAN; DAS; LOCK, 1997) inerente aos espaços de confinamento, como acima descrito, meu projeto de pesquisa versava sobre saúde: realizar uma pesquisa sobre os modos como os jovens agenciavam formas de *fazer saúde* privados de liberdade. A proposta era refletir sobre o *fazer saúde* a partir de uma noção de agência não-liberal, “(...) uma capacidade para a ação criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas” (MAHMOOD, 2006), p. 123). A pesquisa consistia em realizar oficinas com dois grupos de internos de uma unidade socioeducativa masculina, de modo a criar com eles um espaço de produção de saúde (FRANCO; MERHY, 2012; MEHRY, 2002) na internação, explorando os sentidos ampliados e nativos de saúde e cuidado. A violência aparecia para mim como pano de fundo do *fazer saúde* e não como foco da pesquisa. No entanto, o encontro com o campo e a possibilidade ser afetada por ele (FAVRET-SAADA, 2005) foram marcando meu corpo desde as primeiras negociações, fazendo com que trair meus objetivos iniciais ao longo da pesquisa fosse inescapável.

Me foi informado pela ESGSE que o processo de deferimento da pesquisa durava cerca de 30 dias a partir da submissão e, que, por ter relação com a saúde, meu projeto também seria avaliado pela Coordenação de Saúde Integral e Reintegração Social (CSIRS) do DEGASE. A aprovação pelo Comitê de Ética do IMS/UERJ dependia dos documentos referentes à autorização do DEGASE, sendo um processo posterior e articulado.

¹¹<https://oglobo.globo.com/rio/transferidas-meninas-que-sofreram-abusos-sexuais-reclamam-de-tratamento-de-agentes-em-nova-unidade-do-degase-1-25089596>

Originalmente solicitei realizar a pesquisa na Escola João Luís Alves, unidade masculina que me era familiar, mas precisei adaptar meu campo ao contexto institucional, pois *houve um problema no âmbito da segurança na Escola João Luis Alves, de modo que não vai ser possível iniciar a pesquisa nesse momento*. O problema: 24 agentes socioeducativos e o diretor da unidade foram afastados, acusados de tortura e maus tratos¹².

Como na unidade feminina, os relatórios do MEPCT/RJ já indicavam a ocorrência de tortura, maus-tratos e tratamento cruel ou degradante dentro das unidades socioeducativas de internação, desde a ambiência insalubre, alimentação de má qualidade, à proliferação de doenças de pele, agressões físicas, violência e a morte de internos sob tutela do Estado (RIO DE JANEIRO, 2017, 2019, 2020, 2021). A diferença, nos dois casos retratados, ocorreu pela formalização da denúncia pelo Ministério Público. Com o afastamento dos agentes SE sem a sua rápida reposição, houve suspensão das atividades internas da EJLA, incluindo algumas atividades de cunho SE. Estas atividades traçam, em tese, a linha divisória entre as unidades socioeducativas e os estabelecimentos prisionais (VINUTO; BARBOSA; HERNÁNDEZ, 2021). A rápida suspensão das mesmas evidencia novamente o caráter punitivo desses estabelecimentos e sua *sintonia* com o aparato prisional, ainda que guardadas as suas especificidades (MALLART, 2011, 2019).

Acerca dessa lógica, é importante observar que o sistema socioeducativo em geral e a MSE de internação em particular se estruturam a partir de um aparente paradoxo punitivo-protetivo que serve de esteio para a criação de um cotidiano sancionatório para os jovens internados em nome de sua proteção integral. É a continuidade entre proteção e punição que possibilita responder a uma situação de tortura, violência, abuso ou maus-tratos com o confinamento dos jovens – vítimas desses eventos – em seus alojamentos, ou sua transferência para unidades mais distantes e com maior dificuldade de acesso para as famílias. Nas unidades socioeducativas, não apenas se pune em nome do cuidado e da proteção dos jovens, mas o próprio modo de operar a proteção é por sanções e punições aos jovens.

A sobreposição entre proteção e punição também aparece nas legislações e normativas referentes ao sistema socioeducativo. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) está previsto que as medidas socioeducativas de privação de liberdade sejam realizadas em um estabelecimento educacional (BRASIL, 1990). No entanto, as normativas emergenciais feitas

¹²<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/20/justica-afasta-25-servidores-do-degase-por-suspeita-de-maus-tratos-e-tortura-contrainternos-de-unidade-diz-mprj.ghtml>
<https://www.brasildefatorj.com.br/2022/01/25/justica-afasta-25-servidores-do-degase-por-suspeita-de-maus-tratos-e-tortura>
<https://www.conjur.com.br/2022-jan-20/justica-afasta-25-servidores-acusados-tortura-internos><Acesso em: 26 de maio de 2022).

no contexto da pandemia de Sars-Cov-2 incluíram as unidades socioeducativas no mesmo escopo que as prisionais, como apontam Vinuto, Barbosa e Hernández (2021). Além disso, no contexto da pandemia, também foram as atividades que delimitam a função socioeducativa das unidades (como a relação com outras políticas públicas, como a de Saúde; o contato com as famílias; e âmbito educacional, incluindo as atividades escolares) as que foram imediatamente suspensas, mantendo-se apenas a função de contenção dos jovens, cujo sofrimento na privação foi marcado por rebeliões e cortes/auto-mutilação (RIO DE JANEIRO (ESTADO), 2020a, 2020b, 2021; VINUTO; BARBOSA; HERNÁNDEZ, 2021).

Sutilmente – ou nem tanto – houve uma condução da minha pesquisa para uma unidade específica, o Centro de Socioeducação Dom Bosco (CENSE Dom Bosco), sugerido pela própria ESGSE como alternativa à EJLA, onde poderia iniciar a pesquisa imediatamente. Esta unidade é o antigo Instituto Padre Severino (IPS), que eu conhecia apenas pelas muitas histórias de violação de direitos¹³, que culminaram na sua desativação. O CENSE Dom Bosco foi planejado inicialmente para ser uma unidade de internação provisória para jovens da capital e região metropolitana. Com o fechamento do Educandário Santo Expedito (ESE)¹⁴ em 2019, o CENSE Dom Bosco passou a receber adolescentes em cumprimento de MSE de internação que seriam encaminhados ao ESE¹⁵. Em 2021, foi inaugurado o CENSE Maria Luiza Marcate Ramos, unidade de internação provisória¹⁶. A partir desse momento, o CENSE Dom Bosco tornou-se exclusivamente uma unidade de internação definitiva.

Se a princípio meu projeto focava na saúde e tinha o sofrimento e a violência apenas como pano de fundo, os acontecimentos durante o processo de autorização da pesquisa, deram visibilidade ao ambiente de violações, instalando a insegurança em meu corpo, na busca dos segredos – violentos - escondidos à espreita de serem revelados, modulando meu modo de estar na unidade de privação de liberdade e conduzindo as entradas – ou portões - por onde eu poderia caminhar.

¹³<https://oglobo.globo.com/rio/fim-do-padre-severino-estado-inaugura-novo-espaco-para-menores-infratores-5856537><Acesso em: 30 de maio de 2022>

¹⁴<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/06/5652967-justica-determina-fechamento-de-unidade-da-degase-em-bangu.html><Acesso em: 30 de maio de 2022>

¹⁵<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/238743693/doerj-poder-executivo-26-04-2019-pg-15><Acesso em: 30 de maio de 2022>

¹⁶<https://leisestaduais.com.br/rj/decreto-n-47797-2021-rio-de-janeiro-cria-sem-aumento-de-despesa-na-estrutura-organizacional-do-departamento-geral-de-acoos-socioeducativas-degase-o-centro-de-socioeducacao-cense-maria-luiza-marcate-ramos-da-secretaria-de-estado-de-educacao-e-da-outras-providencias><Acesso em: 30 de maio de 2022>

1.2 O CENSE Dom Bosco

Me impressiono de início com os portões. Sempre me impressionam os portões das unidades do DEGASE: blocos de metal azul, de 3m ou mais, com um brasão do Departamento impresso sobre eles. As paredes que o cercam, brancas e grossas, que crescem imponentes. Como as unidades de internação do município ficam todas próximas entre si e à ESGSE, é possível ir a pé de uma à outra, criando-se um grande complexo do DEGASE na entrada da Ilha do Governador, bairro carioca conhecido por abrigar as forças aéreas nacionais e o aeroporto internacional da cidade. Para entrar no CENSE Dom Bosco, tocamos uma campainha e o portão corre para a nossa direita. Não há entrada de pedestre, de modo que entramos pela entrada de veículos¹⁷. Cruzamos um pequeno estacionamento não-asfaltado e entramos na portaria da unidade. Neste local, um agente socioeducativo pede nossa identificação oral: nome, matrícula ou RG para quem não é funcionário, instituição e horário de entrada - o de saída será preenchido quando cruzar novamente a portaria. Cruza-se uma porta de ferro com tranca magnética e estamos em um hall onde há dois banheiros e duas salas. À esquerda, há um corredor, que ziguezagueia, dando, de início, uma impressão labiríntica. No entanto, só há um caminho a seguir. A cada dobra do corredor, uma porta de ferro equipada recentemente com tranca magnética ou um portão gradeado, com ferrolho e cadeados grossos (embora sempre destrancados nos horários em que eu estava lá). Para abrir, basta apertar um botão ou puxar o ferrolho, se estiver indo “para dentro” da unidade; no sentido oposto, “para fora”, é necessário passar o braço entre as grades ou em um quadrado vazado e puxar o ferrolho ou apertar o botão, respectivamente, tornando a saída mais lenta.

Na primeira parte do corredor, ficam a sala da administração, a sala da direção e uma academia de ginástica equipada utilizada pelos agentes – há mais uma sala da qual não sei a função. Ao final, há um bebedouro grande e, na parede da direita, há uma porta de ferro que dá na próxima parte do corredor: sala da defensoria, consultório odontológico, consultório médico, enfermaria, sala das técnicas, copa dos agentes e uma sala de descanso em reforma. Este corredor termina em um saguão com cadeiras em L e uma mesa onde fica sentado um agente a observar a TV em sua frente. Este saguão é o ponto de encontro entre os agentes, que

¹⁷ Algumas vezes, cruzei com o furgão do DEGASE que transportava adolescentes. Ele ocupava o exato espaço entre a portaria e o portão da rua. Com a traseira virada para a portaria, saltavam dali adolescentes de braços dados e algemados nessa posição, de modo a dificultar sua locomoção e, portanto, sua possível fuga.

se reúnem quando não há atividades em curso. Normalmente conectada no circuito interno¹⁸, é possível observar pela TV desde o portão externo da unidade até todos os corredores internos das galerias, sem visibilidade apenas do interior dos alojamentos. Há uma TV também na portaria, normalmente conectada na Globo, e outra na sala da direção – por onde os diretores costumam localizar os profissionais com quem desejam falar.

Nesse saguão à direita, há um portão gradeado. Depois desse portão, fica o *campo*¹⁹ à esquerda, o pátio à direita – separado por um outro portão gradeado – e em frente uma área coberta, margeada pelo campo e pelo pátio. Nessa área há algumas poucas salas utilizadas pela equipe técnica para seus atendimentos: cubículos minúsculos, cada um com uma mesa e duas cadeiras, tudo branco e de plástico, parecem salas de interrogatório, com um vidro fosco na porta, de onde é possível ver o que acontece dentro. Defronte a elas, uma cela, com um banco de pedra ocupando suas paredes, onde os internos aguardam atendimento. Em frente a esta cela e ao lado das salas, uma mesa, onde ficam os agentes que coordenam o plantão e organizam a retirada dos jovens de seus alojamentos. Depois dessa parte, fica o conjunto mais recente dos alojamentos, o *anexo*, descrito pelos agentes como *padrão SINASE*²⁰, onde ficam os jovens do município do Rio de Janeiro, e a escola. No pátio, à esquerda, fica outro conjunto de alojamentos mais antigos, a *comarca* – herança do antigo IPS – onde ficam os jovens cujos processos não são da comarca da capital. No pátio, também ficam as janelas de alguns alojamentos da unidade de internação provisória que lhe é limítrofe, o CENSE Maria Luiza. No fundo do pátio, ficam duas salas de contêiner num platô: a sala multiuso e a sala de informática, locais em que realizei as oficinas. É preciso subir uma pequena rampa até as salas. Abaixo da rampa, no pátio, de frente para a entrada das galerias da *comarca* há uma mesa onde ficam os agentes SE e na parede da galeria, ao lado e de frente para os agentes há um bebedouro grande. É importante frisar que não cheguei a conhecer a parte dos novos alojamentos, do refeitório e da escola, sendo apenas informada de onde ficavam. Também não adentrei as galerias do pátio, apenas vislumbrava suas paredes externas – algumas queimadas, algumas com ventiladores por fora, voltados para dentro - a caminho do grupo.

¹⁸ Presenciei algumas vezes a TV conectada na Rede Bandeirantes, na Rede Globo e outros canais de TV aberto a programas da TV aberta.

¹⁹ Campo de futebol, descoberto e de grama onde os jovens jogavam futebol (sempre futebol).

²⁰ Isso indica que há apenas três camas no alojamento, podendo receber menos internos por vez. No entanto, um jovem alojado aí me disse que haviam 6 jovens, incluindo ele, no alojamento, sendo dois deles, baleados em recuperação.

A sala multiuso era originalmente a sala destinada a pesquisa. Retangular, sem janelas e com apenas uma porta, possuía um bueiro no chão de onde saíam baratas²¹, havia um pequeno quadro branco ao fundo, uma mesa e algumas poucas cadeiras. O ar-condicionado da mesma ou não funcionava ou ligava apenas em uma temperatura que a depender do dia era gélida ou quente. A sala fedia a baratas e eventualmente havia copos descartáveis usados que permaneciam lá por semanas. Uma vez, ela estava completamente suja, com cabelos no chão e sobre as cadeiras, e as faxineiras, quando as chamei, indicaram que devia ter acontecido uma oficina de barbearia ali. Alguns dias, os agentes sugeriam que eu usasse a sala de informática para evitar as baratas, alegando que o bueiro estava para ser fechado: *Sente esse cheiro? Tá vendo aquele buraco (um quadrado grande de concreto destacado no piso), sai barata dali. Faz na outra, tudo bem?*. Em outros, me encaminhavam para a multiuso. E, noutros, me perguntavam o que eu preferia. Em algum momento, instalaram em uma das paredes da sala multiuso um painel com disjuntores, fios e tomadas falsas e uma lâmpada, pois deram início a um curso de *engenharia elétrica*²² e compreendi que esses contêineres eram adaptáveis às necessidades dos cursos ofertados e, por isso, multiuso.

A sala de informática era geminada à multiuso. Sem o bueiro, não fedia a baratas e possuía cerca de 10 computadores fixos e fora da tomada, 5 em cada parede lateral, dispostos em baias individuais, com cadeiras de rodinha. Havia também uma mesa escolar e duas carteiras escolares. O ar-condicionado funcionava no princípio, quebrando quase ao final do período das oficinas. Eventualmente, alguns crachás de adolescentes, com informações pessoais, ficavam depositados ali. Certa vez, um projetor estava ligado. Havia manchas no chão de algo que parecia café, copos descartáveis utilizados e largados, e algumas eventuais baratas. A presença dos computadores com acesso à internet deixava os jovens participantes da oficina ouriçados, precisando lidar com a tentação de utilizá-los diante da proibição. Segundo a direção, os computadores eram do Programa Jovem Aprendiz e estavam para ser retirados, pelo encerramento do projeto nesta unidade. No primeiro dia de oficina, em ambos os grupos realizados nessa sala, os jovens sugeriram que seria bom usar os computadores nos encontros e esse foi um dos primeiros acordos que fizemos: iríamos utilizar os computadores para uma atividade ao menos.

Um agente, ao me explicar as reconfigurações do espaço para a abertura do CENSE Dom Bosco e do Maria Luiza, que ocupam parte do que era o IPS, enfatizou a falta de

²¹ Suas bordas foram seladas com cimento poucas semanas antes do encerramento das oficinas, mas lembro que o cheiro e o aspecto desagradável permaneciam.

²² Como os jovens o nomeavam.

planejamento para tanto: *cresce que nem as favelinhas, faz uma obra, sobe uma parede ali, faz um puxadinho aqui e pronto! outra unidade*. Os espaços por onde circulei tinham paredes descascadas e/ou queimadas, um ar cinzento que compunha uma atmosfera densa. Um dia, após uma chuva muito forte na cidade, algumas salas da unidade estavam alagadas e o pátio estava repleto de baratas, que ocupavam tanto o chão quanto as paredes. Internos, agentes e faxineiras, todos pontuavam o nojo que sentiam dessa cena, que revelava que tudo ali estava fora de lugar. A paisagem degradante e degradada apontava para um potencial contaminante do espaço, cujo perigo era degradar aqueles e aquelas que por ali circulassem. A ambiência suja expressava uma desordem que era fonte de poluição e perigo (DOUGLAS, 1966).

Se à primeira vista, a violência escapava aos olhos, ela ia se mostrando de modo sutil, materializando-se nas paredes, nas baratas, na insalubridade e nas regras de higiene. Condições infraestruturais que produziam afetos hostis e contaminantes (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021) gerando repulsa, revolta e busca por diferenciação/purificação. Nesse processo, também iam se dando a ver as estratégias de humanização, que permitiam que os atores se diferenciasssem do espaço e de seu perigo de desumanização e poluição moral. Se eu atravessasse os portões de ombros tensos em busca de agressões físicas e sexuais, fui me encontrando aos poucos com uma violência sutil, que eu não conseguia capturar e permanecia buscando, sem saber onde se encontrava, pois se esgueirava nas falas, na ordem que se impunha pela desordem e na atmosfera que nos rondava.

1.3 Espacialidade da internação e afetos hostis: estratégias de diferenciação

Em um contexto de degradação produzida pela própria ambiência, cada um dos atores institucionais com os quais interagi acionava estratégias distintas de humanização. Os jovens criavam uma rígida rotina de higiene e limpeza do seu espaço de socialidade, os *QGs*²³, e os agentes socioeducativos anunciavam a insalubridade da unidade socioeducativa a partir da busca por esse adicional salarial. Entre eles, os diferentes banheiros da unidade e seus modos de utilização revelavam os diferentes modos de produzir corpos no espaço.

²³ Como os jovens se referem ao seus alojamentos, em referência ao termo Quartel General.

1.3.1 Os alojamentos e a higiene

Contra a sujeira da unidade socioeducativa, os internos esforçavam-se para garantir a ordem e a limpeza em seus alojamentos, os *QGs*, bem como o seu asseio pessoal. A esse respeito, era comum algum deles se atrasarem para a oficina e os demais explicarem que ele *devia estar se arrumando*, explicando que tomam banho, penteiam o cabelo e, dentro das suas restritas possibilidades, investem em manter uma boa aparência, com os cabelos sempre bem cortados, barbas e sobrancelhas feitas e alguns deles, inclusive, com as unhas bem cuidadas. Em nossos encontros, seus chinelos brancos estavam sempre limpos, bem como as blusas do uniforme também brancas, que não possuíam manchas.

Com um *ritmo* (modo de funcionamento) próprio em cada galeria e pequenas variações em cada *QG*, os jovens imputavam uns aos outros uma rígida rotina de limpeza diária: após todas as refeições²⁴, varre-se o *QG* e uma vez por semana, fazem uma faxina, utilizando produtos cheirosos, como shampoo e desodorante, em caso de ausência de produtos próprios de limpeza – que podem ser proibidos e/ou regulados pela direção da unidade. Varrer o alojamento após as refeições era tão sério que apenas jovens com sequelas graves e/ou baleados eram dispensados da atividade e até o *primeiro mais velho*, aquele com maior tempo na unidade de internação e chefe do *QG*, podia passar por um *circulado* caso não varresse, uma reunião entre os jovens – do *QG* no caso - para julgamento coletivo das situações. Essa rotina narrada por eles produzia um ordenamento do espaço que diferia do aspecto sujo de outros ambientes da unidade, garantindo a limpeza e a ordem a partir de rituais de higiene (DOUGLAS, 1966). A rotina de higiene se tornava um tensionamento aos atributos poluidores e às condições degradantes do espaço que os desvalorizavam moralmente²⁵.

No dia após a chuva, ao perguntar aos jovens se havia baratas em seus alojamentos, alguns me responderam que não, com cara de nojo e indignação pela própria pergunta, enquanto outros me diziam que as galerias foram infestadas de baratas e ratos. Essa diferença era decorrente do prédio onde o jovem estava alojado: no *anexo*, construção mais recente, não havia bichos; na *comarca*, galerias herdadas do antigo IPS, havia ratos e baratas, mantidos

²⁴ As refeições são normalmente servidas no interior dos alojamentos. Segundo os internos, após uma ordem da juíza da Vara de execuções versando sobre a necessidade que saíssem dos alojamentos, o CENSE Dom Bosco passou a rotacionar os alojamentos que comeriam no pátio, sendo um diferente a cada refeição.

²⁵ Eu não entrei nos alojamentos, de modo que esse era o relato dos jovens a respeito da sua organização do espaço

afastados do interior dos alojamentos. Entre o nojo e a resignação, demonstravam o incômodo com a situação de precariedade que lhes era imposta, reconhecendo, humilhados ou indignados, a sua possibilidade de contaminação pelo espaço – desumanizador – e, ao mesmo tempo, expressando um saber-se humano, a partir dessas emoções (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021).

A unidade estava com uma lotação acima da permitida pelo relato dos jovens, mas não me foi nomeado como um cenário de “superlotação” nem pelos profissionais nem pelos internos. Houve, de fato, uma redução dos adolescentes internados ao longo dos últimos dois anos em função do cenário da pandemia de Sars-Cov-2, que levou à suspensão dos Mandados de Busca e Apreensão por alguns meses e a liberação de muitos jovens que estavam internados, a fim de reduzir a lotação e aglomeração das unidades socioeducativas do estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2020a, 2020b, 2021). O cenário de superlotação justificou por anos a precariedade do espaço (RIO DE JANEIRO, 2017, 2018, 2019). No entanto, a sua retirada de cena e a manutenção da degradação, recoloca o problema da ambiência desumana como um certo modo do Estado se fazer em suas margens (DAS; POOLE, 2004) produzindo pouco a pouco e no cotidiano, ali onde parece se ausentar ou falhar, um modo de vida precarizado, marcado pelo sofrimento social (KLEINMAN; DAS; LOCK, 1997). A suspensão geral das medidas de contenção do vírus em 2022 no município pode ter voltado a modificar o quadro de esvaziamento das unidades, como me explicou Romilson.

Seu *QG* era no *anexo* e, portanto, em função do *padrão SINASE* possuía apenas três camas de pedra, ou *comarcas*, e abrigava naquele momento seis jovens, estando dois deles baleados, com pouca mobilidade. Ele me explicou que um baleado dorme sozinho em uma *comarca* e o outro dorme sozinho no chão. Os quatro jovens restantes no alojamento dividem as outras duas *comarcas*. Cada alojamento nesta unidade tem uma TV, um rádio, um banheiro e algumas *comarcas*²⁶, conforme informações dos próprios jovens.

Aqui, peço licença a quem me lê para fazer uma pequena digressão na narrativa e focalizar um pouco os banheiros da unidade, bons analisadores dos modos de distribuição e produção de corpos e seus atributos morais no espaço.

²⁶ 3 em cada alojamento do *anexo* e 7 em cada alojamento da *comarca*.

1.3.2 Os banheiros: analisadores morais

Os banheiros dos alojamentos têm um chuveiro, um vaso, uma pia. Sem porta, possuem apenas uma cortina, fechada principalmente quando *vão quebrar* (masturbar-se), pois a homossexualidade é muito reprimida entre eles, sendo importante manter o erotismo solitário e qualquer referência genital em regime de invisibilidade (FOUCAULT, 1988). Lucrécio, *primeiro mais velho* de seu *QG*, me explicou que uma das regras por ele imposta é que os membros do seu alojamento devem urinar sentados, de modo a não sujar o vaso que será compartilhado por todos os demais²⁷. Caso urinem em pé, além de limpar o banheiro – e não apenas o vaso, pois respinga – apanham dos demais. Há uma regulação hegemônica para as diversas funções do banheiro (banhar, defecar, urinar, masturbar-se), cada uma com regimes de visibilidade diferenciados, a partir de um pressuposto generificado. Nesse sentido, se “Mijar de pé publicamente é uma das performances constitutivas da masculinidade heterossexual moderna” (PRECIADO, 2018)²⁸, os jovens em privação de liberdade deslocam essa fronteira entre masculino e feminino, público e privado, em nome da garantia de um ordenamento do espaço que objetiva a sua limpeza e a preservação de sua humanidade, numa articulação entre limpeza e ordem moral generificada.

Jimena De Garay (2018), ao fazer uma pesquisa feminista em uma unidade socioeducativa de internação masculina, investigou os múltiplos sentidos que a masculinidade assume neste espaço, especialmente no que concerne à categoria *ser sujeito homem*, bastante enunciada pelos jovens. Segundo a autora, as masculinidades são negociadas em cada contexto, segundo as referências culturais e pelo pertencimento aos grupos com os quais se envolvem. A masculinidade hegemônica seria um padrão inalcançável por completo, cuja fragilidade residia exatamente no risco constante de desvio – ou de sua poluição. Como Butler (2019) já havia nos alertado, toda norma contém em si mesma a sua própria transgressão.

Assim, as masculinidades no interior de uma unidade socioeducativa se tecem no cotidiano a partir de disputas e conflitos constantes em torno de normas e valores hegemônicos e de suas transgressões. A homossocialidade imposta pelo regime de internação heterossexual e cisgenerificado interpela os jovens a criarem outras normas e

²⁷ Cada alojamento conta com algumas comarcas (camas de pedra), um banheiro com vaso, chuveiro e pia, uma TV, um rádio e um ventilador. Caso um destes últimos quebre, os adolescentes ficam sem, até a direção consertar ou autorizar a entrada de novo equipamento.

²⁸ <https://www.select.art.br/lixo-e-genero-mijar-cagar-masculino-feminino/> <Acesso em: 27 de maio de 2022>

performatividades – como mijar sentado – a fim não de recusar a heterossexualidade como valor, mas de assegurá-la em um contexto de homossocialidade. Nesse sentido, produz-se um deslizamento da norma para afirmá-la, mantendo a heterossexualidade como valor, regulando e controlando as possibilidades de exercício de sexualidade no convívio com os demais a partir da violência explícita ou latente. Ao mesmo tempo, flexibiliza o toque físico carinhoso, sendo comum ver jovens sentados abraçados, *se vacilar nós dorme até agarrado*, em um cenário solitário e de sofrimento em que não há outras interações possíveis.

Os banheiros do DEGASE parecem organizar da mesma forma algumas relações internas da instituição, também generificadas pois, para cada grupo, há um banheiro. Há um banheiro na sala da direção²⁹, que utilizei apenas uma vez e que, antes de me permitir utilizá-lo o diretor entrou, deu descarga e organizou o espaço. Ele parecia constrangido que eu estivesse ali, como se eu estivesse fora do lugar, embora tivesse ele próprio me ofertado seu uso. Há o banheiro das técnicas, que não sei onde fica, mas sei que é necessário ter uma chave para utilizá-lo e que em outras unidades que frequentei era o que me destinavam. Há o banheiro do hall que fica logo após a portaria, cuja chave fica na sala da administração e é utilizado por esses profissionais, em sua maioria homens. Era esse o que me destinaram no Dom Bosco, do mesmo modo que era na administração que eu deixava minha mochila com meu celular antes de ir para a sala multiuso. Na primeira vez em que utilizei esse banheiro, um diretor brincou dizendo que era para eu ir sabendo que era um banheiro *padrão DEGASE*. No entanto, ao contrário do que indicava o tom depreciativo, o banheiro era limpo e estava cheiroso! Novamente revelando que eu estava fora de lugar, anunciando desordem e perigo (DOUGLAS, 1966) com meu corpo que desestabilizava a ordem local, não pelo meu potencial poluidor nesse caso, mas pela possibilidade do meu contágio. Um corpo de mulher, branca, pesquisadora que deveria ser “protegido”, “assegurado” onde reinava a ordem pelo imperativo da (in)segurança.

A lógica de contágio produzia as relações generificadas no espaço, atribuindo às mulheres – especialmente às mulheres brancas, como eu – um padrão de higiene diferenciado, inalcançável em uma “casa de homens” (HERNÁNDEZ, 2018) além de apontar para um duplo fazer de gênero e Estado na produção de uma instituição estatal (VIANNA; LOWENKRON, 2017). Vale destacar que não sei qual banheiro é atribuído às visitas, mas imagino que seja o do pátio, onde elas acontecem. Em geral, a essas visitantes, mulheres negras em sua maioria, não há destinação especial de banheiro nem higiene, de modo que é

²⁹ Existem três diretores nessa unidade: diretor adjunto, diretor técnico, diretor de logística.

importante demarcar a sua poluição/contágio a partir dos vínculos de afeto com os internos (PADOVANI, 2015) e do racismo genderizado (KILOMBA, 2019) que ali se apresenta de modo velado, que produzem sua prisionização secundária (CUNHA, 2015; GODOI, 2017). Destaco também que não fui apresentada ao banheiro destinado aos agentes socioeducativos e que não cruzei com nenhuma agente mulher.

1.3.3 A insalubridade: segurança, trabalho sujo e desumanização

Durante os dois meses e meio que frequentei o CENSE Dom Bosco, interagi mais detidamente com alguns poucos agentes socioeducativos e todos pautaram comigo suas precárias condições de trabalho, enfatizando o fato de que *ninguém os ouvia*. Eles se queixavam das condições insalubres do ambiente de trabalho e da falta do adicional salarial por *insalubridade*, queixa especialmente endereçada a mim, que supunham possuir um poder de mudança das suas condições de trabalho pela relação com “A Academia”.

G. se junta a nós e ele está MUITO puto! Há baratas espalhadas por todo o pátio. São MUITAS baratas, aglomeradas, aninhadas, vivas e mortas, pelas paredes e pelo chão. Há manchas marrons que parecem cocô de barata na parede nos pedaços pequenos em que não há baratas de verdade. São as mesmas manchas amarronzadas que existem na parede da sala onde realizo as oficinas. O pátio está um pouco molhado, além disso. G. vira para mim e me diz, irritado e meio gritando, *você é pesquisadora, né? Você tá vendo? Tá vendo esse monte de barata? As condições que a gente trabalha? Você, por favor (imperativo, apesar do por favor) diga a verdade e fale disso, vai que muda alguma coisa, já que você é pesquisadora. Porque a gente trabalha nessas condições e não tem nem insalubridade!!!!*.(Diário de campo, março de 2022).

Diante de uma situação bastante degradante, os agentes utilizavam a demanda por *insalubridade*, categoria forte no campo da Saúde, para expressar sua indignação, a partir da qual demonstravam a não-naturalização da precariedade que lhes é imposta pelo seu trabalho sujo (VINUTO, 2019). Essa indignação aciona o idioma do nojo e da repugnância (MILLER, 1997) por meio do qual reconhecem o perigo físico e moral de contaminação ao qual estão expostos em seu trabalho.

O nojo tem um importante papel na manutenção e na produção da ordem social, pois por meio dele identificamos aquilo que devemos repelir e aproximar, como o feio e o belo, o mau e o bom (MILLER, 1997). É por meio da enunciação de sua indignação e produção de juízo moral negativo sobre a situação em curso, que os agentes buscam humanizar-se e evitar a sua poluição e desvalorização/desumanização, uma vez que a repugnância e o nojo são

sentimentos morais e sociais e, portanto, necessariamente humanos (MILLER, 1997). A *insalubridade*, ao ser reconhecida e evocada, os “protege” dos perigos de contaminação, pois demarca sua humanidade e os diferencia dos jovens e do ambiente *insalubre*, lidos por eles como fonte de poluição física e moral.

Eles produzem, a partir dos seus afetos hostis (DÍAZ-BENÍTEZ; GADELHA; RANGEL, 2021), uma certa hierarquia social, diferenciando-se dos internos, a quem desprezam e humilham, como forma de manutenção da ordem e de sua superioridade moral. Os agentes com quem interagi na unidade eram em sua maioria negros e/ou vindos de territórios periféricos, e me contavam também sobre suas semelhanças com os jovens, como território de origem, local de moradia, classe social ou percurso de vida para demarcar o modo como trilharam caminhos diferentes, moralmente mais valorosos, como tornarem-se funcionários públicos ao invés de criminosos, num certo desprezo às trajetórias dos internos. Às vezes, inclusive, relatavam que já *fizeram coisa errada*, mas que amadureceram e mudaram de vida, num movimento que inferiorizava os internos ao infantilizá-los.

Na construção das hierarquias morais institucionais e sociais, um dos agentes marcou a diferença moral entre os *mendigos* (jovens sem família, que vão ou vieram de abrigos) e os *adolescentes do tráfico*, afirmando que os do tráfico estão pensando em seus negócios na *rua*, querem cumprir seu tempo, não querem arranjar confusão para ficarem ganhando mais seis meses até completarem três anos de confinamento. *Os mendigos, não, eles têm direitos? Até têm, e eles sabem disso, mas ficam pedindo quero mais um pão, outro uniforme etc.* Há um desprezo e uma repugnância em relação aos *mendigos* que não aparecem no relato sobre os internos vinculados ao tráfico, inclusive por estes aceitarem as normas da instituição – e sua consequente degradação - com maior resignação, o que compõe a aparente *tranquilidade* da unidade que havia inicialmente me chamado atenção.

Apesar disso, ao se verem comparados aos internos em geral, os agentes se sentem mais desvalorizados e invisibilizados por atores externos que os jovens privados de liberdade. Se sentem desqualificados pela Direção Geral do DEGASE, composta por policiais militares e/ou civis que não reconhecem a sua carreira, e são vistos como *torturadores* pelos órgãos de defesa dos Direitos Humanos que apenas protegem os *adolescentes*:

B. me contou que depois de uma chuva/tempestade muito forte que houve lá, a parte por onde circulam os agentes e a equipe técnica, bem como a lavanderia da unidade, estava tudo alagado. Quando foi conferir os alojamentos dos adolescentes, não havia uma gota de água. E ele diz isso irritado, com raiva, como se fosse muito injusto. E segue dizendo *se fosse lá com os adolescentes, se chove no alojamento, resolvem rapidinho, vem Defensoria, vem fiscalização e vão resolver, mas com a gente não tem interesse.* (Diário de campo, março de 2022)

Os agentes se sentem desvalorizados em sua função, sem reconhecimento e creditam parte de sua precariedade à contaminação que vivem e ninguém vê, uma vez que estão ali nas unidades diariamente, vivendo as mesmas condições insalubres que os jovens e, no entanto, a diferença que faz diferença (BRAH, 2006; LOWENKRON, 2020; SOLATERRAR, 2020) aqui é ser menor de idade e privado de liberdade. Daí, emerge sua indignação que despreza os jovens e repugna o ambiente de trabalho.

O aspecto degradante do espaço coloca em perigo de desumanização todos os sujeitos que ali habitam, trabalham ou transitam cotidianamente, ainda que de maneira desigual e assimétrica, construindo suas possibilidades de existência. Se por um lado, o espaço degrada a todos, em suas relações internas os sujeitos combatem a precariedade a partir de uma micropolítica das emoções (CARNEIRO, 2013; COELHO, 2010; LUTZ, 2012; LUTZ; ABU-LUGHOD, 1990; VÍCTORA; COELHO, 2019), criando formas de hierarquia e superioridade por meio de afetos hostis, como nojo, repugnância e desprezo (MILLER, 1997) que os diferenciam dos demais e do espaço. Se os jovens buscavam se diferenciar dos elementos poluidores pelas práticas e regras de higiene, os agentes socioeducativos faziam isso por meio da demonstração da *insalubridade* de sua atividade laboral, no reconhecimento das características degradantes do espaço e na constante comparação com os jovens, que eram por eles depreciados, mas apareciam em suas narrativas valorizados e protegidos por outras entidades estatais.

Ambos buscavam uma forma de humanizar-se e separar-se da poluição moral que o ambiente parecia impor, com as baratas à mostra, o cabelo no chão e a sujeira nas paredes. Ao nomeá-las como tal ou criarem formas de manter a sujeira afastada, mostravam a não-naturalização e não-normalidade de sua poluição, acionando sua humanidade pelo nojo que sentiam do espaço que os contaminava, com seus perigos físicos e morais. E agenciavam a mim para observar e denunciar não a falta de higiene das pessoas que ali habitam, mas o descaso de outras instâncias da administração estatal para a vida que ali acontece.

Assim, a espacialidade da unidade socioeducativa expressa as múltiplas relações e tensionamentos que lá existem, revelando as posições sociais, generificadas e racializadas diferenciadas dos seus atores, bem como as estratégias de contenção do contágio e gestão dos riscos agenciadas por eles. Neste espaço, a impureza própria ao desvio que comporta flui por entre as grades, podendo contaminar a todos e, diante deste risco, cria-se uma tensão constante, uma atmosfera de medo e receio, que antecipa o contágio a fim de evitá-lo e, nesse mesmo movimento, acaba por produzi-lo.

1.4 A atmosfera do medo: neurose, rumor e violência sutil

Neste contexto de privação de liberdade, em que eu antecipava as violações de direitos e me encontrava com a repugnância produzida pelo espaço como forma de humanização, parecia que havia sempre uma violência à espreita, um rumor de uma punição por vir, um estado de *neurose* constante, uma tensão pré-existente que aguardava sua implosão. Tensão que era tanto por eventos atuais quanto virtuais, composta de fatos e de rumores, de racionalidade e magia, que juntos costuravam um modo ilegível de fazer Estado (DAS, 2020) com efeitos concretos sobre a vida que ali acontece. Apresento neste item, portanto, os rumores e as *neuroses*— sempre matérias afetivas - que foram se formando em mim neste processo de pesquisar em um espaço de confinamento. Tomo meu corpo de empréstimo para as reflexões menos como fonte de uma ilusão biográfica (BOURDIEU, 1986) e mais como um analisador dos modos de circulação de determinados afetos entre os diversos atores institucionais, particularmente do medo e da *neurose* e dos efeitos de separação entre corpos que isso produz.

1.4.1 Rumor, vulnerabilidade e perigo

Em minha primeira conversa com a direção, na qual apresentei a proposta da pesquisa e foram definidos os dias/horários das oficinas bem como outras pactuações locais, me deparei com o receio do diretor de que eu estivesse sozinha com os jovens durante o *atendimento*, pois seria *juridicamente responsável* pelo que acontecesse ali como se fosse uma profissional da unidade, insinuando a possibilidade de que os jovens perpetrassem alguma violência uns contra os outros. Estremeci por dentro diante dessa afirmação e fui tranquilizada logo em seguida pela profissional da ESGSE que me acompanhava. Ela demarcou que eu não estaria *atendendo*, pois não sou profissional da unidade e que eu possuía todas as autorizações necessárias para o trabalho. Apontou nesse momento para meus documentos sobre a mesa, destacando que tanto a juíza como a ESGSE, que assinavam tais documentações, estavam cientes dos meus procedimentos de pesquisa e não haveria problemas, sendo necessário adotar

comigo apenas os protocolos comuns: não poderia filmar, nem gravar, nem fotografar os adolescentes e o agente ficaria na porta (do lado de fora). O diretor sorriu diante disso e disse em tom piadista que *se acontecer alguma coisa é só eu gritar que o agente ouve* e complementou que *normalmente pessoas assim de fora, professores, os meninos respeitam, eles gostam*.

Sem dizer uma palavra sobre violência, perigo e ameaça, o diretor me introduziu na narrativa sobre a suposta periculosidade dos jovens em conflito com a lei e do perigo de trabalhar neste espaço, localizando-me, a partir da minha exterioridade, como “em risco” ou responsável por suas ações – leia-se sua periculosidade -, caso não me submetesse ao modo de funcionamento da unidade. Nesse sentido, a forma como era lida pela instituição, realizando um *atendimento* e sendo *de fora* circunscrevia o modo de relação que poderia ter com os jovens, no qual caso não *gostassem de mim*, eu deveria *gritar aos agentes*, tomados como aqueles que me “protegeriam”, garantindo a minha segurança. Essa interação ressoava com uma série de discursos hegemônicos que associavam os corpos negros dos jovens internos à violência e periculosidade e ecoava junto à sensação de vulnerabilidade e perigo físico que meu corpo de mulher branca sentia ao adentrar o espaço. Sem uma forma definida, mas apenas como uma sensação instaurada de risco e incerteza, fui introduzida na região do rumor (DAS, 2020) que “nunca é meramente um pensamento privado, ele é sempre construído e transmitido num complexo tecido de troca social (MENEZES, 2020).

A questão da ambiguidade e possibilidade de risco também aparecia com frequência na proibição concernente a alguns objetos/materiais de uso muito cotidiano, como lápis de cor e biscoitos recheados. Os lápis são considerados objetos pérfuro-cortantes, que carregam um potencial de agressão. Os jovens podiam apenas utilizar giz de cera, material comum em atividades infantis³⁰. Antes de ser informada deste risco, costumava deixar minha lapiseira com os jovens durante o grupo e a sinalização do perigo mudou automaticamente a minha postura, me tensionando e regulando atentamente com quem e onde estava a lapiseira – e consequentemente todo o restante do material que eu levava. Ao notarem meu olhar atento, os jovens me provocavam perguntando ironicamente se eu não *confiava* neles. Quanto aos biscoitos, a proibição derivava, segundo um agente, da possibilidade de *colocarem entorpecentes no recheio*³¹. Em ambas as situações o que estava em jogo era a transformação

³⁰ Vale destacar nesta unidade os jovens tinham entre 17 e 21 anos, ponto explorado no item “Violência sutil e o horizonte da *dimaior*” nesse mesmo capítulo.

³¹ *Eles*, sujeito genérico, se torna o objeto de uma possível ilegalidade e controle, sendo confundido com os internos, embora *eles* só pudesse ser uma referência às familiares que levam comidas e objetos para os jovens ao

por meio da incerteza do possível em provável, dando força à virtualidade dos objetos e dos jovens, a partir de um rumor que fazia do pior que podia acontecer aquilo que provavelmente aconteceria todas as vezes (DAS, 2020).

Vale destacar que embora essas proibições me tenham sido apresentadas, elas eram cotidianamente desfeitas por determinados atores, aumentando o grau de incerteza sobre os eventos possíveis e reduzindo a tranquilidade das interações. Por exemplo, um dos diretores parecia intrigado com a proibição do biscoito recheado por sua possibilidade de conter entorpecentes e tentou me autorizar a levar um Bis, o que foi vetado pelo agente que fiscalizava os itens da visita, alegando que ficaria uma regra diferente para os jovens da oficina e os demais, *tem que ser a mesma coisa para todo mundo*. A troca do motivo para manter a proibição mostra que as pessoas que devem implementar as regras têm dificuldade de compreendê-las em um cenário de incerteza (DAS, 2020) e as repetem irrefletidamente como forma de manutenção da ordem das coisas, da vida como ela é (AHMED, 2004). Por outro lado, a vida acontece exatamente no espaço entre a norma e sua efetivação (DAS, 2020) de modo que neste mesmo dia, ao final da oficina os jovens comentaram com o agente que foi encerrar nossa atividade sobre a proibição do biscoito e este agente, acolhendo a demanda dos jovens, me disse que, caso o diretor autorizasse, ele se responsabilizaria por checar um a um os biscoitos e depois entregá-los aos jovens em seus alojamentos – onde haviam jovens que não eram da oficina e teriam acesso ao objeto “ilegal”. E assim foi.

Essas regulações variadas criavam em mim uma desconfiança e um estado de vigilância contínua de meus movimentos na instituição, uma vez que não conseguia mapear o que seria ou não regulado, nem por quem ou quando. Dessa forma, era impossível localizar o risco, pois tudo era variável, menos o fato de que haveria uma regulação e, portanto, uma ameaça iminente, numa sensação próxima a “incerteza certa da tortura” (TAUSSIG, 1993). Assim, eu nunca fui revistada ao entrar na unidade, mas uma vez fui solicitada a deixar meu celular na portaria e diante do meu estranhamento e explicação de que o deixava na mochila na sala da administração, fui liberada com ele sob o aviso de que caso vissem o celular *os meninos não vão te deixar em paz ou vão pegar*. Minha vestimenta também foi apenas uma vez objeto de regulação, um macacão azul, longo, de alças largas e corte quadrado, em que não era possível ver nem o início dos meus seios, foi marcado como *decotado* e fui solicitada

longo da internação. Esse processo de confusão e mistura entre familiares e presos pela administração prisional é chamado de prisionização secundária. Para mais, conferir: Cunha, Manuela Ivone. *Do crime e do castigo: temas e debates contemporâneos*. 2015.(FOUCAULT, 2014)

a pôr um casaco, que cobria apenas meus braços³². Nessas exceções que confirmavam a regra parecia haver mais uma performatividade do exercício de poder para evidenciar minha externalidade e visibilizar minha diferença para que eu não esquecesse do “perigo” que corria.

Essa sensação de perigo iminente se construía não pelas cenas de violência e agressões de fato presenciadas, mas pela atmosfera de medo criada pelo rumor, com o qual se antecipava e produzia esta mesma violência que se queria evitar (MENEZES, 2020). O modo como a unidade geria a “(in)segurança” produzia o perigo que continha. Nesse sentido, um agente me dizia que na internação *os moleques ficam mais... mais agressivos porque sabem que vão ficar agarrados aqui um tempo* e outro afirmava que o *lugar mais seguro* para os jovens é o alojamento, *é onde tem menos risco de fuga*, pois as circulações dos internos são um risco.

Essas falas se compunham com as imagens dos espargidores de pimenta sempre à mostra sobre a mesa dos agentes, dos jovens chegando em vans que parecem camburões, algemados entrelaçados pelos braços e circulando pela unidade de braços para trás e cabeça baixa, num repertório corporal que se repetia imediatamente a cada saída para áreas comuns. Neste jogo entre segurança e ameaça construía-se para mim a imagem aparentemente paradoxal do suposto perigo iminente que os jovens apresentavam, a partir da vulnerabilidade extrema que se imprimia sobre eles. Pouco a pouco, o medo que sentia naquele espaço ia se transformando em um outro, os jovens, que era temível (DAS, 2020) a partir do rumor que produzia sua suposta “violência” no encontro com a minha dita “fragilidade”, ainda que a vulnerabilidade em jogo fosse a desses sujeitos lidos como “ameaçadores” (AHMED, 2004).

1.4.2 O medo e a neurose

Certo dia, estava na sala de informática no meio de uma atividade e todas as luzes se apagaram, o ar-condicionado desligou e estávamos, eu e os três participantes, de repente imersos no breu. Sem janelas, com a porta da sala fechada, mal enxergávamos uns aos outros sentados próximos em círculo. Instaurou-se um silêncio absoluto em que ninguém se movia à espera de alguma pista do que poderia ter acontecido: era um blackout? O anúncio de uma

³² Existe um cartaz em vários murais distribuídos pela unidade que me chamou muita atenção. Ele descreve as “novas” regras de vestimenta para servidores e visitantes. A partir daquela data “não é mais permitida a entrada com calças legging, jeans rasgado, blusas decotadas, transparentes, blusas de alça (ou semelhantes) e bermuda” e ao final informava que o mesmo valia para os visitantes do sexo masculino

rebelião? Uma revista aleatória nos alojamentos? Nenhum de nós sabia o que tinha acontecido e partilhávamos essa ignorância e a sensação de perigo que dela emergia. No entanto, embora o medo circulasse entre nós, não era o mesmo medo. Eu fui assombrada pelas várias situações que poderiam me acontecer, como me fazerem de refém, tentarem me assediar sexualmente, pegarem algum objeto que não deveriam ou outras situações semelhantes, e os jovens, embora não verbalizassem, estavam lidando com os medos referentes às ameaças de violência de uma rebelião, revista ou possibilidade de fuga. Eu temia o que os jovens poderiam fazer comigo e eles temiam o que poderia ser feito deles num contexto de desordem em que seriam tomados como as ameaças e se viam por isso ameaçados. Cada um dos nós atualizava ali medos que possuíam uma história de associações pregressas que neste encontro nos separava, criando nossos corpos como apartados - mulher branca pesquisadora e jovens negros internos, ainda que estivéssemos unidos pelo breu.

Passados alguns segundos, levantei e abri a porta, iluminando o interior da sala. No pátio, os agentes não estavam em sua mesa, havia apenas um grupo deles saindo do pátio com uma cadela, eram do curso de adestrador que acontecia na sala multiuso. Tentei chamá-los sem sucesso, “Mooço!” e Lucrécio zombou de mim enquanto ria nervoso, denunciando o meu medo como forma de apagar o seu. Decidi sair da sala para conferir o disjuntor, que ficava que ficava quase na lateral da porta onde eu estava e deixei os jovens sozinhos por uns instantes. Enquanto mexia no disjuntor os agentes da mesa reapareceram justificando o ocorrido: *é que ele não sabia que tinha ninguém aí e desligou tudo*. Em outra ocasião um agente entrou na sala durante uma oficina para me perguntar se fui eu que eles trancaram na semana passada, *porque as vezes a gente fica distraído aqui embaixo e se esquece, sabe como é. Aí fomos embora e trancamos até o portão do pátio*.

Diante de tantos controles, regulações e da narrativa de risco iminente, a unidade parecia incapaz de gerir as atividades que ali ocorriam, oferecendo uma justificativa trivial para eventos que deveriam ser pouco usuais. Isto criava um estado de tensão, uma *neurose* em que havia um risco sempre anunciado, mas a proteção, a segurança tão anunciada falhava. Isto fazia aumentar a *neurose*, pois não sabia ao certo nem a intenção de tal trivialidade diante de tantas restrições - era para aumentar o medo?, me perguntava. Assim, ao falhar, a lógica securitária fazia circular o medo e a desconfiança, articulando relações e produzindo corpos apartados a partir da linguagem do medo (AHMED, 2004).

Na semana seguinte a esse episódio, fiz a oficina com apenas dois destes três jovens e, conversando sobre episódios da *pista*, me contaram da diferença entre medo e neurose.

Lucrécio me diz que isso é neurose, que eu *bati neurose* e quando pergunto a diferença entre medo e neurose entendo que na *neurose* tem medo, mas é de algo que pode acontecer e não de algo que está acontecendo. O medo tem a ver com a situação que está rolando de fato. (Diário de campo, março de 2022)

Eles haviam me pedido que lhes contasse de uma situação em que senti medo e contei da vez em que peguei um ônibus e não havia mais ninguém nele além do condutor. Eles me disseram que isso era *neurose*. *Neurose* era achar que as *minas* iam traí-los em qualquer situação e agirem receosos por isso, *neuróticos*. Era achar que um policial poderia aparecer a qualquer instante, ainda que não houvesse operação naquele dia.

Em um estudo sobre a categoria “neurose” nas periferias do Rio de Janeiro a partir das galeras funk, Carla Mattos (2006) demonstra sua relação com um novo modo de domínio de território pelo tráfico de drogas, que implica num “(...) sentimento e conduta ameaçadora” (MATTOS, 2006, p.68), em que há um risco de violência iminente pelas disputas entre facções e/ou com a polícia, criando um “clima de tensão permanente e perturbador” (MATTOS, 2006, p.54). Assim, a situação do apagão estava entre a *neurose* e o medo, pois algo fora da ordem esperada de fato aconteceu, mas sua causa não era disruptiva da ordem. Nesse sentido, o medo era uma reação à ameaça possível de violência, não sendo necessariamente consequência de uma ameaça objetiva (AHMED, 2004), havendo um deslizamento entre a *neurose* e o medo que fortalecia a tensão ao invés de dissolvê-la, construindo o mundo, no caso, o CENSE Dom Bosco, como local ameaçador, constituído de condutas ameaçadoras, *neuróticas*. Isso produzia um estado de desconfiança contínuo entre todos, agentes, internos, direção e eu mesma.

Não era uma sensação construída por um evento isolado, mas por um conjunto de eventos, como venho tentando demonstrar. Era, por exemplo, a responsabilidade que me delegavam pela ação dos jovens, a preocupação com a minha vida articulada com o apagar das luzes, a ausência dos agentes na mesa e a pergunta de um agente, durante um dos grupos, se fui eu que fiquei trancada na semana passada. Era a atmosfera criada pela tessitura dos fios, de modo a dar uma certa consistência atual a um medo virtual, gerando uma paranoia institucional, uma *neurose*, em que eu tentava antecipar os controles que a instituição iria me impor e regular de antemão os internos durante as oficinas de modo que nem eles nem eu fôssemos retaliados por algum comportamento. Enquanto isso, tentava construir uma relação de confiança com os jovens, que era solapada pelo olhar de soslaio e pela tensão do encontro que tecia nossos corpos como separados, diferenciados, eles presos, negros, eu, pesquisadora, branca, “livre”, em uma expressão relacional de assimetrias estruturais e sociais de raça, gênero, classe e idade.

Em um dos últimos dias de oficina, fiz uma atividade com os jovens no computador da sala de informática, como havíamos combinado no primeiro encontro. A atividade consistia em usar o Google Maps para localizar seus locais de moradia e na modalidade “street view” poderem ir apresentando seus territórios. E tudo correu muito bem por uma hora, após esse período os quatro internos que faziam a atividade neste dia já estavam entediados e começaram a pesquisar no google por “Guerra em XYZ”, “Operação policial em XYZ”, em que XYZ eram seus territórios de origem não identificados aqui para que eles não sejam também identificados. Os internos buscavam as notícias e imagens, comentando sobre os armamentos utilizados, apontando os “procurados” ou “presos” que conheciam, exaltando-se animados.

Enquanto isso, eu ia ficando com medo de que algum agente entrasse na sala e os visse fazendo algo “que não deviam”, porque me lembrava de ter ouvido dizer – um rumor - em outros trabalhos no DEGASE que os jovens não podem ter acesso a informações sobre o crime para não prejudicar seu processo de ressocialização - embora eles assistissem televisão o dia inteiro. E quanto mais *cheia de neurose* ficava, por mais que fossem sem sentido, mais desprezava aquelas imagens entrando na dinâmica dos afetos hostis presentes no espaço. Diante da recusa em saírem das páginas “proibidas” desliguei o computador pelo botão da CPU, depois de muitas tentativas de negociação. Os jovens, então, encerraram a atividade que ainda poderia durar 20 minutos e voltaram para os seus alojamentos, usando a possibilidade de ação que tinham a partir do contexto em que estavam. Neste dia, materializei na oficina um Estado mágico, onisciente que nos observava a todo instante, panóptico (FOUCAULT, 2014) e, diante disso, a reação dos internos não foi de violência física ao contrário da crença produzida sobre sua provável *agressividade*.

No mesmo dia em que conversamos sobre medo e *neurose*, os dois jovens presentes flertaram abertamente comigo e eu tentava contornar a situação sem conseguir dar um limite claro. Com 18 e 19 anos respectivamente, eles lentamente desqualificavam meu relacionamento, uma vez que eu não moro com meu companheiro, perguntando se eu fico com homem mais novo, se eu os acho bobos, até por fim, me encurralarem, chamando no *papo reto: Tem coragem? Tem coragem de ficar com bandido?*. Minha *neurose*, sempre presente, porém variada, girava aqui em torno dos rumos da minha pesquisa e na destruição da minha autoimagem pela minha resposta negativa, que evidenciava a minha branquitude e nossas diferentes posições nas hierarquias sociais, em uma expressão de racismo generificado. Este arranjo complexo dos nossos marcadores sociais de diferenciação interseccionados naquele espaço que os confinava construía para eles o meu corpo como um ideal de *mulher*

decente, que os fazia *sair dessa vida* e construía o deles para mim como homens temerários, dominadores, criminosos e fortes, cuja lei era do domínio masculino (HERNÁNDEZ, 2018).

A *neurose* atualizava uma história de associações que construía nossos corpos como apartados e reestabelecia essa distância em nosso encontro ao interseccionar esses estereótipos de maneira fixa, colando determinados signos a certos corpos (AHMED, 2004). Longe de ter impossibilitado a continuidade do grupo como minha *neurose* me fazia crer, minha negativa abriu a possibilidade de que um dos jovens relatasse as situações de preconceito que já viveu e refletisse sobre sua dificuldade de *sair dessa vida*, por uma série de questões estruturais, como o racismo e a desigualdade social, demarcando os processos de vulnerabilização aos quais estava submetido desde antes da internação. Sua pergunta trazia a tentativa de elaboração de uma violência indizível pela sua descida ao ordinário – *tem coragem de ficar com bandido?* -, fazendo emergir o conhecimento venenoso (DAS, 2020)³³ de um sofrimento social que embora corporificado era simultaneamente coletivo e individual, efeito de um fazer do Estado que distribui desigualmente o sofrimento (KLEINMAN; DAS; LOCK, 1997). Dar o *papo reto* permitiu a abertura de um jogo de linguagem que colocou em evidência nossas diferenças construídas por processos coloniais, históricos, culturais, sociais e relacionais, dando as condições para uma relação construída não de fantasias de perigo, mas pela realidade das nossas interações.

1.4.3 A violência sutil e o horizonte da *dimaior*

O CENSE Dom Bosco é atualmente a unidade do DEGASE para onde são encaminhados os jovens em cumprimento de MSE de internação próximos da maioridade. Segundo o ECA (BRASIL, 1990), os adolescentes em conflito com a lei são aqueles que

³³ Segundo Veena Das, há determinadas violações que se enunciadas no campo da linguagem colocariam o próprio estatuto da vida em questão, de modo que elas podem apenas ser mostradas, cabendo a quem vê a tarefa de *reconhece-las* e, assim, criar novos contornos para elas, investindo na possibilidade de viver com o que se perdeu (sujeito que emerge da violação) e de dar lar ao que morreu ou se perdeu (o sujeito que foi violado). A autora defende que há, nesse ponto, uma transação entre linguagem e corpo em que este se torna a própria expressão dessa violação, mostrando-a sem dizer. O corpo é assim testemunho e memória da violência e do sofrimento. As experiências de violação marcam o corpo e se expressam nele, mas não em sua superfície, em sua profundidade. Há um deslizamento entre as violências indizíveis/extraordinárias e as violências cotidianas, que transportam os sentimentos daquelas para estas, atualizando-o. Nesse sentido, na relação com os jovens há uma descida de uma violência extraordinária, do racismo estrutural e das desigualdades históricas e sociais que marcam nossos corpos diferencialmente, para o ordinário, para um relação cotidiana na qual é possível dar forma àquela violência antes indizível.

cometem atos infracionais entre os 12 e 18 anos incompletos, podendo cumprir medidas socioeducativas até os 21 anos incompletos – uma vez que a duração máxima de uma MSE é de três anos. Aos 21 anos, suas MSE são compulsoriamente revogadas, seu percurso infracional é “apagado” e os Mandados de Busca e Apreensão (MBA) expedidos até os seus 18 anos perdem a validade. Um dos jovens foi apreendido por um MBA no dia dos Namorados do ano anterior, outros próximos aos seus aniversários, de modo que participantes das oficinas tinham entre 17 e 20 anos, sendo todos maiores de idade à exceção de dois deles. Um dos internos relatou, inclusive, que *rodou* em seu último roubo, pois estava prestes a fazer 18 anos e não queria se ver sujeito à prisão.

Embora estivessem em uma unidade socioeducativa, sua maioria os fazia recorrentemente falarem sobre a *cadeia dimaior*, horizonte do qual desejavam se afastar e que se presentificava em seu cotidiano pela ameaça constante de serem transferidos para lá. Sendo maiores de idade, caso cometessem alguma infração dentro da unidade socioeducativa seriam levados a uma delegacia, seria feito um Registro de Ocorrência e dali seriam encaminhados a um presídio, no qual cumpririam pena pela nova infração. Segundo os jovens, *os funcionários provoca, eles quer que nós brigue* para que sejam levados à *dimaior*. Joaquim contou que um agente ao vê-lo conversando e gesticulando muito dentro do alojamento deu-lhe um *caixote*, um tapa na cara, afirmando que Joaquim o estava ameaçando. Ele foi acalmado por outro agente e, neste momento, percebeu que havia entrado sozinho no alojamento e todo o *QG* havia se levantado. Eles afirmaram que se um agente agride um deles, o *QG* inteiro briga junto. Eles evitam brigar, especialmente com os agentes, *mas não tem sangue de barata, nós faz o que precisar fazer*.

Os jovens por vezes comparavam o CENSE Dom Bosco com a EJLA, chamada pelos internos de *mansão*, unidade para onde são destinados os jovens entre 12 e 16 anos em geral. Eles afirmavam que na *mansão é mais tenso*, pois *lá os menor não liga de fazer merda*, pois sabem que sairão em no máximo três anos. Também afirmavam que na EJLA, os funcionários são *mais lokão*, sendo uma relação com mais atritos e violências, em que não existe o acordo do *respeito dado é recebido*. Segundo os participantes da pesquisa, *funcionário é o agente que tranca nós no alojamento e que dá tapa na cara, dão tapa na cara de quem faz o que eles não gosta*. Assim, os internos no CENSE Dom Bosco evitavam criar situações em que os *funcionários* ficassem *cheio de neurose* e agissem violentamente – o que implicaria em uma provável resposta também violenta dos jovens. Isto significa que o modo de articulação e tensionamento entre internos e agentes possuía uma configuração específica no CENSE Dom Bosco, demarcada pelo horizonte prisional. Era uma relação tecida em uma atmosfera de

tensão e medo constante sob uma aparente tranquilidade, forjada pela evitação de um destino ainda pior, a prisão.

Os jovens contaram que um interno foi acusado uma vez de quebrar o vaso sanitário do alojamento onde estava, mas, na verdade, quem o havia quebrado foram os agentes para que ele fosse responsabilizado e transferido para a *dimaior*. Caso o jovem não fosse transferido para a *dimaior*, o colocariam no *castigo*, um alojamento sem ventilador, sem ventilação e cheio de mosquito, condição tão insuportável que o levou, segundo os internos, a atear fogo em um colchão, o que o fez ser encaminhado para a *dimaior*. Essas histórias, contadas pelos jovens em formato de rumores não perdiam força por isso, pelo contrário, inscreviam em sua experiência de internação os perigos aos quais estavam submetidos, de saltarem de uma punição a outra, de uma instituição a outra, dando início a uma jornada pelos subterrâneos do cárcere, que conjugava gradativamente menos condições de existência: do alojamento ao *castigo*, do *castigo* a *dimaior*, da cela ao *castigo*, do *castigo* para o *castigo do castigo* etc (MALLART, 2019).

Sendo uma unidade trampolim para outras instituições punitivas, internamente no CENSE Dom Bosco construía-se diferentes mecanismos sancionatórios regulados por esse horizonte punitivo, uma vez que era possível “optar” entre apanhar ou receber um registro no livro de ocorrência, o que implicaria em mais tempo de internação ou em sua subida para a *dimaior*. A ausência de rebuliços da unidade era o silêncio que mostrava o medo contínuo dos internos de serem levados, muitas vezes discricionariamente, para uma unidade prisional, onde se sabiam mais violentados. Essa arbitrariedade e a constância das punições e sanções, levava alguns participantes a afirmarem que a internação era pouco efetiva porque *muitos saem revoltados*, pela subjugação violenta e o medo contínuo. Sabe-se, contudo, que a eficácia da prisão – e demais instituições de privação de liberdade - não está em prevenir o crime, mas em operar como uma tecnologia de gestão de desigualdades (FASSIN, 2019) e de populações (GARLAND, 2001), sendo uma tecnologia de governo de corpos (FOUCAULT, 2014).

A *dimaior* aparecia como critério comparativo dos internos quando, por exemplo, perguntava como era a comida na internação e diziam *melhor que da dimaior, que é estragada*, destacando uma condição mínima de sobrevivência que é acessada por eles. Sem falarem explicitamente da *dimaior*, reconheciam as diferenças de sua atual condição na naturalidade em que afirmavam que na internação podiam banhar-se quantas vezes quisessem, além de não sofrerem com escassez de água, havendo um bebedouro de água gelada próximo aos alojamentos onde podiam encher garrafas grandes para deixar no *QG*. Ao perguntar se ali

era *cadeia*, os jovens afirmaram: *aqui é cadeia, tamo privados de nossa liberdade*. Assim, a *dimaior* aparecia em suas rotinas institucionais como um vulto regulando seus modos de habitar a internação, demarcando as semelhanças e diferenças, a sintonia entre a socioeducação e a prisão (MALLART, 2011).

Habitando a fronteira entre instituições do Estado (socioeducação e prisão), o CENSE Dom Bosco era uma *cadeia* e ao mesmo tempo não era, seja pelo seu prazo de expiração, seja pelas condições menos insalubres que nas *cadeias dimaior*. O CENSE Dom Bosco era uma unidade limítrofe entre gramáticas punitivas que conformavam tanto o comportamento dos internos quanto o dos agentes, revelando que as *cadeias* não são homogêneas (MALLART, 2019). A esse respeito, os jovens diziam que o cotidiano da internação provisória era pior que o da definitiva, pois lá havia mais *esculacho* além de terem que andar olhando para baixo. Da perspectiva de um agente, a provisória era uma unidade mais *tranquila*, pois os *moleques* ainda não sabem se vão ficar internados ou serão liberados, de modo que se comportam melhor. Nesse sentido, na internação definitiva, a possibilidade de aliança entre os internos pela sua fixação criava um contexto que possibilitava a emergência do acordo tácito entre eles e os agentes, *aqui nós respeita os cara e os cara respeita nós*, ainda que seja um acordo repleto de atritos e *neuroses*.

Além disso, a perspectiva de continuar ou de sair da “vida do crime” aparecia como uma discussão mais séria, uma vez que se continuassem *nessa vida*, a *dimaior* aparecia como destino quase certo, tensionando suas escolhas. Lucrécio dizia recorrentemente *estar velho para correr da polícia*, me mostrando as muitas cicatrizes que possuía das suas fugas. Este jovem também expressava com clareza a dificuldade de oportunidades que lhes assegurassem uma saída estável do tráfico, pois com baixa escolaridade, famílias que dependiam deles para acréscimo de renda, precisavam encontrar um trabalho que os sustentasse.

Parei de estudar na quarta série, passei de ano na cadeia, acredita? (com um leve sorriso) e quando sair daqui não sei se vou conseguir emprego, a boca tá ali, me chamando na hora em que eu sair da cadeia. Eu quero mudar de vida, mas tem uma força que não me deixa. Eu não quero mais correr da polícia, tô velho (e me mostra as cicatrizes na perna de alguns muros pulados). Não quero ficar pulando muro correndo da polícia. Sinto um certo cansaço em sua voz quando fala isso. (Diário de campo, março de 2022)

A *cadeia dimaior*, em sua proximidade, fazia com que os jovens desejassem *tirar a cadeia tranquilos* e os forçava a se depararem com um futuro aprisionado, em que se viam quase sem saída. Nesse sentido, a tranquilidade que estranhava na unidade escondia medos, receios e *neuroses* dos jovens em relação a seu futuro e ao horizonte prisional que parecia se aproximar. Esse cenário de violência e sofrimento se inscrevia na pele mesmo antes da internação e permanecia nas escolhas impossíveis dos caminhos a trilhar. O CENSE Dom

Bosco possuía uma calmaria violenta, pois sua ruptura ou o até mesmo a antecipação pelos agentes de sua ruptura implicava numa continuidade punitiva que embora virtual parecia não ter fim:

O afeto produzido sobre os registros do virtual e do potencial, do medo que é real, mas não necessariamente concretizado em eventos, vem a constituir a ecologia do medo na vida cotidiana. Potencialidade não tem, aqui, o sentido de algo que aguarda às portas da realidade para fazer sua aparição, e sim o que já está presente” (DAS, 2020, p. 31).

Assim, os rumores da violência e a ameaça de punição agiam sobre os internos como violências reais, atuais e cotidianas, embora sutis, uma vez que pareciam que ainda não eram ou que poderiam ser muito piores.

A maioria dos internos e o horizonte prisional próximo acabavam por modular as relações internas entre os diferentes atores, servindo como meio de provocação dos agentes e de tensão por parte dos jovens. O CENSE Dom Bosco, portanto, era vaso comunicante (GODOI, 2017) entre dois regimes de governamentalidade distintos e contínuos entre si, socioeducação e prisão, sendo o primeiro marcado pela égide da proteção e tutela, que maquiava seu caráter punitivo; e a outra propriamente punitiva, cuja virtualidade aumentava o grau de coação e *neurose* dos internos. No cotidiano do CENSE Dom Bosco se delineava a fronteira institucional para a prisão, ora como sua irmã siamesa ora como local distante e gravoso, engendrando uma regulação de fluxos entre elas e traçando diferentes modalidades de apresentação do Estado. O resultado era um cotidiano aparentemente “mais tranquilo” nesta unidade, repleto de tensões silenciosas e violências sutis, construído sobre *neuroses* e variadas tecnologias punitivas.

*

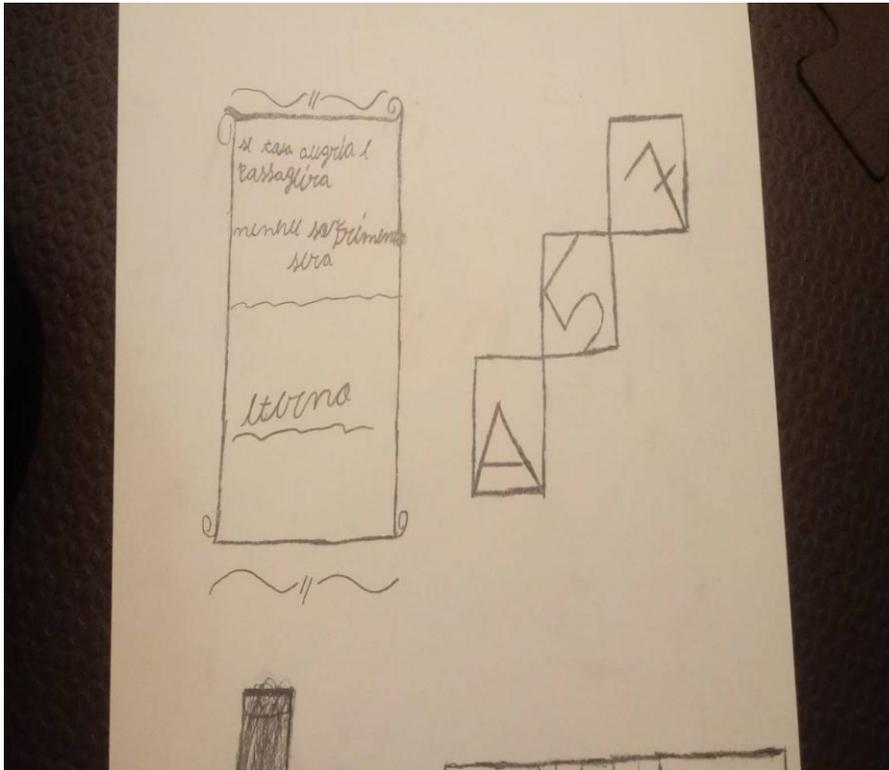
Em síntese, adentrar uma unidade de privação de liberdade é adentrar um espaço de morte, regulado pela *incerteza certa da tortura* (TAUSSIG, 1993). O modo como os diversos atores se relacionavam e como antecipavam o comportamento dos demais, sempre lido como ameaçador ou com desconfiança, era regulado por uma *neurose* de perigo iminente, em que a virtualidade da violência – e também da punição ainda maior - instituía o medo. Este medo tecido em nome de situações possíveis e futuras fazia agir no presente, regulando as possibilidades de circulação e interação dos jovens e dos demais atores institucionais. O medo e a *neurose* deslizavam de um para o outro, fazendo circular afetos, corpos, objetos e

substâncias, abrindo e fechando portas, ligando e apagando as luzes, em uma operação quase mágica dentro de uma racionalidade de controle contínuo, instanciando o Estado como um vulto que estava sempre ali sem que nunca fosse visto ou tocado (DAS, 2020). Os afetos participavam e eram instrumentos de uma gestão de fluxos, própria a espaços de confinamento (GODOI, 2017; MALLART, 2019).

Eram rumores de violências futuras, que escamoteavam as violências presentes, mais sutis, mais cotidianas, encarnadas nos ombros tensos, nos pesadelos, no medo de tudo e de todos que se instaurava, na aparente tranquilidade. Os agentes com medo dos internos, porque *os moleques não são brincadeira*, porque *já teve arma apontada para ele dentro da unidade e quase morreu*; com medo da vida fora da unidade, restringindo sua mobilidade na cidade, com medo de encontrar por acaso algum ex-interno na *pista*, com medo de serem contaminados pela *insalubridade*. Os jovens com medo dos agentes pela possibilidade de exercício de poder sobre seus corpos vulnerabilizados na internação, com medo de cometerem novas faltas e irem para a *cadeia dimaior, cheio de neurose*. Eu com medo dos jovens e dos agentes pelo anúncio constante de minha fragilidade e perigo.

A violência sutil era essa violência pequena, cotidiana que trazia em si elementos de um contexto mais amplo, conectando individual e coletivo, dentro e fora da cadeia. Era uma violência que não era exibida como as agressões tantas vezes relatadas, mas que grudava na pele, que fazia todos e cada um agentes da distribuição desigual do sofrimento. Era nesse contexto de violência, medo, *neurose* e afetos hostis que os jovens iam tecendo uma vida possível. Era com o medo e neste espaço confinado que eles negociavam suas possibilidades de agir, sua agência e sobrevivência. É isso que pretendo apresentar no capítulo que segue.

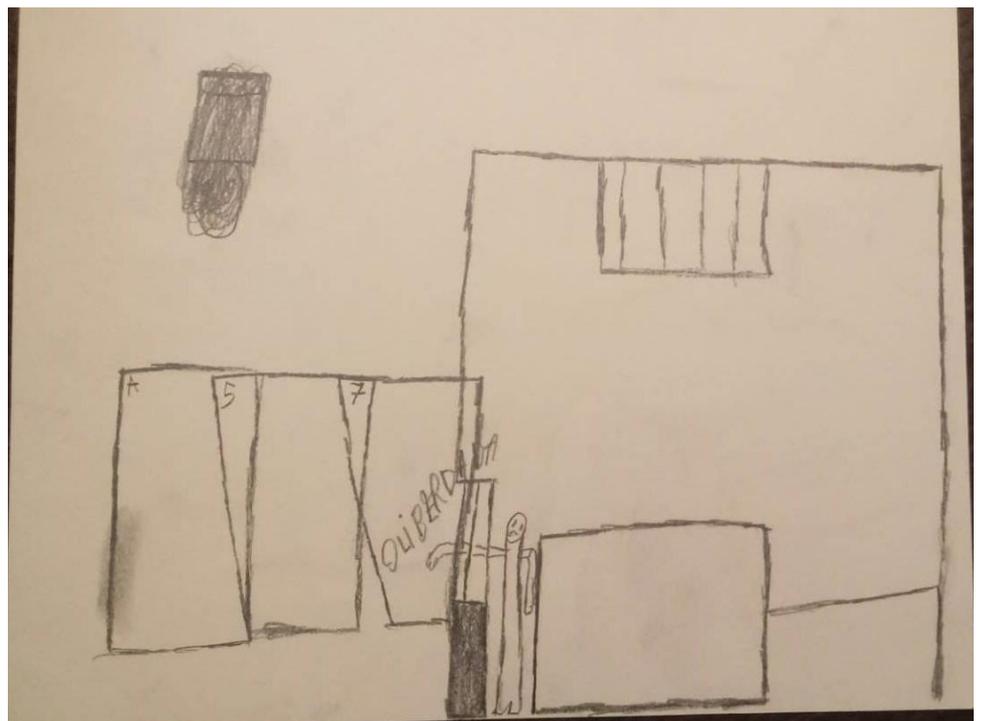
2 TIRAR A CADEIA TRANQUILO: AGÊNCIA E TESSITURA DO COTIDIANO NA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE



Primeira parte do desenho de Lucas sobre “Como e estar preso”.

Retrata um pergaminho com os dizeres: “Se toda alegria é passageira, nenhum sofrimento será eterno”.

Sequência do desenho de Lucas: representa o alojamento, com um jovem com os braços entre as grades gritando “Oh, liberdade!”.



Como vimos no capítulo 1, a *neurose* própria ao CENSE Dom Bosco era construída a partir de uma forte conexão com o horizonte prisional, que se atualizava no interior da unidade socioeducativa como progressão punitiva e levava os jovens a buscarem *tirar a cadeia tranquilo*. Isso não apagava o medo e a *neurose*, pelo contrário, era nesta atmosfera, com ela, que construíam seu cotidiano, criando um contexto de vida possível, ou nas origens dessa pesquisa, *fazendo saúde*. Vida e saúde aqui não se opõem ao sofrimento, à desigualdade e à dor, mas são um manejo artesanal dessas condições de existência que possibilita uma gestão do seu cotidiano institucional, não como submissão passiva e, sim, como engajamento ativo. Nas palavras de Canguilhem³⁴ são “um modo de andar a vida”. Neste capítulo, então, pretendo refletir sobre a experiência de internação que os jovens traziam ao longo dos nossos encontros, mostrando como construíam uma vida possível de ser vivida na internação, a partir do modo como incorporavam diferentes modalidades de agência.

Me alio em tais reflexões aos trabalhos de três autoras (BUTLER, 2019; DAS, 2020; MAHMOOD, 2006), que focam diferentes perspectivas nos modos de agir constituídos desde posições de subjugação e subordinação. Todas estão preocupadas, particularmente, com discussões de gênero e tecem suas análises a partir de contextos de desigualdade e violência. Além disso, desenvolvem seu pensamento a partir do paradoxo de subjetivação foucaultiano, segundo o qual o sujeito emerge do mesmo processo que o assujeita. Nesse sentido, estão atentas, em suas reflexões, às condições de existência e contextos culturais e históricos em que a vida acontece e se perpetua cotidianamente, bem como às normas e operações do poder que constroem corpos, subjetividades e conhecimentos. Neste trabalho, me aproprio de suas reflexões de modo a transpô-las para o contexto de uma unidade socioeducativa de privação de liberdade masculina, realizando as traições que o campo, por ventura, mostrar necessário.

Mahmood (2006) propõe a noção de agência não-liberal que, diferente da noção de resistência, nem sempre se faz em oposição a ou resignificando a norma, mas nas múltiplas formas em que esta é incorporada, habitada, experienciada e vivida. Ao realizar uma etnografia do movimento feminino de mesquitas no Cairo, Egito, a autora propõe que saíamos da hipótese ocidentalizada da universalidade do desejo de ser livre de relações de subordinação e possamos olhar para as modalidades de agência que não estão incluídas na lógica da subversão ou resignificação das normas que tal universalidade pressupõe, pois isso

³⁴De acordo com José Ricardo Ayres essa tradução é encontrada apenas na edição argentina de Normal e Patológico, tendo sido traduzida na edição brasileira como “modos de vida” ou “ritmo de vida” ou “comportamentos da vida”, tradução equivocada segundo o autor por não comportar o valor dinâmico dos modos de andar a vida contido na expressão original do autor: *allures inédites de lavie*”. Conferir: AYRES, José Ricardo. Georges Canguilhem e a construção do campo da Saúde Coletiva brasileira. *Intelligere, Revista de História Intelectual*. v.2, n.1, 2016.

seria definir a priori o sentido da agência. Amplia, assim, o sentido da agência ao refletir sobre o modo como suas interlocutoras significam, em seu quadro próprio de moralidades e projetos éticos, os seus modos de agir e existem em seus contextos históricos e culturais específicos. Suas reflexões nos ajudam a olhar situações cotidianas vividas na privação de liberdade como diferentes modos de habitar estruturas de desigualdade, como uma agência que parte de princípios, valores e comportamentos que constituem os jovens em seus contextos de vida e que, nem sempre, estão em oposição às normas.

Veena Das (2020) pauta seu trabalho na recuperação do cotidiano que foi devastado após um evento crítico, particularmente, a Partição Indiana e o assassinato de Indira Gandhi. Sem fazer claramente uma discussão sobre a categoria agência, a autora centra sua discussão nos modos de habitar o cotidiano que foi desfeito, interessada em como retecer a vida em um lugar de devastação, de construir um mundo que os vivos possam habitar. Em sua análise, traz a agência como um engajamento ativo, por vezes silencioso, como um trabalho cotidiano de reparação, considerando a vulnerabilidade em que se encontra o ordinário e as pessoas que nele habitam. Nesse sentido, reflete sobre as articulações entre corpo e linguagem e sobre o tempo, que age reescrevendo memórias. Para tanto, a autora explora as diferentes formas de habitar o espaço entre a lei e sua transgressão, espaço esse de criação de si e da vida, em que não há apenas oposição, subordinação ou ressignificação da norma, mas o esforço de manutenção da vida como humana. Nesse sentido, a participação dos internos na construção do cotidiano institucional pode aparecer como um engajamento ativo para manutenção da vida, que não se restringe à resignação passiva ou resistência, mas se faz como um modo de habitar este cotidiano de subjugação e violência.

Butler (2019), por sua vez, se debruça sobre as possibilidades de construção de uma vida possível de ser vivida, refletindo sobre as normas de reconhecimento que pautam o que é uma vida humana e suas condições de viabilidade. Nesse sentido, a vida, ainda que individual, é sempre social e política, conectada a redes de infraestrutura e suporte humanas e não-humanas que fazem a vida possível de ser vivida. Um corpo é um conjunto vivo de relações, vulnerável à história e a economia, cuja ação não se separa das condições para agir. Em situação de precariedade, em que a condição precária está desigualmente distribuída e alguns corpos estão mais expostos ao dano, à violência e à morte do que outros, a reivindicação que se faz por sobrevivência é intrinsecamente uma demanda por uma vida possível de ser vivida. A precariedade não impossibilita, ainda que limite, a ação, ela dá os meios a partir dos quais se luta e contra o que se luta. “Lutamos na precariedade, a partir dela e contra ela” (BUTLER, 2019, p. 134). Assim, os corpos dos jovens negociam constantemente com a sua própria

precariedade e sofrimento, agindo a partir deles, com eles e não apesar deles de modo a garantir a sobrevivência e a vida.

Neste sentido, as unidades de internação são espaços em que as redes de infraestrutura e suporte que garantem a vida - como habitação, alimentação, lazer, saneamento, locomoção, relações familiares, etc - estão precarizadas, apresentando-se em escassez. As unidades de internação são o entorno que delimita as possibilidades de agência dos internos e é nesse entrelaçamento entre a precariedade e as suas possibilidades de agir com isso que os jovens tecem uma vida possível de ser vivida em privação de liberdade, que eles habitam o cotidiano. Assim, por mais que o poder se exerça sobre os corpos e o sofrimento social esteja também inscrito em seus corpos individuados, a delimitação das condições para a ação não determina nem as ações possíveis nem seu sentido, interessando-nos os diferentes modos de incorporação desses limites e normas pelos jovens e não apenas sua predisposição à resistência ou ressignificação das normas que os constituem.

Início este capítulo, portanto, apresentando o leitor os *menor*, categoria usada entre os internos para referirem-se uns aos outros que, partindo de uma representação social de valor negativo, é por eles apropriada como meio de identificação, deslizando a eficácia discriminatória do termo para um sentido de identidade e coletividade. A seguir, reflito como construíam um *nóis é coletivo* a partir do qual organizavam e negociavam o cotidiano a partir de suas regras internas de convívio, *seu ritmo*, criando diferentes formas de habitar a internação. Depois, seguimos para os modos como faziam para viver privados de liberdade ao *focar aqui dentro e esquecer lá fora*, revelando a tensão entre o dentro e o fora da *cadeia* e os modos como agenciavam coletivamente redes de infraestrutura e suporte para reivindicar uma vida possível na internação e os efeitos disso. Neste processo ganhava forma a *baleação*, sentimento de tristeza e melancolia, que denunciava o sofrimento enorme de habitar um espaço em que *olham pros lados e só veem grade e funcionário*. Em um contexto de regras duras e de sofrimento intenso, esse capítulo explora como os jovens, com medo e em meio a desconfiança, agiam para criar uma vida na internação.

2.1 *Aqui todo mundo é menor: bandidos e ladrões, todos no mesmo barco*

No primeiro dia de oficina com os internos, aguardava ansiosa a chegada na sala dos cinco jovens que seriam convidados a participar da pesquisa nas segundas-feiras pela manhã. Preparei as cadeiras em roda e eles foram chegando aos poucos, primeiro Alisson (18 anos), com quem pude conversar um pouco a sós, seguido dos demais Ricardo (20 anos), Joaquim (18 anos), Lucas (17 anos) e Vinícius (18 anos). Neste grupo, todos eram negros. Como discuti no capítulo 1, o CENSE Dom Bosco recebe os jovens próximos a completar a maioridade, cuja MSE pode se prolongar até os 21 anos incompletos, momento em que é compulsoriamente encerrada. Após um breve momento de apresentação entre nós, propus que lêssemos juntos os Termos de Compromisso ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE/TALE)³⁵, distribuídos respectivamente a maiores e menores de idade, para decidirem sobre sua participação ou não na pesquisa. Conferi neste momento: “o único de menor é o Lucas?”, ao que o próprio me respondeu enfaticamente: *aqui todo mundo é menor*.

Os participantes da pesquisa referiam-se uns aos outros e a parceiros da *pista* com quem partilhavam uma situação de ilicitude e/ou ilegalidade a partir da categoria *menor*, utilizando-a “não como um designativo etário, mas como um indicativo de condições desiguais de participação social” (VIANNA, 1999, p. 179). Nesse sentido, expunham sua situação de parcialidade de direitos, derivada de um processo de hierarquização social que os posicionava em condição de subjugação. Originalmente atrelada a instituições policiais, como nos mostra Adriana Vianna (1999), a categoria *menor*, ao ser naturalizada, permitiu a reinscrição e a consolidação da desigualdade num contexto de abolição da escravidão e de igualdade de direitos. A eficácia discriminatória da categoria era exercida por meio de um poder tutelar que diferenciava esses corpos - jovens, pobres e negros em sua maioria - duplamente em sua minoridade, ao protege-los pela sua vulnerabilidade e ao puni-los por sua irregularidade, submetendo-os ao controle da administração estatal. Assim, “(...) a identificação como *menor* trazia como consequência para o indivíduo uma absoluta ausência de gestão sobre seu destino a partir daí e uma total desvalorização de qualquer argumento por ele utilizado (...)” (VIANNA, 1999, p. 26).

O uso feito pelos jovens da categoria *menor*, no entanto, fazia algo diferente de apenas revelar a precariedade das suas condições de existência: mostrava a construção de uma agência desde uma posição vulnerável pela reapropriação do termo que os subjugava e pelo qual se localizavam, numa identificação de valor moral positivo. Desse modo, era comum, por exemplo, terem tatuagens com o artigo do código penal equivalente a sua infração, como

³⁵ APÊNDICE A e B

155³⁶ ou 157³⁷, ou os utilizarem em seus desenhos, como marca de orgulho e identidade³⁸. Também se referiam uns aos outros como *ladrão* ou *bandido*, sendo este último o modo como os jovens vinculados ao tráfico de drogas em varejo referiam-se a si próprios. Todas essas denominações são associadas à administração estatal, emergindo de seu Código Penal ou de seu desvio, mas utilizadas ativamente pelos jovens que seriam por elas depreciados tanto para se diferenciarem uns dos outros quanto para descreverem a si próprios e seus quadros de moralidades.

Mahmooh (2006) ao refletir sobre a noção de agência propõe a construção de uma agência não-liberal, tomada “(...) como uma capacidade para a ação criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas” (p.123). *Agir*, nesse sentido, é agir dentro do seu próprio quadro de moralidades e normas culturais. Ao se localizarem como *menor*, 155/157, *ladrão* ou *bandido* os jovens operavam, portanto, um deslizamento da sua condição de tutela pelas instituições estatais – que estava de fato em curso - para uma posição em que usavam sua condição de subordinação e precariedade como esteio para a construção de uma identificação entre pares que era possibilidade de ação, *aqui todo mundo é menor*. Nesse mesmo movimento, diferenciavam-se de mim, pesquisadora branca, *professora*, *tia*, delineando os regimes de aliança que estavam em jogo, inclusive desfazendo, neste primeiro encontro, a roda assim que chegaram e sentando-se alinhados de frente para mim.

Esses regimes de aliança e oposição apareciam a partir das nomeações também nos modos como os jovens se relacionavam com os agentes do CENSE Dom Bosco. A prática da unidade era utilizar, nas locomoções dos internos, seus números de matrícula, que os localizava em uma equipe técnica específica, facilitando algumas comunicações institucionais. Foucault (2014) nos alertou que a nomenclatura e demais formas de classificação são uma forma de exercício de poder disciplinar e dominação e Goffman (1974) demonstrou como o uso de números em substituição aos nomes pode envolver um processo de mortificação subjetiva e de perda de identidade. No entanto, os participantes diziam acharem bom serem chamados por seus números de matrícula pelos agentes, pois preferiam que *os vermes* não soubessem seu nome, atribuindo também aos agentes uma categoria depreciativa e desumanizadora. Seu anonimato permitia que agissem com maior flexibilidade,

³⁶Furto

³⁷ Assalto a mão armada ou latrocínio

³⁸ Vale destacar que não tatuavam entre si, por exemplo, o número do Código Penal equivalente a estupro, uma vez que essas denominações e identificações eram também a construção de um quadro moral próprio, no qual estupradores são corpos matáveis, diferentemente dos ladrões e *bandidos*.

trocando de números de matrícula com outros internos e negociando atividades, além de demarcar a distância e impessoalidade, produzindo não reconhecimento.

Em um contexto de *neurose* constante, ao não saberem quem são seus aliados, o anonimato tornava-se uma estratégia de sobrevivência, pois no regime de visibilidade da prisão seus corpos e suas vidas são exaustivamente escrutinados (FOUCAULT, 2014). Por outro lado, eram exatamente os agentes que os chamavam pelos seus nomes, que os reconheciam, que eles tratavam com respeito, afinal *respeito dado é recebido*. Havia um agente que era tão querido pelos jovens que diziam que *no plantão dele nunca acontece nada, porque nois respeita ele* e falavam dele animado. Ao encontrar uma rede afetiva, um aliado, a relação concreta se sobrepõe à *neurose*, tornando-se importante aparecer, ser nomeado, alterando o regime de visibilidade de modo ganhar existência a partir de um outro que os veja, os legitime, que os faça aparecer (BUTLER, 2019). Nesse sentido, me referia aos meus interlocutores a partir de seus *vulgos* ou de seus nomes, segundo a preferência de cada um deles.

Ao assumir as identidades sociais atribuídas a eles pela administração estatal, incluindo seus significados (i)legais/jurídicos, os jovens as utilizavam como forma de gerir os atributos a ela associados. Vivendo em um contexto de sofrimento encruzilhado³⁹ (SOLATERRAR, 2020), em que seus marcadores sociais da diferenciação se entrecruzam com as diferentes formas de instanciação do Estado sobre seus corpos produzindo desigualdades e tutela, os internos encontram um espaço de produção de agência em um cenário de “absoluta ausência de gestão sobre seu destino” (VIANNA, 1999, p. 26). No entremeio dos diferentes modos de nomeação e classificação dos jovens existem jogos de aliança e oposição que articulam ativamente o cotidiano institucional. De modo geral, partem de categorias e nomeações a eles atribuídas pela administração estatal cujo sentido e/ou função é depreciativo e, tomando-as para si, invertem seu valor moral, sem negarem as

³⁹ Nas palavras do autor: “Ancorada em uma linguagem conceitual afrocentrada, este conceito busca articular o campo de estudos socioantropológicos sobre o que se convencionou denominar *sofrimento social* e a perspectiva analítica interseccional. Em outros termos, com a noção de *sofrimento encruzilhado*, nosso objetivo é promover uma articulação de um campo da teoria social que toma como objeto a dimensão sociopolítica do engendramento das emoções e das formas de subjetivação com outro que explora a articulação entre diferentes eixos que conformam relações de poder, a produção de corporalidades e formas de opressão e agência em meio a relações de desigualdade.

Assim, o *sofrimento encruzilhado* nos leva a um novo olhar sobre as narrativas de sofrimento que toma como fio condutor analítico as diferenças que de fato fazem diferença (BRAH, 2006) para a construção das histórias de vida e das formas de gestão do sofrimento, em seu duplo sentido, conforme propõe Souza Lima (2002): no sentido de *gestar* e no sentido de *gerir*.” (SOLATERRAR, 2020, sem página). Assim, é exatamente no ponto em que se cruzam sofrimento social e marcadores sociais da diferenciação que emergem corpos e suas possibilidades de ação.

condições de subjugação que a categoria imputa sobre eles⁴⁰. Ao se afirmarem *menor, bandido e ladrão* reconheciam que *nois é tipo família, tamo tudo no mesmo barco* e agenciavam coletivamente formas de habitar a *cadeia*.

2.2 Habitando a internação

Ao apresentar a pesquisa aos internos, afirmei que meu desejo era investigar como eles fazem para viver ali dentro, enfatizando que são eles quem mais sabe sobre isso. Imediatamente Ricardo me respondeu com um riso curto, *PFRRRR... É simples, é só esquecer lá fora e focar aqui dentro*. Essa fórmula longe de ser simples implicava em um esforço ativo por partes dos jovens na construção do cotidiano na internação, que ia moldando seus corpos e adaptando-os a um novo contexto. Nesse sentido, Arthur dizia que *o começo de tudo é a parte mais difícil*. Era o único jovem dos onze participantes que tinha uma filha e falava sobre esses inícios e passagens de um modo a outro de vida. Na escola, dizia, o mais difícil é quando você ainda está começando em uma nova matéria e não sabe as bases direito. *Aqui [na internação] é se acostumar*.

O pior momento da internação é o começo, momento de *se acostumar* a nova rotina. Arthur conta que antes dormia em cama de casal, com ar condicionado, *agarrado* na namorada. Na internação é mais difícil, cama de pedra, pequena, *sem nem ventilador direito*, marcando que na provisória é pior, *porque tem mais regra* por parte dos agentes. Nesse início de confinamento, costumam passar uns meses sem conseguir dormir, de modo que passam a fazer uso de psicotrópicos. Pergunto como fazem para se acostumar e me dizem que tem que *distrair para esquecer lá fora, trocar um papo, jogar bola no campo*. Se pensarem na vida lá fora, vão querer fazer algo que não podem e *ficar baleados*. Assim, é por meio tanto de distrações da vida lá fora quanto por meio de regras que os remetem à vida lá fora que vão ativamente construindo um esquecimento necessário, numa tensão entre o dentro e o fora que articula diferentes modos de habitarem entre grades.

Um dos elementos mais importante para garantir a sobrevivência dos internos ao cárcere é a forma como agenciam coletivamente suas condições de existência atuais como

⁴⁰Nesse sentido, me afasto de uma leitura próxima à sujeição criminal (MISSE, 2010), pois não se trata de atrelar o crime à subjetividade do agente num caráter essencializador, mas de considerar as nuances dessa identificação e os modos pelos quais ela é acionada e produzida.

plataforma de ação (ANTUNES, 2017, 2020). Nesse sentido, se uma das linhas de opressão se faz em torno da invisibilização dessa agência (BARBOSA, 2013), o item a seguir busca explorar e visibilizar os modos como os internos dão *ritmo* a cadeia, criando cadência e estratificações próprias, criando uma vida na privação de liberdade. Nesse sentido, também apresenta os modos como constroem um conceito de coletivo, *nóis é coletivo*, que se espraia da *pista* para a cadeia por meio do qual podem agenciar coletivamente formas de vida menos impossíveis no cárcere. Em sua cadência e coletividade, transitam pela unidade de internação agindo através das grades com o medo e a desconfiança, desde a precariedade e contra ela.

2.2.1 Cadeia ritmada: construindo as bases para *tirar a cadeia tranquilo*

Em uma segunda-feira pela manhã, os jovens chegaram muito agitados, tão agitados que nem pediram o tablet imediatamente como sempre faziam. Joaquim, da *comarca*, e Ricardo, do *anexo*, estavam engajados em uma conversa sobre os acontecimentos do final de semana e diante do meu olhar atento foram me incluindo na conversa, revelando para mim o absurdo moral do que tinha acontecido. No sábado, durante a visita, um interno que era novo na unidade havia descumprido todas as regras do dia de visitação, *feito mancada*, e sido desrespeitoso com Ricardo, pois mantivera seus olhos fixos em *sua dama*, namorada. Segundo explicaram, há entre eles uma *neurose* de que olhem para a sua visita e, depois, se masturbem pensando nela, o que seria um desrespeito, de modo que não é permitido olhar para a visita dos demais e é necessário observar o seu próprio corpo no espaço⁴¹. Este jovem, além de ter *frizado* a *dama* de Ricardo, pôs os pés em cima da mesa para que sua mãe cortasse suas unhas, estava com uma bermuda curta e pediu que ela levantasse e fosse até o bebedouro buscar água, deixando-a passível aos olhares dos demais – a regra é a visita não circular entre eles. Além disso, o bebedouro é perto dos alojamentos dos *alemão*, facção inimiga, dando margem para que a visitante fosse provocada por eles, *imagina se um desses alemão aí decide botar o peru na grade!*

Para piorar ainda mais a situação desse *menor*, Joaquim o havia *orientado* após esse evento, pontuando o seu erro, e a resposta do jovem foi de afirmar ser mentira, pois ele não

⁴¹ As *regras* para os dias de visita são: não pode passar no meio da visita dos outros, nem por trás da família, não pode botar a mulher no colo, nem sentar encaixado, não pode sair do alojamento sem cueca, de camisa pequena, nem com os joelhos de fora, nem olhar a família dos outros.

havia olhado para a *mina* de Ricardo. Ao ouvir isso, Ricardo ficou extremamente ofendido, dando um riso de descrédito, *Como assim? Como assim ele disse que eu tô mentindo?* E relembra o código *dizer a verdade mesmo que custe sua vida!* Ao orientar, Joaquim frisou as possíveis consequências de sua ação, como *tomar um socão* a caminho de alguma atividade. Ricardo disse que durante o *campo*, “banho de sol”, *deu o papo* em um *menor* do alojamento deste jovem, alertando-o do ocorrido. Ambos ponderaram que o *primeiro mais velho* desse *QG* era *mole*. Joaquim afirmou que se o *menor* fosse do seu alojamento, ele *pegava o menor* no alojamento mesmo, *para não prejudicar o parceiro* (se referindo a Ricardo) e informou o turno da escola do jovem em questão. Ricardo pondera que quer *pegar o cara*, mas já é maior de idade e pode ir para a *dimaior* em função disso, especialmente porque ele já tem outra ocorrência recente.

Nesta cena, havia uma aliança explícita entre Joaquim e Ricardo - ambos há quase um ano internados - a respeito das regras de convívio e conduta dos jovens e um conflito em relação a um recém-chegado na unidade que ainda não havia *se acostumado* ao *ritmo da cadeia*. Isso significa que algumas *galerias* do CENSE Dom Bosco têm um jeito próprio dos internos viverem e organizarem o dia-a-dia. O *ritmo* nesse caso é o *ritmo* do Comando Vermelho, facção a qual a maioria dos jovens é associada. Ele implica em um conjunto de regras de convívio, que fornecem um referente geral para o modo de habitar os espaços de privação de liberdade, funcionando tanto como um método de avaliação moral contínua sobre os acontecimentos como um ordenamento político do espaço (BARBOSA, 2019). Há as regras vindas diretamente da *dimaior* por meio de cartas e há as regras construídas no cotidiano da instituição pelo *primeiro mais velho da galeria* e do *QG*, as figuras com maior tempo de internação e não em termos etários, culminando em uma organização hierarquizada dos jovens. Todas as regras são tecidas em articulação com outros atores institucionais, que participam direta ou indiretamente do cotidiano da instituição.

Até pouco tempo atrás, caso um interno não se adaptasse ao *ritmo* os jovens de seu *QG* podiam *botar [o interno] de voo no seguro*, mudança forçada de um interno para o alojamento destinado àqueles que tem *mancada na pista* (estupro, roubo de ônibus, homossexuais, quaisquer ações repreendidas pelas leis do tráfico), o *seguro*. Estar neste alojamento implicava em menor circulação pela unidade, uma vez que não podem ter relação com os jovens do *convívio*, menos atividades e maior reclusão, ou seja, menos infraestrutura no cumprimento da MSE. Esta mudança forçada era feita a partir da comunicação a um agente de que caso o jovem em questão não fosse transferido haveria briga no alojamento e até morte, de modo que a transferência ocorria, caso contrário a instituição poderia ser

responsabilizada na figura de seus atores por um possível incidente pela Defensoria Pública, pela Promotoria de Tutela Coletiva e por demais órgãos de fiscalização de Direitos Humanos.

Recentemente, *veio uma carta da dimaior* proibindo que os jovens usassem como punição entre eles o envio de algum interno ao *seguro*, pois não sabiam de suas conexões na *pista* e os jovens que enviassem alguém ao *seguro* poderiam ser *cobrados* quando saíssem da *interna*. Nesse sentido, também os jovens estavam submetidos às forças e relações externas durante o cumprimento da MSE de internação, revelando a porosidade das unidades socioeducativas, *aqui [internação] é continuação da rua*. Desse modo, as regras de convívio dos internos são construídas não apenas em diálogo com os demais atores institucionais, mas em um jogo de forças intramuros que não existe sem a relação com o mundo externo, sendo exatamente a regulação e gestão desses fluxos a função das instituições de privação de liberdade (GODOI, 2017; MALLART; CUNHA, 2019).

Antes das *galerias* serem *ritmadas* havia muita *oprimissão*⁴² *de menor com menor*, um domínio pela força, em que um jovem atentava contra outros de seu alojamento, dando-lhes choques com os fios que utilizam em suas gambiarras e outras formas de tortura. Ao *ritmarem* as *galerias* puseram fim a *oprimissão*, intervindo caso algum jovem tentasse oprimir outros e estabelecendo regras rígidas sobre brigas entre os internos, que devem ser sempre evitadas. Se virem *alguém no erro*, como o jovem do relato de Joaquim e Ricardo, eles se juntam para puní-lo. *Ou nós fica junto ou fica separado*, indicando que não há meios termos na adesão ou não ao *ritmo* dado. Assim, o *ritmo* remete “(...) a um (com)partilhar de valores como motor do exercício da força, como modo de resistência, como garantia de permanecer vivo”. (BARBOSA, 2019, p. 125).

Assim, Joaquim e Ricardo não poderiam *botar de voo no seguro* o jovem recém-chegado, cabendo-lhes *orientá-lo* sobre o funcionamento da *cadeia*, sobre seu *ritmo*, inclusive sobre as possíveis punições que poderia receber dos demais. Esta *orientação* costuma ser feita na chegada a unidade pelo *primeiro mais velho* do *QG*, no entanto, esse jovem parecia não ter sido *orientado*. Tanto o *ritmo* quanto as gambiarras e truques para criar recursos diante da escassez de infraestrutura são passados do mais velho ao mais novo do *QG*. São conhecimentos e regras criados a partir de um saber prático sobre como sobreviver na adversidade (HIRATA, 2010), de modo que são construídos a partir de acontecimentos dados.

⁴²A esse respeito, ver a discussão feita por Luana Martins em sua dissertação de mestrado. Em sua pesquisa ela notou diferenças nos sentidos atribuídos a violência e oprimissão. Esta última implica num uso desmedido e desnecessário da força, é uma violência injustificada, enquanto a noção de violência/agressão é naturalizada entre os jovens. Conferir: MARTINS, Luana. *Entre a pista e a cadeia: Uma etnografia sobre a experiência da internação provisória em uma unidade socioeducativa no Rio de Janeiro*. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Niterói-RJ, 2017

Assim, a proibição de briga entre *menor* em dia de visitação aconteceu após uma briga entre alguns jovens ter sido presenciada por alguns familiares pelo circuito interno de TV que fica próximo à entrada do pátio, onde acontecem as visitas. Os agentes interromperam a briga anunciando aos jovens que as famílias assistiram a confusão e disso resultou a proibição entre os internos das brigas durante as visitas, porque *é feição*.

A partir de normativas próprias e regras institucionais, os jovens criavam toda uma trama moral e hierárquica segundo a qual avaliavam e fiscalizavam uns aos outros como meio de assegurar a vida. Essa fiscalização acontecia tanto por uma vigilância contínua e lateralizada, como em um panóptico (FOUCAULT, 2014), nos lembrando que “(...) os detentos não são apenas objetos de observação ou de vigilância: são também seus sujeitos” (FASSIN, 2019, p.146); como também a partir de uma forte introjeção das regras, num modo particular de incorporação das normas em que *cada um sabe de si e deve dizer a verdade ainda que isso custe a sua vida*— situação em que paradoxalmente dizer a verdade pode ser o que conserva a vida, pelo valor moral da coragem de assumir os próprios erros. Se estiver *no erro* o jovem saberá e deverá lidar com as consequências, havendo um forte senso de responsabilidade por suas ações entre eles, sendo um modo de habitar as normas que ora pactua com as regras da instituição, ora se opõe a elas.

Na situação relatada o jovem rompeu com o “código de honra” dos internos⁴³, que envolve uma relação complexa entre conduta, respeito e atitude desde antes até depois da internação. O *ritmo* é construído baseado neste código, no qual sedimentam-se valores como coragem, verdade e *nóis é coletivo*. A problemática envolvendo o recém-chegado só podia ser compreendida a partir deste quadro de moralidades próprio que definia o modo como os jovens compreendiam suas relações e delas participavam. Acusar Ricardo de estar mentido e recusar-se a reconhecer suas faltas é estar duplamente fora da norma, abrindo margem para sofrer sanções dos próprios internos. Estas, embora normalmente ocorram restritas aos alojamentos, espaços de maior domínio dos jovens, podiam se espriar, como receber *um socão* na ida para a escola. Era necessário *se acostumar ao ritmo da cadeia*.

⁴³ Muitos trabalhos sobre o mundo do crime paulista discutem o código de honra do crime, a partir da categoria proceder. Para mais conferir: 1) BIONDI, Karina. “**Junto e Misturado**”: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome/Fapesp, 2010. 2) FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora da Unesp; CEM, 2011. 3) MARQUES, Adalton. **Crime e proceder**: Um experimento antropológico. São Paulo:Alameda, 2015. Sobre o contexto do Rio de Janeiro, conferir: 1) Barbosa, Antonio Rafael. **Um abraço para todos os amigos**: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói, Eduff, 1998. 2) Barbosa, Antonio Rafael. **Prender e dar fuga**: biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro,2005.

Com normas muitas vezes mais duras que as da própria instituição, o *ritmo* dos internos criava uma espécie de zona cinzenta em que se fazia o cotidiano da unidade, regulando desde pequenas atividades, como *mijar sentado* e vestimentas para cada ocasião até situações mais amplas, como o alojamento de destino de algum interno, atravessando os aspectos mais capilares e micropolíticos da vida cotidiana no cárcere. Nesse sentido, agentes e internos negociavam diariamente os limites das regras dadas e das ainda por se fazerem, movendo-se a partir de situações concretas e utilizando-se dos valores morais uns dos outros para as suas negociações, de modo que o *ritmo*, a disciplina na *cadeia* “é um compósito em que participam presos e administração penitenciária na condução dos comportamentos (...)” (BARBOSA, 2013, p. 114), articulando-se como investimento biopolítico, de fazer viver, no interior de uma necropolítica, de fazer morrer (MBEMBE, 2016).

2.2.2 Nós é coletivo: QG como espaço de troca e socialidade

Ao chegarem na internação definitiva, os jovens são alocados em um *QG* no qual podem ficar até o final de sua medida, a não ser que ocorra algum *desentendimento* ou caso forcem sua saída, por exemplo, destruindo o vaso sanitário para tornar o espaço inabitável, como fez Lucas. Os *QGs* são organizados segundo os territórios de origem dos jovens: no *anexo* estão os jovens da capital, *na comarca*, os de outros municípios do estado, especialmente Niterói, São Gonçalo e da Região dos Lagos. Internamente, cada alojamento abriga jovens de lugares específicos, sejam territórios próximos ou aliados. Nesse sentido, a organização dos *QGs* compõe uma trama social que conecta relações dentro e fora da internação, de modo que os acontecimentos em um espaço repercutem no outro, revelando a espacialidade expandida e translocal dos espaços prisionais (CUNHA, 2015).

Ao final de cada oficina, os jovens aguardavam do lado de fora da sala, com os braços para trás os agentes os autorizarem a seguir para seus alojamentos, aproveitando esse momento para conversarem com os internos da provisória, cujas janelas davam para o platô onde ficava a sala multiuso e de informática. Gritando para as janelas dos alojamentos do CENSE Maria Luiza, os participantes checavam se havia na provisória algum *menor* de seus territórios de origem, de modo que encontrassem conhecidos ou soubessem de *andamentos* e atualizações da *pista*. Isso também ocorria com os recém-chegados no CENSE Dom Bosco, cujos territórios de origem eram usados para posicioná-los em um jogo de relações e alianças

mais amplo, despertando maior ou menor interesse nos demais a depender das notícias e informações que poderia trazer de conhecidos e familiares.

Era nos alojamentos que os *menor* ficavam boa parte do dia, saindo normalmente apenas para a escola, atendimentos técnicos ou Defensoria e, em poucos casos, para algum curso que estava sendo oferecido, a exemplo das oficinas da pesquisa. Nesse sentido, muitos jovens afirmavam que *qualquer coisa que me chama eu tô descendo*, qualquer coisa para estar fora do alojamento. Em seu dia-a-dia, eram acordados cedo para a *contagem*⁴⁴ e a seguir tinham seu dia marcado pelo horário das refeições. Eram cinco refeições distribuídas ao longo do dia: café, almoço, lanche, jantar e lanche. Às 17h o jantar era servido e após esse horário não havia mais circulações dos jovens pela unidade, nem presença de outros atores que não eles e os agentes. Deste horário em diante, ficavam restritos ao *QG*, momento em que *Vê uma tela, ouve um rádio, zoa, troca papo de pista*.

Os jovens faziam suas refeições em geral no *QG*, não utilizando o refeitório da unidade. Eventualmente, faziam uma refeição em uma mesa de plástico colocada no pátio, cuja utilização era rotativa entre os alojamentos. Segundo eles, isso decorria de uma ordem da juíza da Vara de Execuções para que os jovens saíssem mais de seus alojamentos. Suas refeições são *quentinhas*, marmitas, não sendo produzidas na instituição. Algumas vezes eles juntam algumas sobras das marmitas do *QG* para fazerem bolos ou salgados, como joelho. Contaram, animados, sobre suas peripécias culinárias, tanto na oficina de segunda quanto na de quinta-feira, explicando que era um saber construído por outros que vieram antes deles, que iam passando do *mais velho* ao mais novo.

Usavam como base em suas peripécias culinárias o pão que recebem no café ou nos lanches. Para o bolo, usavam biscoitos e todinho⁴⁵ levados pelas visitas como recheio; para os salgados, a proteína do almoço ou do jantar. Utilizavam a embalagem de alumínio da marmita como fôrma, untando-a com a manteiga que acompanha o pão do café ou lanche. A seguir, montavam o prato, colocando uma camada de massa, feita a base de pão e água, uma camada de recheio e mais uma camada de massa. Fechavam a *quentinha*, colocando-a dentro de em uma marmita aberta e ligavam os fios de sua gambiarra⁴⁶ a um pedaço de espuma arrancado do colchão, criando um “forno”. Neste ponto, faziam a ressalva de que era necessário cuidar

⁴⁴ Prática de espaços de confinamento de contar diariamente a quantidade de internos por alojamento, de modo a garantir que não houve fugas.

⁴⁵ Achocolatado comum.

⁴⁶ Utilizam os fios do alojamento, utilizados para ligar a TV e o ventilador, por exemplo. Desencapam-no e usam para acender um pedaço de espuma arrancado de um dos colchões.

da quantidade de espuma queimada para evitar acidentes. Segundo eles, o bolo era mais gostoso que o salgado.

A alimentação dentro de espaços de confinamento já foi indicada como sendo um elemento importante da gestão do cotidiano. São as refeições que regulam todas as movimentações institucionais, sendo as atividades agendadas nos seus intervalos. O tempo é percebido a partir da refeição em que se encontra. A perda de gestão sobre a própria alimentação é uma das maiores expressões do exercício de poder punitivo da *cadeia*, sendo os alimentos meio de gestão dos seus fluxos. Não poder decidir o que e quando comer é fonte de frustração e ansiedade, como indica D'angelo (2021) ao levantar outros trabalhos do campo da privação de liberdade sobre o tema. Padovani (2015) por sua vez indica que a comida é a substância que “faz família”, produzindo relacionalidade e oferecendo aos jovens temporalidade. Nesse sentido, durante as visitas, jovens do mesmo *QG* podem sentar-se juntos e cumprimentarem familiares uns dos outros, em uma forma expandida de relacionalidade (CARSTEN, 2014). Assim, ao cozinharem juntos no alojamento, forjando a possibilidade de escolherem o que vão comer criam uma linha de fuga às normas e regras institucionais, engendrando uma forma de (re)tecer a vida em privação de liberdade.

Apesar de cozinharem em situação adversa, os jovens afirmavam não saberem cozinhar quando me diziam de suas habilidades domésticas, sobre ser *dono de casa*. Diziam que, no máximo, fritavam um bife, faziam arroz e macarrão. Feijão não faziam, pois tinha medo de panela de pressão. A maioria morando com mulheres, fossem mães, avós ou companheiras, narravam a si mesmos como inábeis domesticamente e, no entanto, no contexto da internação, os cuidados com o *QG* eram divididos entre eles, a limpeza era feita após todas as refeições e o cozinhar juntos era uma atividade que os animava. O *QG* criava uma região fronteira entre os domínios doméstico e público, em que a partir da imposição do convívio e da partilha de substâncias que fazem família (CARSTEN, 2014)⁴⁷, *quem tá lá dentro nós trata que nem família*.

Sendo uma unidade com pouca oferta de atividades nos contraturnos escolares, a maioria dos participantes saía dos alojamentos, antes da pesquisa, apenas para escola e *campo* e mais para escola que para o *campo*. Desse modo, precisavam inventar formas de vencer o tédio da internação e dar sentido ao tempo, criando meios de habitar o cotidiano utilizando os recursos disponíveis naquele *quadrado*, como a TV e o rádio. Durante a realização das

⁴⁷ Essa noção de substância que “faz família” será melhor explorada no Capítulo 3 a partir das materialidades afetivas, entre elas, a comida.

oficinas, iniciou-se a guerra entre Ucrânia e Rússia⁴⁸ e em alguns encontros os jovens me perguntavam sobre a guerra, querendo informações sobre suas causas e motivações. Também acompanharam ativamente as fortes chuvas em Petrópolis⁴⁹, além de conversarem durante as oficinas sobre *BBB22*⁵⁰, em que torciam para o *Acerola*⁵¹, de comentarem sobre o campeonato de futebol em curso e a performance do Flamengo (quase todos eram flamenguistas). A televisão presente em seus alojamentos funcionava para mantê-los informados e entretidos “sendo uma abertura para o mundo exterior que a janela da cela deixara de ser” (FASSIN, 2019, p. 161).

Além da *tela*, também conversavam bastante uns com os outros sobre suas vidas lá fora, *trocando papo de pista*, narrando em epopeias algumas situações vividas. Alguns *QGs* tinham um UNO e outro tinha um dominó, jogos que revezavam entre os alojamentos da *galeria*. Romilson me explicou que o UNO era fornecido pela equipe de saúde mental e o dominó foi pego da escola por um dos jovens. Estranhei que não houvesse um baralho por alojamento e Arthur me explicou que *é porque os funcionários acha que nós é um bicho*, no sentido de que não precisam de nada além de infraestrutura mínima – teto, vaso, cama de pedra -, indicando que o esforço coletivo de criar condições de habitar a *cadeia* é um esforço de manutenção da vida como humana. Afinal, uma demanda pela sobrevivência é uma demanda por uma vida possível de ser vivida, por viver (BUTLER, 2019).

Em uma oficina, propus que fizéssemos uma atividade de associação livre e dei como disparador o termo “*QG*”, que foi associado com: *estresse, reflexão, coletividade, inferno*, sendo este último associado a *tô cansado, enjoado daquele quadradinho*, dito pelo jovem mais antigo no CENSE Dom Bosco. Sendo o local e as pessoas com quem mais convivem durante o período de duração da MSE de internação, o *QG* se torna tanto um lócus de reflexão e exercício de *coletividade*, quanto um *inferno* associado a presença constante de pessoas em um espaço restrito. *Ritmam* o *QG*, hierarquizando suas relações a partir do tempo de internação, e constroem um *nóis é coletivo* que regula o modo de funcionamento dessas relações, replicando uma lógica de compartilhamento da *pista*, própria às *tropas*, subgrupo dentro da facção. Assim, todos são um coletivo, um “nós”, cuja estrutura interna é

⁴⁸ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-a-guerra-da-ucrania-em-10-pontos/>

⁴⁹ <https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2022/02/20/petropolis-imagens-da-tragedia.ghtml>

⁵⁰ Programa da Rede Globo que acontece no início do ano.

⁵¹ Referência a Douglas Silva, ator que participava do programa e atuou como o personagem Acerola no filme Cidade de Deus.

hierarquizada, mas cujas posições são ocupadas de modo transitório, variando segundo os acordos do próprio coletivo. O coletivo se sobrepõe a hierarquia.

Nóis é coletivo indicava um modo de partilha que os acompanhava desde antes da privação de liberdade e adquiria novos contornos na internação. Se na *pista* compartilhavam principalmente droga e comida, materialidades presentes e valorizadas em seu cotidiano de interações, na internação essa materialidade se apresentava por meio desses itens, mas não apenas. *Nóis divide tudo que recebe, nóis é coletivo, o que vem para mim vem para todo mundo*, referindo-se nesse caso em particular aos itens levados pelas visitas, importantes elementos de sustentação da vida na internação (como itens de higiene, peças de roupa, comidas etc.). Assim, esse conceito de *nóis é coletivo* era indicativo de uma aliança no interior do *QG* que a depender do caso poderia sobrepor-se a desavenças menores. *Se nois não se unir, não dá. Se funcionário vem agredindo, vai ter que agredir todo mundo*, uma vez que na internação dividem com os demais inclusive o sofrimento de estar privado de liberdade e também os recursos para lidar com isso, às vezes *nóis dorme até agarrado*.

Estávamos conversando sobre drogas em uma oficina e perguntei se eles sentiam falta de usarem na internação e me explicaram que fumavam maconha nos alojamentos. A melhor parte em fumar na *interna* era que a maioria ficava rindo à beça, ficavam *suave*, o que trazia alguma leveza e suavidade para um espaço de opressão e dureza. Diziam que uma das melhores coisas a se fazer era *dar um balão* e ouvir música, de modo que a maconha os ajudava a ficarem *tranquilos, a relaxar*. Ricardo dizia gostar de fumar para *ficar refletindo* pois, em sua introspecção, pensava na *pista*. Dizia se *distrair* da *cadeia* assim, pois se transportava para fora dos muros, ainda que tal distração viesse acompanhada da dura realidade de estar atrás das grades, fazendo uma gestão do cotidiano por meio do uso da droga. Eles disseram ainda que os agentes não os veem fumando, *pois já tem um esquema* para a fumaça não vazar. No entanto, os agentes sentem o cheiro, de modo que há um acordo tácito entre eles, agentes e internos, sobre o uso da maconha. Apesar disso, os jovens afirmavam que se um agente decidir *revistar* o alojamento em busca da droga, *não vai achar nada*, pois há entre eles um conhecimento passado por gerações de internos sobre como escapar à revista.

Nessa conversa, tentaram me convencer a levar maconha para eles, pois sabiam que eu não era revistada nas minhas circulações pela unidade. Neguei dizendo que não podia e fui devidamente corrigida por um jovem que, muito ciente dos procedimentos e da atmosfera institucional, bem como nossas diferentes posições na hierarquia social, afirmou: *Poder a senhora pode, você não traz porque não quer, porque a senhora tem medo!* O mesmo valia

para os muitos pedidos de que eu levasse um chip no tablet e possibilitasse que se *conectassem com a rua*. Nessas situações, os jovens tentavam me utilizar como recurso para contornar e desviar das proibições e limites institucionais, de modo a criar condições de vida mais possíveis de serem vividas. Havia nisso toda uma sabedoria na leitura das relações sobre como, o que, quando e quem eles poderiam tentar aliciar, bem como um conhecimento transmitido e perpetuado entre eles sobre modos de sobreviver na internação e de habitarem o cotidiano e suas relações.

Em algumas ocasiões, Lucas aparecia nas oficinas bastante grogue, com dificuldade de compreender o que dizíamos e aéreo. Me explicou que isso acontecia quando tomava *djazzy*, diazepam, para dormir. Joaquim também utilizava o *djazzy*, mas apenas nos fins de semana em que não recebia visita, pois se via restrito ao alojamento por todo esse tempo, sem atividades e circulação, em um tempo estéril. O psicotrópico aparecia aqui como a possibilidade de ativamente criar uma inatividade que fazia o tempo passar mais rápido, afinal, *segunda já tem você [a oficina], aí a semana começa*. Para os jovens, era fácil conseguir essas medicações, pois muitos fazem uso prescrito, especialmente enquanto *se acostumam*, e acabam não ingerindo os comprimidos e distribuindo-o ou utilizando-o posteriormente. Assim, os internos fazem da adaptação neuroquímica que a unidade oferta uma possibilidade de gestão de sua experiência de tempo na internação, construindo uma alternativa de existência desde uma posição de subjugação, para *tirar a cadeia dormindo*.

Segundo Fassin (2019), no contexto do sistema prisional francês, nas prisões de curta permanência o tempo é experimentado como um tempo inútil, em que os presos investem afetivamente em suas relações externas pelo curto período de privação de liberdade, como se não houvesse tessitura de vida no interior desses espaços. Já nas prisões de longa permanência, há um investimento no tempo e nas atividades prisionais, uma vez que não se sabe quando sairá e as relações externas, embora importantes, ficam distantes de uma experiência cotidiana. NO CENSE Dom Bosco, parecia haver uma mistura entre essas experiências temporais do confinamento, uma vez que embora com um tempo limite de três anos, os jovens também não sabiam quando sairiam e em seu breve tempo transcorrido de vida, a duração da internação adquiria contornos mais longos.

Os participantes da pesquisa reuniam uma dupla experiência temporal e sensorial, investindo em atividades e relações na *interna*, pois não sabiam quando sairiam e, ao mesmo tempo, na exterioridade, projetando suas vidas para fora dali através das visitas e *papos de pista*. Viviam, assim, tanto uma experiência esvaziada de tempo, de inutilidade e perda de sentido, em uma degradação própria à permanência no espaço, quanto engajavam-se

ativamente nesse cotidiano moroso, tecendo ali sentidos e relações. Godoi (2017) pontua que fazer esperar já é punir, sendo essa temporalidade também uma tecnologia punitiva. Adriana Vianna (2014) refletindo sobre o tempo na gestão do sofrimento e do luto de familiares de pessoas assassinadas pelo Estado, assinala nessa ambiguidade temporal as formas assumidas pela espera, na qual há um esforço de incorporação de agência junto a um sofrimento cotidiano que é soterrado na impossibilidade de ser visto, mas que é o meio pelo qual se age. Assim, os jovens viviam uma composição de experiências temporais tecendo relações a partir de um certo trabalho do tempo (DAS, 2020), que, numa espera sofrida, demandava deles um engajamento ativo, ora para deixar o tempo transcorrer ora para ativamente fazê-lo passar.

Com poucas atividades ofertadas no CENSE Dom Bosco, os internos passavam grande parte dos seus dias no *QG*, criando neste espaço uma relação familiar de convívio e troca, sendo o local de consolidação da noção de *nóis é coletivo*. Cozinhando juntos, fumando, *vendo uma tela, trocando um papo*, ouvindo música no rádio, jogando UNO, os internos criavam para si um espaço de existência possível onde *se fortaleciam* uns aos outros em um contexto de violação e sofrimento, onde faziam família (CARSTEN, 2014; PADOVANI, 2015). A construção de um *nóis é coletivo* garantia algum grau de coesão interna entre os jovens e rachava a política de isolamento própria à privação de liberdade (FOUCAULT, 2014), permitindo que minimizassem a impossibilidade de viver uma vida vivível (BUTLER, 2019) na internação. Assim, construía formas de habitar a internação e *tirar a cadeia tranqüilos* a partir da aliança construída entre eles desde uma condição de precariedade compartilhada contra a qual se organizavam.

2.2.3 Transitando na unidade para *focar ali dentro: campo, se trancar, escola e visita*

Trancados em seus alojamentos ao longo do dia, os internos só saíam quando chamados para alguma atividade. Ainda que eu trabalhasse com um grupo fixo de internos e em horário regular, para chamá-los para a oficina eu devia a cada dia anotar seus números de matrícula e repassá-los à coordenação do plantão dos agentes. Em seguida, aguardava na sala onde fazia a atividade até que algum agente escoltasse os jovens de seus alojamentos até lá. Havia combinado com um dos diretores que eu enviaria cerca de uma hora antes da minha atividade uma mensagem de whatsapp para ele informando que eu estava a caminho e confirmando a atividade. Essa mensagem era encaminhada ao grupo do whatsapp dos agentes,

que poderiam com isso planejar as movimentações dos internos no turno e se distribuírem nas atividades, afinal, da perspectiva os agentes, as circulações são um risco e o lugar *mais seguro* para os jovens é o alojamento. Em dias de maior presença de equipe técnica, a oferta de outras atividades era ainda mais reduzida, pois já havia um grande fluxo de internos solicitados pelas técnicas. Assim, os agentes e a direção geriam o fluxo e a circulação na unidade.

Romilson faltou duas oficinas consecutivas segundo os agentes *porque estava se recusando a descer*. Quando apareceu em nosso quinto encontro, ele me cobrou, irritado, por eu não tê-lo chamado mais para a atividade. Estranhei e expliquei que dei seu número de matrícula todas as semanas para os agentes e estes me informaram todas as vezes que ele *se recusou a descer*. Esta recusa é uma das suas possibilidades oficiais de gestão do cotidiano institucional pelos internos, de modo que não havia estranhado o ocorrido. No entanto, Romilson me explicou que seu caso era diferente. Seu alojamento ficava no *anexo*, mais afastado do pátio, e os agentes *ficam com preguiça* de ir até lá e retornar, de modo que não o chamavam, informando apenas que ele não quis ir para a atividade. Para que isso não acontecesse mais ele combinou comigo neste dia que viria todas as semanas para a atividade e que eu deveria insistir em chamá-lo, contornando, assim, sua desavença com os *funcionários*.

Não bastando serem poucas as atividades ofertadas aos jovens, havia ainda empecilhos como esse que os mesmos deveriam enfrentar para que inventassem uma circulação própria na unidade. Os internos contavam com algumas poucas saídas obrigatórias do alojamento, como a escola e o *campo* – equivalente a um banho de sol, no qual jogam futebol num campo de gramado e descoberto – e aquelas que negociavam de acordo com o plantão, como o que chamavam de *se trancar*, passar o dia em outro alojamento. Além disso, criavam situações para saírem dos alojamentos, seja destruindo-o para serem realocados, seja queixando-se de dor de estômago ou se cortando para irem para a enfermaria. A seguir, discorreremos um pouco mais sobre cada uma delas.

É importante ressaltar que os participantes não mencionavam os atendimentos com a equipe técnica ou com a equipe de saúde mental e Defensoria Pública em nossas conversas sobre suas saídas do alojamento, inclusive porque estes atendimentos não aconteciam com regularidade, variando segundo a equipe responsável por cada um deles e suas inserções ou não no Núcleo de Saúde Mental. Estes espaços, focados em avaliar suas condições de internação e sua trajetória, adquiriam contornos de uma técnica disciplinar de classificação e avaliação, que parecia retirá-los da compreensão de saída do *QG*, pois muito focalizados em sua MSE (isso será melhor discutido no capítulo 3).

2.2.3.1 A escola

A escola, como o *campo*, é uma saída *de direito*, sendo dever do DEGASE garantir o acesso dos jovens à Educação. O CENSE Dom Bosco, como as demais unidades socioeducativas de internação definitiva, conta com uma escola pública estadual em seu perímetro institucional. Os jovens diziam ser bom ir à escola por ser uma forma de sair do *QG*, sendo um momento que *distrai*. Comentavam que *Até para ser bandido, ladrão tem que ter mente*, mas só gostavam da escola quando estavam de *bom-humor*. Vinícius comentou que havia saído da escola há muito tempo e não teria voltado a estudar se não fosse sua passagem pela unidade de internação, embora falasse enraivecido sobre a defasagem da escolarização na unidade, uma vez que passou de uma só vez duas séries seguidas, sem ter tido acesso ao conteúdo necessário. Como há muita rotatividade na unidade socioeducativa, uma vez que há internos entrando e saindo ao longo de todo ano, as matrículas não são coesas com o ano letivo em curso, sendo um ajuste difícil.

Alisson me explicou que eles têm duas horas de aula por dia na escola, cumprindo quatro tempos nesse período. De modo geral, os turnos de atividade na unidade são de 9h às 11h e de 14h às 16h, pois antes, entre e após são as refeições que marcam o ritmo institucional. Nesse contexto, Vinícius dizia ir à escola todos os dias, enquanto Ricardo ia apenas quintas e sextas e Rogério havia parado de frequentá-la. Rogério frequentou a escola regularmente até o envio de seu relatório a juíza, pois a participação nas atividades obrigatórias e/ou eletivas contava positivamente em sua avaliação. Ele já estava *privado* há nove meses e acreditava que ia *ganhar liberdade* em breve, sendo este seu último relatório à juíza e, portanto, dali em diante não seria mais avaliado, optando por ficar no *QG conversando com os menor* e não frequentar mais a escola. Explicaram que podem escolher não sair de seus alojamentos para suas atividades caso queiram, *se recusando*.

Além das ausências por opção, havia também as situações em que os agentes não localizavam o jovem em seu alojamento e simplesmente não o procuravam em sua outra atividade. Havia vezes, por outro lado, em que os internos eram retirados de atividades em curso, como as oficinas da pesquisa, para irem a atendimentos com a Defensoria, equipe técnica ou a consultas médicas, retornando em seguida. Nesse sentido, havia algum controle institucional do local onde cada jovem se encontrava. Presenciei certa vez um agente montando a logística da movimentação dos internos para um turno: ele precisava cruzar os

internos que estavam matriculados naquele turno escolar com os prédios/galerias/alojamentos em que estavam, considerando também o total de jovens movimentados e a quantidade de agentes necessários para essa quantidade de internos, calculando quantas *viagens* os agentes precisariam fazer e os melhores trajetos.

Era por meio desses trânsitos cotidianos e regulares que os internos algumas vezes conseguiam *dar um socão* uns nos outros ou pegarem algum jogo, como baralho ou dominó, que poderia utilizar nos alojamentos mais tarde. Eles sabiam as turmas e turnos uns dos outros e tinham a possibilidade de trocar com jovens de outros alojamentos na escola. Assim, este era um espaço experimentado como recurso, mesmo quando optavam por não comparecer. Criar um modo de habitar o cotidiano e fazer a gestão do seu próprio sofrimento na privação de liberdade implicava um conhecimento preciso do funcionamento institucional, modulando suas presenças e ausências segundo seus interesses, fazendo das suas *recusas* um gesto de afirmação das suas possibilidades.

2.2.3.2 O campo

O *campo* era a atividade mais valorizada entre os jovens, sendo seu principal espaço de sociabilidade. Este espaço consistia em um gramado de futebol pequeno e descoberto no qual cada alojamento possuía um momento específico. Romilson se queixava que o *campo* era um direito deles, mas que os funcionários *tratam como favor para quem se comporta*. No *campo*, podiam interagir com jovens de outro *QG* por meio das janelas dos alojamentos voltados para o *campo*. Sempre jogavam futebol durante esse momento, ainda que nem todos gostassem muito desse esporte, pois era o que havia. Enquanto jogavam bola “esqueciam” que estavam internados, *distraindo a mente* de sua situação atual. No campo, relaxavam, aliviavam as suas tensões, usando o espaço para interagir como preferissem. Espaço aberto, gramado, fugia à insalubridade dos espaços fechados.

Joaquim chegou um dia na oficina bastante bronzeado, *tô pretinho, né, professora?*, disse com um sorriso no rosto, contando que passou um dia inteiro no *campo*. Essa cena se repetiu algumas vezes e a cada uma delas alterava-se o motivo por ter ficado tanto tempo no *campo*, havendo normalmente uma relação com a escola: ou os professores faltaram e não teve aula e eles foram encaminhados ao *campo* ou o recreio coincidiu com o dia do seu alojamento no *campo* ou, sem relação com a escola, usara o número de matrícula de outro

interno para *descer*. Assim, ele conseguia se articular para ir mais de uma vez por semana ao *campo* ou ficar mais horas sob o sol.

As narrativas sobre *campo* se confundiam muitas vezes com o campeonato de futebol que estava acontecendo na unidade durante os finais de semana. Este campeonato era sempre o tópico inicial das conversas dos jovens de diferentes *galerias* quando se encontravam na oficina, trocando sobre os artilheiros da rodada e depois emendando em uma conversa sobre o Flamengo, time para o qual a maioria deles torcia. Segundo os jovens, esse campeonato só foi possível porque a *cadeia estava tranquila*. Antes, havia uns *menor* que ficavam *arranjando confusão* com os agentes, *jogando toddynho neles, batendo chapa*⁵², *davam papo de maluco*. Em função disso, os *funcionários* não os deixavam fazer nada, de modo que ficavam mais restritos aos seus alojamentos. Com a saída desses jovens da unidade, a *galéria* ficou *tranquila* e a direção organizou o campeonato.

É importante destacar que a direção da unidade foi modificada recentemente e que os *primeiros mais velhos* das *galerias* estavam na unidade há cerca de um ano, tendo contado que foram eles que ritmaram suas *galerias*. Segundo os jovens, com a direção anterior que era bom, pois *podiam fazer o que queriam* – já os agentes elogiavam a direção atual por *ter posto ordem na casa*. Nesse sentido, as formas de gestão do cotidiano institucional são muito fluidas, variando segundo os internos que estão tutelados ali e, também, segundo a equipe da direção da unidade, mostrando que a instituição socioeducativa não é, ela se faz a partir de práticas ordinárias, que envolvem pessoas, objetos e artefatos (DAS; POOLE, 2004; SHARMA; GUPTA, 2006; SOUZA LIMA, ANTÔNIO CARLOS, 2012).

As famílias foram convidadas a assistir à final do campeonato e houve um café da manhã farto e diferente para os jovens finalistas – não sendo uma atividade que incluiu todos os internos da unidade e, assim, tornou-se concessão/privilégio de alguns. Esses finalistas também puderam conhecer um jogador profissional e foram convocados para um teste de uma equipe profissional de futebol. Romilson estava entre eles, sendo um dos melhores jogadores do campeonato, afirmando que já havia frequentado *escolinha* de time e sempre foi muito bom, tendo interrompido esta trajetória após a morte inesperada de sua avó, com quem morava, no início de 2020, pois *ficou ruim da cabeça* e retornou às atividades ilegais, *rodando* em seguida.

⁵² Bater chapa é chutar as grades do alojamento e gritar, fazer barulho.

2.2.3.3 Visita

Outro ponto chave de sua rotina e da sua socialização eram as visitas, que ocorriam todos os sábados. Descritas por Romilson como *melhor momento da cadeia*, era quando seu pai e sua mãe, divorciados, vinham juntos visita-lo. Joaquim também aguardava ansioso as visitas de sua avó, com quem morava, mas que só podia visita-lo quinzenalmente por morar muito longe. Nas segundas após a visita da avó, Joaquim chegava animado, bastante falante e gesticulando muito. Nas semanas sem visita chegava entristecido, afirmando que tomou remédio para o *fim de semana passar mais rápido*. Lucrécio, que recebia poucas visitas também em função da distância de seu domicílio, dizia que no fim de semana a *cadeia fica parada*, porque nada acontecia nela, nem havia nem equipe técnica na unidade, apenas o plantão de agentes do fim de semana e os internos. Os jovens diziam que a visita era bom porque ficavam sabendo dos *andamentos da pista*, porque os conectava com a vida lá fora. Era comum, nesse sentido, que me perguntassem *como tá a rua, professora? A rua* aparecia aqui como infraestrutura que participava e dava suporte a suas vidas e relações (BUTLER, 2019).

Ricardo afirmava que as vezes *bate uma balição*⁵³, *dá uma nostalgia* e nessas horas só consegue ficar aguardando a hora de ir *para a rua*. As visitas dão contorno a essa experiência de tristeza e melancolia, mas os jovens afirmam que sua distância das famílias e as vezes a ruptura dessas relações por meio da internação *é consequência da vida*, pois nem sempre suas famílias e pessoas próximas os apoiam em sua trajetória. Ricardo chegou em um encontro do grupo muito entristecido, fechado e pouco comunicativo, diferente do seu usual. Contou depois de um tempo que sua namorada havia brigado com ele durante a visita de sábado, pois soube de algo que ele fez dentro da *cadeia* que a deixou muito irritada. Noutra ocasião chegou muito *baleado* porque algo muito bom havia acontecido com *sua dama* e ele não podia celebrar com ela. Isso mostra mais uma vez como o dentro e o fora se conectam durante a MSE, com informações que circulam para fora e corpos que transitam para dentro, de modo que a vida se tece nesse movimento que dá continuidade à vida antes da internação em um engajamento ativo para a vida após.

Além da presença e do valor afetivo da visita, é nesses encontros que os jovens podem receber alguns itens que tornam a experiência de internação mais possível de ser vivida, como

⁵³ De ficar baleado, angustiado, chateado, mexido, triste, saudoso.

biscoito, refrigerante, sabão e cueca, constituindo-se como infraestrutura humana e não-humana (BUTLER, 2019). Antes, os chinelos podiam ser trazidos pelas famílias, mas não mais. Eles não compreendiam o porquê dessa proibição e cogitaram organizar uma greve de fome para voltarem a receber esses itens, mas consideraram não ter visibilidade suficiente internados e optaram por não fazer, indicando que seria melhor conversarem com as famílias para que elas se manifestassem, aumentando as chances de serem vistas e levarem suas demandas para outras instâncias, como a Defensoria Pública. Os jovens compreendiam que dentro da *cadeia* não possuíam a visibilidade necessária para suas reivindicações e que era necessário aparecer para ganharem força (BUTLER, 2019), contando para isso com redes de solidariedade que extrapolavam os muros da internação.

A suspensão das visitas era usada muitas vezes pela instituição como *castigo* e, durante a pandemia de Sars-cov-2, também ocorreu tal suspensão. Neste caso, a justificativa foi a redução da circulação do vírus e a preservação da vida dos internos. Para os jovens, no entanto, *a pandemia atrapalhou a gente*, porque ficar sem visita tornava a internação ainda pior, reduzindo suas redes de suporte material e humano. O protocolo no Dom Bosco, segundo os jovens, era de que se um adolescente testasse positivo para covid-19, o alojamento inteiro era isolado por sete dias. Joaquim contou que, em algum momento, duas galerias inteiras pegaram covid-19 e ficaram quase três semanas sem visita e sem circulação, de modo que a contenção do vírus ressoava o caráter punitivo da unidade, pelo fechamento de seus vasos comunicantes (GODOI, 2017; VINUTO; BARBOSA; HERNÁNDEZ, 2021).

As visitas participavam da gestão do tempo de internação, fazendo variar a percepção da duração e passagem do tempo e, conseqüentemente, a experiência de internação. Nas semanas sem visita, Joaquim usava remédios para dormir – diazepam – disponibilizados por outros *menor*. Dizia dormir o fim de semana inteiro, pois não tinha o que fazer, gerindo o sofrimento de não ter visita ou atividade por meio da experiência de desligamento que o remédio propunha, era uma gestão neuroquímica da duração da medida. Não eram apenas as visitas *trepadas*, ausentes, que alteravam a passagem do tempo, qualquer atividade que deixasse de acontecer modificava sua experiência ali dentro. Nesse sentido, no dia em que cheguei atrasada⁵⁴ e, conseqüentemente, os jovens demoraram a serem chamados pelos agentes, Joaquim disse ter acreditado que eu não viria mais, desorganizando suas saídas do dia. O mesmo aconteceu em um feriado em que me organizei para realizar a oficina, mas fui

⁵⁴ Na verdade, cheguei no horário de início da atividade. No entanto, por conta do espaço entre a minha chegada e a chamada dos jovens pelos agentes apenas após receberem presencialmente a lista dos participantes, houve uma demora de uns 15 a 20 minutos para que chegassem na atividade.

informada pela Direção poucos dias antes que não poderia realizar atividades durante feriados e não pude comunicar aos jovens de antemão a minha ausência, explicando-lhes o ocorrido apenas na semana seguinte.

Quando recebiam visitas, o tempo passava rápido, a semana seria boa e seus relatórios subiriam em breve. Havia perspectiva. Sem visitas, as possibilidades diminuía, a semana era mais dura e a passagem do tempo tornava-se morosa. Em um tempo lentificado, usavam substâncias para geri-lo de modo a dormir para fazer o tempo passar ou para *distrain a mente* e se transportarem para fora dali. Esta tática evitava confronto e sanções institucionais e tornava o uso de substâncias uma modalidade de incorporação das normas, um modo de habitá-las.

2.2.3.4 *Se trancar*

Lucrécio me contou com muita naturalidade sobre esta prática. Sendo o *primeiro mais velho* do seu *QG* e *galeria*, dizia ser comum haver *uns menor que se tranca lá no QG* e explicou que *é só falar com o funcionário*. A depender do interno e do agente em questão, os jovens podem passar o dia *trancados* em outro *QG*, retornando aos seus alojamentos às 17h, momento em que as circulações se encerram. Normalmente, essa prática vem associada à alguma troca específica entre os internos, ou seja, jovens com habilidades específicas costumam ter essa possibilidade com maior frequência, como o interno que assume a função de barbeiro da unidade ou é bom tatuador. Assim, o jovem que é barbeiro *se tranca para trocar um papo* e cortar o cabelo dos demais. Lucrécio afirmou que isso *rola direto no seu QG*.

Esta prática de *se trancar* é bastante valorizada pelos internos por ampliar suas possibilidades de interação e relação. Perguntei durante uma oficina o que eles mudariam na internação caso pudessem. Entre suas respostas, que incluíam deixar o portão principal aberto, Joaquim mencionou que uma *melhoria* seria os *QGs* ficarem com as portas abertas ao longo do dia, de modo que os internos pudessem transitar nas galerias, como acontece nos presídios, e trocarem com outros *menor* que não apenas os do seu *QG*. Joaquim mencionou também como o comportamento de deixar os braços para trás exigido nas suas circulações pela unidade era uma forma de redução de contato e comunicação, uma vez que impossibilitava o

cumprimento a distância com outros internos, ampliando a sensação de isolamento. Nesse sentido, *se trancar* tornava-se uma forma de construção de rede de infraestrutura e suporte.

2.2.3.5 Inventando saídas

No último dia de oficina notei várias cicatrizes superficiais no braço de Lucas que me remetiam à prática de *cutting*. Ele disse serem *corte de vaso*, cortes feitos com azulejo de vaso sanitário. Ele quebrou o vaso para sair do alojamento, utilizando os fragmentos para se cortar e ser encaminhado à enfermaria, ao mesmo tempo em tornou o alojamento inabitável ao inutilizar o vaso, forçando sua transferência imediata para outro *QG*. Ricardo ficou surpreso ao descobrir que foi Lucas quem quebrou o vaso, história que parecia ter sido comentada na *galeria* deles. As idas a enfermaria eram uma estratégia cotidiana e comum entre os jovens para inventarem saídas dos seus alojamentos, especialmente nos dias em que não havia nenhuma atividade. Lucrécio e Rogério contavam rindo que sempre inventavam uma dor de estômago para irem à enfermaria, sendo inclusive medicados embora não soubessem com qual remédio.

Na escassez de infraestrutura, os jovens criavam situações utilizando-se dos recursos próprios à instituição e considerando os jogos de força aos quais ela estava submetida, modulando o uso de determinados espaços, como a enfermaria, e o manejo de determinadas situações e objetos, como o próprio corpo e o vaso, para ampliarem as suas possibilidades de vida na privação de liberdade, inventando saídas dos alojamentos, criando atividades na inércia e na morosidade por meio de um engajamento cotidiano com a vida.

2.3 Agir na desconfiança e com medo

No último dia de oficina, o clima entre nós era de muita descontração, especialmente no grupo de segunda-feira que ainda estava completo. Ricardo contava rindo de uma situação que ocorreu durante a madrugada em sua galeria: um jovem foi tentar fazer fogo de madrugada e *estalou*, ou seja, conectou os fios errados e deu curto-circuito em uma ala inteira

da galeria. Os ventiladores desligaram, os rádios, *as telas*, tudo apagou e todos os jovens acordaram e começaram a gritar. Ricardo, o *primeiro mais velho* dessa galeria, nem se levantou, ficou deitado rindo muito dos demais. A situação foi toda meio caótica e engraçada, alguém *bateu chapa e levou um papo* até que aos poucos a *galeria* se acalmou.

Lucas, da mesma galeria, aproveitou o clima de descontração e riso e disse, em tom entre a brincadeira e a seriedade, Ricardo *tá ficando doidjo, a cadeia tá subindo pra mente*. Seu *QG* era quase em frente ao de Ricardo e, vez ou outra, olhava para o outro lado da galeria por detrás da *chapa* e via Ricardo parado, em pé, em silêncio, muito sério, encarando o nada em sua direção, respondendo silenciosamente com os olhos o aceno do companheiro, permanecendo calado. Lucas perguntava pela grade *Que foi?* e não havia resposta além do silêncio. Ao ouvir esta história, Ricardo ficou um pouco constrangido e respondeu com um sorriso de meia-boca, passando as mãos pelo cabelo, sua frase clássica: *tô suave!* Perguntei o que ficava fazendo *na chapa* e ele disse apenas, *refletindo*. Ricardo já estava há um ano e dois meses privado de liberdade.

Nessa breve interação, passamos por um momento de descontração e riso e depois por um momento de preocupação relatado com leveza. Nas palavras de Matheus em outra ocasião *a gente brinca, ri, mas quando olha pros lados não vê outra coisa além de grade e funcionário*. O silêncio de Ricardo mostra o sofrimento inerente ao estar preso e, ao mesmo tempo, sua impossibilidade de confiar seu sofrimento e solidão a seus pares, ainda que eles reconheçam sua dor (DAS, 2020). Deixar a *cadeia subir para mente* é sinal de fraqueza e de exposição de uma vulnerabilidade que não é bem-vinda num contexto de opressão e violação, no qual deve-se dizer a verdade ainda que custe a vida e que valora a força e a coragem. Para não mentir, Ricardo apenas silenciava e neste gesto reconhecíamos a dor que não podia ser dita.

Os jovens se sabiam muito sozinhos em seu sofrimento, pois não podiam confiar em ninguém e não tinham amigos, pois *quem tá comigo hoje, pode me dar um tiro nas costas amanhã*. Essa desconfiança constante era um elemento da *neurose* que permeava suas – e nossa - relações. Em uma das últimas oficinas levei a letra de uma música de Filipe Ret⁵⁵ e perguntei o que chamava atenção deles na letra, de qual trecho mais gostavam. Joaquim prontamente indicou o trecho abaixo, em que os invejosos eram depreciados, os *vários menor que fica mordendo* quando eles estão bem:

*E os invejosos querem me ver fudido
Todas as mais lindas só querem me ver fudendo*

⁵⁵ Caçando Tesouro (Azmath / Filipe RET / Orochi / PK)

*Ela se amarra no jeito de bandido
Cabelo na régua e com a camisa do Flamengo*

Pergunto como fazem para não contar a ninguém de seus sofrimentos e explicam que *nóis fala quando precisa desabafar, mas não confia*. Apenas nas famílias confiavam com menos ressalvas, *na pista, não confio em ninguém* e salientavam que eu também não deveria confiar neles, pois *na pista, nós somos maldosos, já ia olhar querendo flertar* e não necessariamente me tratariam do mesmo jeito que ali. A unidade socioeducativa dava um contorno específico para o nosso encontro produzindo a possibilidade da confiança ao mesmo tempo que demarcando sua fragilidade e circunscrição. Entre eles, também não confiavam em ninguém e se diziam não confiáveis, estabelecendo relações e alianças porque precisavam e estavam todos no mesmo barco.

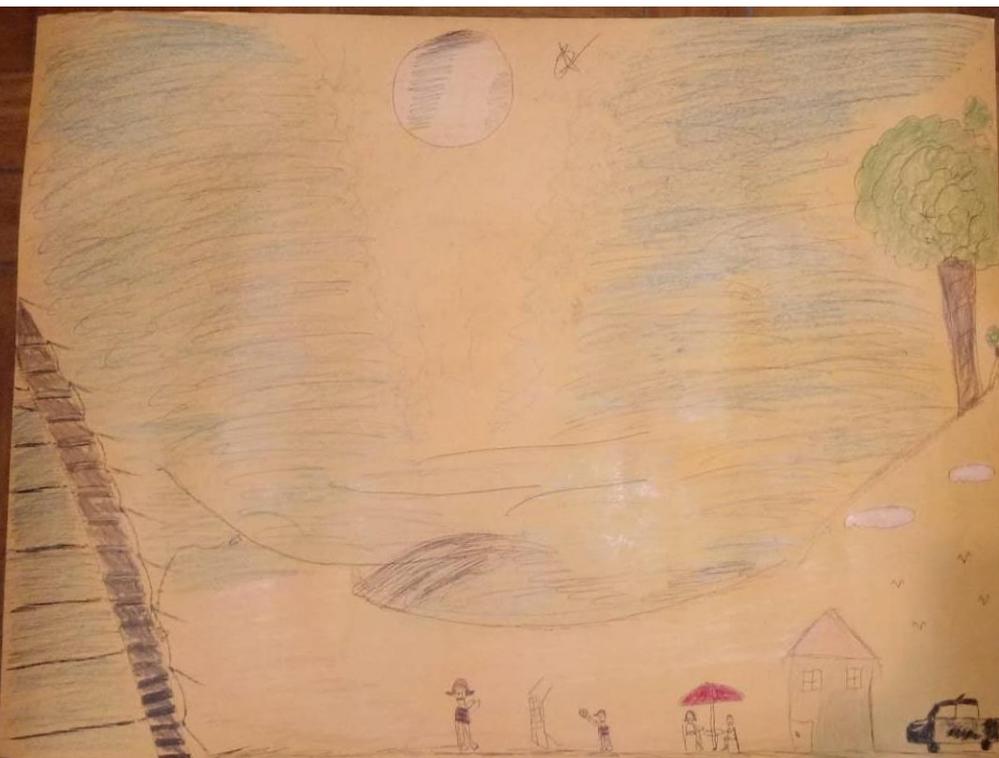
Apesar disso, a desconfiança e o medo que com ela se compõe não são impeditivos da ação, ao contrário, constroem modalidades específicas de relação, criando uma forma própria de conjugar corpo e linguagem, de alinhar e tecer uma vida possível na internação. Nesse sentido, construía um *nóis é coletivo e ritmavam* as galerias como uma forma de habitar o cotidiano por meio de algumas modalidades de agência. Longe de negar seu sofrimento, esse modo de articulação partia de sua posição de subjugação para agir, incorporando as normas de um modo que assegurasse a vida. Sua agência estava na *recusa* e no riso, na produção do entorpecimento e no ânimo pelo campeonato, no silêncio e também na presença, nos modos como trabalhavam ativamente para fazer o tempo passar.

3 MATERIALIDADE AFETIVAS COMO POSSIBILIDADE DE AÇÃO (OU FORMA DE FAZER SAÚDE)



Acima, Lucas desenhou o que seria segundo ele, sua casa, entre a real e a imaginada. Dois andares, uma sala organizada e com bebidas. Ao lado de fora, árvores e pássaros.

Abaixo, Joaquim fez um desenho colorido com o que gostava: flamengo (as camisas), praia, família e casa.



Este capítulo se dedica a explorar os modos como construímos materialidades afetivas nas oficinas que constituíram o campo da pesquisa a partir do uso de alguns mediadores que foram tramados pelos jovens ao longo dos nossos encontros. Materialidades afetivas se referem aqui aos modos como os afetos ganhavam substância e matéria, tornando-se palpáveis a partir do encontro entre corpos humanos e não-humanos⁵⁶. Em geral considerados intangíveis e de difícil apreensão, os afetos vem sendo considerados atualmente como importante meio de compreensão dos modos de operação e materialização do Estado, sendo objetivo e instrumento de controle e regulação (LASZCZKOWSKI; REEVES, 2017). Escapando às tradições racionalistas que silenciam e apagam em sua assepsia o papel dos afetos na produção de diferenças e desigualdades sociais, bem como na construção de corpos, comportamentos e moralidades, tomo os afetos, inspirada em Ann Stoler (2007), como aquilo que é gerido pelas formas de fazer Estado, ou em termos foucaultianos, como meio de disciplina e governamentalidade. Desse modo, os afetos são meios de gestão tanto do sofrimento como das possibilidades de sustentação da vida.

Nesse sentido, utilizar as oficinas como meio de materializar outros afetos que não os hegemônicos no espaço como medo e desprezo (vistos no Cap. 1) era também uma forma de utilizar o trabalho de campo como estratégia de cuidado, remetendo às origens desse projeto, que pretendia investigar formas de fazer saúde entre os jovens. As oficinas foram propostas inicialmente pela compreensão dos espaços grupais como formas de produção de saúde, baseadas no acolhimento e no vínculo, sendo uma modalidade de cuidado própria ao campo da Saúde (SANCHEZ, 2018; SECCO, 2018). Assim, elas eram tanto um procedimento de pesquisa quanto uma estratégia de cuidado, sendo uma forma de pesquisa-intervenção, oriunda do método da cartografia (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010). As propostas dos encontros eram construídas semanalmente junto aos jovens, a partir daquilo que iam me demandando e do como iam agenciando meu corpo e aquele espaço de modo a fazerem a vida possível na internação. Os modos como utilizavam e agenciavam as oficinas não eram necessariamente inéditos em seu cotidiano, mas revelavam modalidades de gestão do sofrimento articuladas a partir da presença em determinadas atividades oferecidas de certo modo pela instituição. Nesse sentido, as oficinas escapavam e ao mesmo tempo compunham o cotidiano do CENSE Dom Bosco, participando dos modos de gestão do cotidiano articulados pelos internos.

⁵⁶ Embora a emoção seja uma modalidade formal dos afetos, já submetida a uma avaliação semiótica, neste trabalho afetos, emoções e sensações são condensados, de modo que não será desenvolvida uma análise diferenciada de cada um deles, interessando-nos aqui exatamente os seus pontos de encontro como meios de regulação estatal e de construção de materialidades.

Os afetos foram materializados nas oficinas através de alguns objetos técnicos, um tablet e alimentos, que foram sendo agenciados pelos jovens a partir da minha feitura de vaso comunicante (GODOI, 2017), por meio do qual circulavam. Estes objetos eram normalmente de acesso vetado aos internos e funcionavam como mediadores: o tablet na produção de música, fotografia, e os alimentos como comidas *de pista*. A condição de possibilidade desses objetos foi construída pelos jovens em nossos encontros. Inicialmente solicitaram as músicas, que conduziram ao uso do tablet e, a seguir, em sua descoberta como equipamento fotográfico. As comidas apareceram como pedidos dos jovens por balas e doces que culminaram em um encontro final com alguma variedade. Foram relevantes nesse contexto os processos de negociação da entrada desses objetos junto à direção da unidade socioeducativa. Nesse sentido, o tablet e os alimentos se comportavam como objetos em uma rede sociotécnica (LATOURET, 1994), que criavam relações entre humanos e não-humanos, tecendo uma trama relacional e uma rede de infraestrutura. Eles permitiam habitar a fronteira entre o dentro e o fora, emaranhando-os e confundindo seus limites, num fio tenso por onde os afetos circulavam. Por meio desses objetos, os jovens tramavam formas de habitar a internação.

Esses recursos ofereciam outras possibilidades de gestão do sofrimento e sustentação da vida na internação. Desse modo, operavam no contexto da privação de liberdade como linhas de fugas infiltradas em linhas de segmentaridade duras⁵⁷ (DELEUZE; GUATTARI, 2012) que compunham conjuntamente uma regulação estatal dos afetos (LASZCZKOWSKI; REEVES, 2017; STOLER, 2007). Por meio desses mediadores, os jovens recuperavam prazeres da *pista*, os afetos circulavam e ganhavam materialidade, conectando o dentro e o fora e contraindo o tempo antes, durante e após a internação, operando ora continuidades, ora diferenças que criavam condições de prosseguimento da vida. Desse modo, os afetos mobilizados e materializados pelos mediadores participavam dos modos de regulação da vida e de governo dos corpos próprios aos espaços de confinamento, sendo uma via de agência e também de sujeição, rompendo com os limites e proibições institucionais, ao mesmo tempo em que os forjava. Os mediadores corporificavam relações que transportavam os internos para *a pista* e presentificava *a pista* na *cadeia*, permitindo que habitassem a fronteira entre o dentro

⁵⁷ Deleuze e Guattari em sua obra trabalham com a noção de linhas para refletir sobre as múltiplas formas de constituição e composição do *socius* e dos processos de subjetivação. Segundo os autores existem três tipos de linhas: as linhas de segmentaridade dura, que são os processos mais estabelecidos, já sobre-codificados, como as instituições em sua face instituída, a exemplo do aparelho de Estado; as linhas de segmentação maleável, que são como fendas nas linhas endurecidas, que possuem um potencial de variação, são fluxos, implicando no duplo daquilo que já foi sobre-codificado, é o outro que habita os processos de identificação; e as linhas de fuga, que são linhas de ruptura, abstratas, que não admitem segmentação e são clandestinas, desconhecidas até emergirem. As linhas são imanentes umas às outras, se compondo mutuamente. Para mais ver: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 3. São Paulo: Ed. 34, 2012.

e o fora, onde o tempo privado de liberdade era menos insuportável. Esses mediadores se comportavam assim como substância de relacionalidade que oferecia às suas relações temporalidade e espacialidade, fluxo e essência.

Janet Carsten (2014) preocupada com a matéria do parentesco, tomado como mutualidade do ser, elege a noção de substância como importante para traçar as múltiplas formas de continuidade dessas relações, ao longo do tempo e da geografia, pela ambiguidade que o termo evoca. Substância é tanto matéria, essência, conteúdo, como fluxo, troca e intercâmbio de modo que permanece e varia, é sólida e evapora. Isso possibilita equivococar os sentidos do parentesco e dos modos de fazer família, incluindo elementos etéreos, como espíritos familiares, papéis, como cartas e fotografias, ou até mesmo alimentos, seja como nutrição ou veneno. Nesse sentido, expande as possibilidades de compreensão do parentesco e dos modos como se produz relacionalidade, forma de vinculação que faz família, escapando à exclusividade da contiguidade sanguínea e da linearidade no tempo e no espaço. As substâncias possuem também agência, uma vez que agem sobre relações produzindo-as, desfazendo-as, estendendo-as. Refletir sobre os mediadores propostos como substância significa que possuem o potencial de materializar, no contexto da privação de liberdade, formas de relacionalidade e vínculo que são anteriores à internação e que se projetam e atualizam no tempo e espaço. Nesse sentido permitem que os jovens evoquem suas relações anteriores no interior do cárcere e que se façam presentes na externalidade da *cadeia*, sendo substâncias que vazam pelos muros da prisão⁵⁸.

Em uma atmosfera de medo, em que ficavam *cheio de neurose*, alinhavavam outros afetos por meio de objetos que criavam fissuras no ordinário da vida na instituição. Nesse sentido, iam construindo pela produção e acionamento de novos vasos comunicantes uma ética do cuidado em que trabalhavam para manter, continuar e reparar seu mundo, seus corpos, o meio onde viviam, para viver nele do jeito mais possível (TRONTO, 1993). Esse modo de habitar a internação extrapolava as oficinas, sendo o modo dos jovens costurarem cotidianamente os fragmentos daquilo que a internação e a violência devastavam como forma de manterem a vida a partir da relação com outros atores institucionais. Assim, alinhavavam temporalidades e localidades distintas para recuperarem afetos e prazeres do seu dia-a-dia antes da internação.

⁵⁸ Vale destacar que substâncias como mediadores fazem agir, possuem agência e cadeia causal aberta, de modo que ao adentrarem o espaço institucional seu efeito não pode ser previamente definido, mas experimentado e acompanhado.

3.1 Um tablet e uma dose de açúcar: tramando possibilidades

No primeiro dia de oficina, após a apresentação da pesquisa e a assinatura dos TCLE, propus aos jovens que conversássemos livremente até o horário de encerramento da atividade. Estávamos na sala de informática e alguns jovens, dos cinco presentes, começaram a tentar ligar os computadores que haviam na sala. Um dos jovens que permanecera sentado me propôs que eu colocasse uma música para eles, *nem que fosse no meu celular*. Mesmo tensa com a possibilidade de que um agente entrasse e os visse usando o computador ou meu celular, fui até minha mochila e, receosa, peguei o celular, que para a minha tranquilidade não funcionou⁵⁹. O celular ficou sem sinal naquela sala e não tinha acesso ao WiFi da unidade nem músicas previamente baixadas, de modo que foi uma tentativa fracassada. Apesar disso, esse pedido fez com que eu me compromettesse a levar a partir da semana seguinte algum objeto por meio do qual pudéssemos ouvir músicas durante nossos encontros.

Escolhi um tablet, sem chip, sem jogos, sem acesso à internet, mas no qual poderia em casa baixar as músicas pedidas pelos jovens. Tentava, assim, me resguardar das proibições e rumores institucionais uma vez que o tablet não poderia ser utilizado para comunicação com o mundo externo (ligação, SMS, email, mensagens de aplicativos etc) ao mesmo tempo em que atendia ao pedido dos jovens. A cada semana anotava o nome dos artistas, álbuns ou playlists que os participantes desejavam ouvir na semana seguinte. Nas poucas semanas em que por acaso não levei as novidades solicitadas, os jovens me olhavam incomodados, como se eu desvalorizasse sua situação e estivesse desconsiderando suas necessidades, desrespeitando sua espera (VIANNA, 2015) e meu papel como vaso comunicante. Para eles era muito importante cumprir com a palavra, uma vez que era comum funcionárias/os da unidade prometerem algumas coisas e não cumprirem, de modo que me identificavam nesse momento com a equipe da unidade e mostravam o desconforto que isso gerava.

Assim que o primeiro deles entrava na sala, me pedia que eu pusesse uma música e eu lhe entregava o tablet para que escolhesse o que desejava ouvir, tornando este ritual uma marca de nossos encontros. O modo como o tablet circulava entre eles em certa medida revelava algo da sua hierarquia e formas de relação. Em geral, era sempre o *primeiro mais*

⁵⁹ No primeiro dia de oficina, não fui orientada pela unidade a deixar nem minha mochila, nem meu celular em outro espaço, de modo que eu estava com todos os meus pertencentes durante a atividade.

velho quem ditava que música ouviriam, permitindo que os demais mexessem no tablet, mas orientando sobre o que queria ouvir. Era comum quando me devolviam o tablet no final das oficinas notar vários outros aplicativos abertos, que indicavam tentativas malsucedidas de entrarem na internet. Algumas vezes, quando um agente entrava bruscamente na sala *para conferir se estava tudo bem*, os jovens me devolviam rapidamente o tablet que estava em suas mãos ou o apoiava sobre a carteira, além de reduzir o volume em algumas situações *senão os verme fica cheio de neurose*. Noutras vezes, eu fazia essas solicitações, revelando também as minhas *neuroses*. Eu temia constantemente que algum agente fosse implicar com o tablet ou proibi-lo, mas nunca comentaram sobre seu uso durante as oficinas, tendo sido mais difícil a negociação de um biscoito Trakinas que de um aparelho eletrônico.

Logo em nosso segundo encontro, o primeiro com o tablet, percebi que Ricardo e Lucas posavam para uma *self*: eles haviam descoberto a câmera do tablet. A mesma cena se repetiu no grupo de quinta-feira, que fez uma *self* coletiva. Fiquei receosa de início, pois pelo Comitê de Ética e Escola de Gestão Socioeducativa eu não poderia fotografar os jovens, para que não houvesse meios de identificação dos mesmos, nem sua associação à unidade socioeducativa. Conversei ao final do encontro com a direção do CENSE Dom Bosco e combinei de imprimir uma foto de cada jovem para entregar aos próprios, sem elementos que identificassem o DEGASE e apagando seu registro em seguida. Do mesmo modo que aconteceu com as músicas, negocie com a direção uma forma de respeitar as preocupações da unidade, da Escola de Gestão e do Comitê de Ética, sem negar aos jovens algo que os havia mobilizado tanto. Nesse sentido, não havia neutralidade na minha relação com meus interlocutores, como propõe Das (2020). Se minha presença na instituição já a engendrava como campo de pesquisa, minha relação com os jovens se inscrevia no funcionamento cotidiano da unidade, alterando-o e também o produzindo, traçando uma cartografia da unidade socioeducativa que se fazia no próprio pesquisar (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010).

Em nosso quarto encontro, Lucas chegou com o rosto inchado, meio grogue, com um ar ainda muito sonolento. Os demais conversavam sobre o campeonato de futebol e comentaram que Lucas era um goleiro muito ruim, acrescentando sarcasticamente que ele estava *muito chapado* no gol. Preocupada com o ar sonolento de Lucas, perguntei entre a brincadeira e a orientação se ajudaria trazer um açúcar para eles da próxima vez, para acordá-los. Ricardo rapidamente abriu um sorriso e me pediu para levar umas *jujubas* para eles. Foi assim que, umas semanas depois, voltei à direção da unidade para conferir que alimentos eu poderia levar para consumirmos durante as oficinas, momento no qual descobri que biscoitos

recheados, como Trakinas são proibidos (conferir Cap. 1). A partir daí, comecei a levar biscoito Cookie, que não possuía recheio, mas tinha gotas de chocolate, e Torcida, pois outros doces menores (como as jujubas ou Bis) não eram permitidos. No penúltimo dia da oficina, pedi que os jovens listassem comidas que gostariam que eu levasse para nosso encerramento e negocieei com a direção o que seria possível, considerando que eu levaria também, a depender da comida, talheres, guardanapos e copos.

Esses objetos ao se movimentarem entre o dentro e o fora da unidade socioeducativa criavam um espaço fronteiro de disputas e negociações “que envolvem diferentes sujeitos que se veem emaranhados/as às tramas prisionais – tramas essas tecidas também por eles e por elas quando fazem movimentar *pertences* e *sucatas*” (D’ANGELO, 2021, p. 235) ou tablet e alimentos, no contexto desta dissertação. Nesse sentido, os participantes ao negociarem comigo as atividades e objetos das oficinas traziam indiretamente também outros atores, humanos e não humanos, para essas negociações, costurando possibilidades de existência e formas de habitar a internação. Estes atores agiam e faziam agir movimentando e produzindo redes e relações (LATOURE, 1994). Formavam uma rede sociotécnica ao acoplarem as relações entre humanos (sociais) e as relações entre objetos e artefatos (técnicos), produzindo efeitos indeterminados e rizomáticos que convocavam a novas ações (BUMACHAR, 2016; LATOUR, 1994). Assim, esses objetos como mediadores sociotécnicos engendravam a instituição socioeducativa como um emaranhado de violência, sofrimento e agência atravessado, gestado e gerido por afetos múltiplos, revelando as minúcias das disputas e fissuras que faziam a privação de liberdade.

Desse mesmo modo os jovens também agenciavam outros espaços do cotidiano institucional, como as oficinas oferecidas pela equipe de Saúde Mental da unidade. Nestas, ouviam músicas e realizavam atividades manuais, como dobradura, desenho etc que os deixavam *tranquilos* e onde podiam *desabafar*. Também agenciavam recursos nesse espaço que pudessem levar para dentro dos alojamentos, onde passavam a maior parte de seus dias, do mesmo modo como tramavam comigo a possibilidade de levarem folhas coloridas ao *QG* para a realização de dobraduras de papel. As oficinas da equipe de Saúde Mental eram acessadas apenas pelos jovens cujo sofrimento na internação fosse considerado preocupante e demandasse um olhar mais atento, de modo que era uma atividade de acesso restrito, um recurso mobilizado por um sofrimento intenso. Alguns dos participantes da pesquisa eram vinculados a essas oficinas com a equipe de Saúde Mental e revelavam que em alguns momentos nossos encontros lembravam aqueles. Apesar disso, minha identificação com as psicólogas ou profissionais dessa equipe era muito variável, pois alguns diziam que minhas

perguntas eram muito diferentes e também o espaço da oficina, enquanto outros diziam que eram muito próximas e que eu queria *entender a cabeça* deles.

Desse modo, os jovens nas interações comigo e com outros atores institucionais tramavam uma rede sociotécnica a partir da qual garantiam seu acesso à infraestrutura e redes de afeto e confiança, materializados, no caso desta pesquisa, nas fotos que planejavam entregar a suas famílias para que estivessem de alguma forma presentes em casa; nas comidas compartilhadas que eram comidas de *pista* e nas músicas que os transportava para fora da *cadeia, distraindo a mente*. Assim, o tablet e os alimentos iam permitindo a construção dessas materialidades, sendo artifícios de vínculo e relacionalidade, que agenciavam escapes e linhas de fuga às regulações estatais dos seus afetos, corpos e relações e eram também meio por onde estas mesmas relações eram reguladas (LASZCZKOWSKI; REEVES, 2017; PADOVANI, 2015).

3.2 Música: *distrair a mente*

No grupo de quinta-feira, houve entre o terceiro e o quinto encontro a renovação de alguns participantes da oficina, pois dos cinco jovens originalmente selecionados um deles foi matriculado em um curso profissionalizante no mesmo horário da oficina, outro recebeu progressão de medida e um terceiro *se recusava a descer* desde o segundo encontro. Assim, solicitei à direção a inclusão de novos participantes, de modo que mantivesse o caráter coletivo da atividade. Dos dois novos participantes, apenas Rogério veio aos nossos encontros. Ao chegar na atividade pela primeira vez, perguntou imediatamente sobre as músicas, pois *ouviu dizer* que eu tinha umas *músicas maneiras*. Comentei brincando que ele *desceu* só pelas músicas e ele respondeu, com um riso constrangido, que também era bom sair do alojamento e *trocar um papo*.

A música circulava para fora da oficina em direção aos alojamentos e pátio, ganhando temporalidade e fluxo entre os grupos de quinta e de segunda, que comentavam uns com os outros ao longo da semana sobre o que eu havia levado de novidade. Ao avaliarem as oficinas, os jovens disseram que a presença da música foi importante, pois era um *passatempo, ficamos preso e lembramos da pista ouvindo música*. As músicas eram tema entre eles e mobilizavam afetos e relações, inclusive a presença e participação na oficina desta

pesquisa. A música fazia o tempo passar acionando memórias da vida lá fora, lembrando acontecimentos e projetando-os de novo na *pista*, agindo no e sobre o tempo da espera pelo fim da internação, passivo e moroso, sendo uma substância de temporalidade (CARSTEN, 2014). Agia e fazia agir.

Lucas queixou-se uma vez da participação de alguns jovens na oficina, pois com a sua chegada *Vai ser falação, não vai dar pra ouvir direito [a música]*, de modo que a centralidade da atividade girava para ele em torno da musicalidade do momento. Nesse sentido, os jovens me pediram que levasse material para que desenhassem e enquanto desenhavam ficamos todos em silêncio, apenas ouvindo a música. A música parecia se assemelhar ao silêncio, adquirindo novas qualidades em um contexto de barulho constante e ausência de privacidade. Era uma forma de estarem consigo próprios, estando com outros, corporificando e materializando um espaço privado, um refúgio, num ambiente onde eram constantemente vigiados.

Para os jovens, a música era *momento de reflexão* e lembrança dos *melhores momentos que já passaram*. As músicas os remetiam imediatamente à experiência da pista. *Escutar a música aqui e pensar lá fora*. Em um contexto de sofrimento, marcado pela dor, a música parecia adquirir a capacidade de contrair o tempo e o espaço, operando tanto como memória de pertencimento a uma comunidade moral, quanto como projeção de futuro em que desenhavam outros caminhos (DAS, 2008), permitindo que se transportassem para fora da internação enquanto permaneciam atrás das grades. Funcionava como substância que resgatava relações esgarçadas pela internação.

Na segunda semana de oficina, levei algumas tarjetas com palavras que eles haviam mencionado no dia de apresentação da pesquisa, pedindo que explicassem o que significavam para eles. Uma das palavras foi MÚSICA, cujo sentido era *Dá uma distraída e aí dá para tirar a cadeia tranquilo*. Ao agenciarem as músicas como matéria do nosso encontro, revelavam uma das suas estratégias cotidianas de gestão do sofrimento: fazer da música meio de silenciar as grades, tornando-as mais habitáveis. Como possuem um rádio e uma TV no *QG* conseguem ouvir música nos alojamentos, mas sem poder selecionar o que escutam com tanta minúcia como no tablet. Também ouviam música nas atividades feitas pela equipe de Saúde de Mental. As oficinas ofereciam um contorno musical diferente do usual naquele ambiente, mas ao mesmo ressoava modos de funcionamento e de relação que extrapolavam os nossos encontros.

A primeira música que me pediram para baixar, nos dois grupos, foram as do “Poesia Acústica” da 1 a 12⁶⁰. Posteriormente foram me solicitando artistas independentes, mais ligados aos *proibições* ou aos seus territórios de origem. O projeto Poesia Acústica é destinado a um público mais amplo, sendo menos local e mais vinculado à grande indústria fonográfica, de modo que escapava, provavelmente, aos controles institucionais sobre os *proibições* e demais músicas de exaltação à vida no crime. Terem iniciado me pedindo estas músicas era indicativo do modo como tramavam com cautela suas solicitações, construindo uma dinâmica tensa de confiança comigo, em que eu estava continuamente sob suspeita, uma vez que não era um deles, mas também não era uma profissional da instituição. Aos poucos, iam me solicitando músicas cada vez mais locais e mais *proibidas*, de modo que a música era substância também da relação construída entre nós.

Mais para o meio dos encontros, Ricardo, navegando pelas músicas baixadas, encontrou uma da qual gostava muito, *Qual é, professora, a senhora sarneou!*, explicando que *mandei bem, fiz algo legal*. Descreveu que pensava nessa música em sua *tela* e que estava sempre ouvindo música em casa. Acordava e ligava a *tela* por onde ouvia o som. Muito animado com a música, Ricardo disse que *só faltava um skunk⁶¹ para estar perfeito!*, pois em seu ritual doméstico estava sempre fumando um desses cigarros enquanto ouvia música. Assim, a música o fazia entrar em contato novamente com sua casa, com *sua dama* e seus momentos de prazeres cotidianos furtados pela privação de liberdade. A música, matéria sonora extraída de um equipamento tecnológico, frio e sem afeto, um tablet, materializava sua casa naquela sala sem janelas e de paredes manchadas, tramando uma rede sociotécnica (LATOURE, 1994), que enlaçava humanos e não-humanos, afetos e tecnologias, passado e presente, dentro e fora da cadeia.

Ricardo noutra vez chegou à oficina afirmando não querer participar da atividade, iria apenas ouvir música, pegando nesse momento o tablet que Joaquim havia apoiado na cadeira. Na apresentação da oficina disse aos jovens que eles não eram obrigados a participar das atividades, de modo que Ricardo reivindicava esse direito anunciado. Assim, ele ficou sentado todo o grupo cabisbaixo, com o tablet sempre muito perto de seu ouvido, sem falar quase palavra alguma. Sua expressão estava muito séria e muito dura. Em certo momento perguntei se estava tudo bem. Ele, então, amoleceu um pouco sua expressão, deu um sorriso pequeno de

⁶⁰ Projeto que reúne vários artistas, entre rappers e MCs para cantarem juntos uma música criada coletivamente para este encontro

⁶¹ Um dos nomes para um cigarro de maconha, em referência a um tipo de erva específica. É uma metonímia utilizada por eles.

ladinho, balançou a cabeça e disse que sim, voltando a ficar sério em seguida, encarando o chão. Era comum quando chegavam entristecidos, *baleados*, os jovens ficarem mais concentrados na música e participarem menos ativamente das atividades propostas, como aconteceu com Ricardo. A música parecia oferecer-lhes algum afago em sua *baleação*, ao transportá-los para suas casas, com suas *telas* e famílias, os remetendo às suas relações lá fora e nublando a realidade privada de liberdade.

A música permitia que dessem passagem aos seus afetos, materializando-os e modulando-os, escolhendo o que ouvir segundo o momento em que se encontravam, fosse para produzir novos estados afetivos, para sucumbir ou intensificar outros. Quando Lucrécio não conseguia dormir, ele ligava o rádio do alojamento na frequência da rádio da Igreja, pois essas músicas o ajudavam a dormir, o deixavam *mais tranquilo* num contexto considerado por ele como *pesado*. Perguntei o que aconteceria se ele ouvisse MC Thierry antes de dormir (pois era o que ouvíamos nesse momento) e Lucrécio afirmou, meio rindo, que ia *dormir neuroticão*, indicando que a música sobre crimes, roubos e armas que gostava de ouvir diariamente, que os *distraindo* pensando lá fora também os deixava com *neurose*, pois lá fora também havia o estado de tensão e perigo iminente. A música, assim, não implicava em afetos sempre positivos, podendo também aderir a sentidos negativos. Os jovens faziam uma importante gestão do espaço por meio das músicas escolhidas a cada momento do seu dia, regulando o ritmo e a cadência do alojamento, modulando momentos de tensão e relaxamento, sendo meio de circulação e regulação de afetos.

A música, além de oferecer uma modulação/regulação aos seus estados afetivos, também era um meio de gestão de tempo e espaço na internação. A esse respeito, em nosso quinto encontro os jovens deram fim a atividade cinco minutos antes do horário de encerramento, levantando-se das cadeiras e caminhando em direção a porta, me entregando o tablete no caminho. Nesse momento, Joaquim, que não havia podido mexer no tablete durante o grupo por haverem dois jovens com maior tempo de internação do que ele, perguntou quanto tempo faltava para terminar o grupo e diante da minha resposta reagiu com: *que isso, professora, 5 minutos é muita coisa na vida de um preso!* E me pediu que esperasse e lhe desse os cinco minutos para ouvir música. Joaquim havia sido chamado logo no início da atividade para um atendimento com a Defensoria Pública, tendo retornado a oficina quase ao final, desse modo sentiu que usufruiu pouco do espaço e queria aproveitar todo o tempo disponível. Como todos participantes precisavam sair juntos da sala, pedi aos demais que aguardassem um pouco mais e assim o fizeram. Desse modo, Joaquim forjou mais tempo fora do alojamento para si, regulando seus trânsitos na instituição e seu tempo na internação. O

mesmo vale para eles enquanto grupo, que geriam a duração do grupo e o seu momento de encerramento, dentro das duas horas de que dispúnhamos.

Segundo me explicaram ao longo dos encontros, as músicas que ouviam oscilavam entre as vidas que queriam ter (os conteúdos ostentação) e as canções que *cantam a realidade, a nossa realidade*, a exemplo da música “Cara Fechada” de MC Thierry, como indicaram Lucrécio e Rogério⁶². Havia uma clara diferença nas escolhas musicais entre os grupos de quinta e de segunda, pois no primeiro os jovens ouviam muito mais funk, especialmente de artistas de seus territórios de origem, enquanto nos grupos de segunda, o foco maior era em trap e rap, especialmente Matuê e Filipe Ret. Essa diferença tinha relação com os espaços da cidade por onde cada um circulava e os MCs mais conhecidos. Em um dos grupos, durante a atividade no computador, abriram o SoundCloud, um *streaming* de músicas. Nesse site, encontravam músicas de MC menos famosos para o público em geral, que pertenciam aos seus territórios de origem, cujas músicas falavam sobre eles ou *suas tropas*.

Ainda no dia da atividade no computador, Joaquim notou que haviam fones de ouvido acoplados aos computadores. Desconectou-os e pôs no ouvido, experimentando andar pela sala com o fone, como fazia quando estava na *pista*. Percebeu que poderia acoplá-lo ao tablet e assim o fez, ouvindo a música diretamente em seus ouvidos. Abriu um sorriso enorme e ofereceu em seguida o fone a Ricardo para que ele também experimentasse. Este abriu um sorriso ainda mais largo e muito contente disse: *É brabo! Saudade de ouvir música no fone!*, recuperando um momento de prazer muito simples que lhe era vetado. Logo depois, retiraram o fone do tablet para que todos pudessem voltar a ouvir a música, uma vez que a noção de coletividade era bastante importante para eles e voltaram a se concentrar no SoundCloud, utilizando os fones para o som não disputar com o do tablet.

Por fim, a música era meio de gestão e produção das relações deles comigo, de modo que alguns me perguntavam o que eu gostava de ouvir, se eu era rockeira, se eu era hippie e gostava *daqueles caras com cabelão, tocando violão na praia, num luau, que tem gente que até fuma um negocinho*. Nesse exercício, iam me corporificando fora dali, forjando

⁶² Cara fechada fumando um balão/ Itimamente eu ando boladão/ Porque eu já vi muita coisa acontecer/ essa história eu vou cantar pra você/ Criança carente nem quer jogar bola/ E o menor nem quer ir mais pra escola/ Famílias destruídas por causa das drogas/ Eu aprendi a dá valor a vida/ Ao ver crianças morrendo por balas perdidas/ E os hospitais chegam me dar até nojo/ Maior esculacho o que eles fazem com o povo/ E os políticos andam de avião/Terno e gravata e o bolso cheio de milhão/ Até beira-mar falou pro jornalista/ Que o crime mais lucrativo e a tal da política/ Isso afeta todas as cidades/ Também alimenta a criminalidade/ Cadeia lotada mano é mó massacre/ Quando chega a liberdade parece milagre/ Fila gigante bolsa na mão da tia/ Enquanto isso Cabral tinha até regalia/ A mídia mostrou pra geral ver/ Tinha até dvd, Tv de lcd Por isso que o crime nunca vai acabar aqui na favela nos que marola/ Somente DEUS pode nos julgar/ Somente Deus pode nos julgar/ Acordei pensando na vida e olhei no espelho (Cara fechada, MC Thierry).

pertencimento (FONSECA, 2019) dando continuidade e extensão a esse encontro. Eu dizia gostar de MPB, mas eles não conheciam os artistas que eu nomeava. Adotei o hábito de nos finais de semana tentar ouvir alguma das músicas que haviam me pedido durante a semana e a comentar com eles quais eu gostava mais quando tocava. Isso gerou um gesto da parte de alguns, repetido algumas vezes especialmente por Romilson, de priorizarem as músicas que eu dizia gostar em detrimento de outras que eu desconhecia ou não havia feito nenhum comentário, *pra tu, professora, a que você gosta*. Nesse sentido, isso me parecia indicar um cuidado deles comigo e um esforço de fazer do espaço do grupo um momento agradável para todos, de modo a romper a clausura da sala sem janelas e fazer uma fissura na atmosfera de medo e desconfiança que nos rondava.

As músicas, portanto, permitiam a construção de uma atmosfera outra no contexto do grupo e da interação em geral, num duplo movimento: de presentificar o fora ali dentro e de os transportar para fora sem sair do lugar, permitindo a circulação de afetos e criação de uma trama relacional.

3.3 **Fotografia: não posso ficar de sorrisinho**

Como dito anteriormente, os jovens descobriram a possibilidade de se fotografarem ao manipularem o tablet enquanto ouviam música. A partir dessa descoberta e dos pedidos por fotos suas ou de suas famílias, propus imprimir uma foto de cada um e dar a eles. Essa proposta era uma tentativa de me movimentar por entre os controles institucionais que me proibiam de fotografá-los e os identificar. Estabeleci, portanto, que não utilizaria a internet, iria imprimir as fotos e entrega-las, cortando outras mediações. Caso desejassem, poderiam entregar suas fotos às famílias nos dias de visitação. Apesar deste acordo estabelecido, até que eu entregasse de fato as fotos a eles, era comum me pedirem que as enviasse a alguma familiar pelo whatsapp *só para verem que tamo bem* ou que localizasse a rede social de algum membro da família e coletasse fotos para lhes entregar, na tentativa de me fazer um vaso comunicante ainda mais dilatado. As solicitações pelo uso da internet e para colocar um chip no tablet eram constantes, ainda que sempre negados, de modo que eram acordos feitos diariamente e sempre tensionados.

Logo após a primeira oficina com o uso do tablet, saí da sala de informática à procura do diretor, para negociar a impressão das fotos: *Isso vai ser um problemão para você, porque eles vão te pedir alguma coisa sempre!*, me disse. Respondi que já havia acordado que seria apenas uma foto para cada um, nem mais nem menos e que não seria um problema. Ele autorizou, mas pediu que eu entregasse as fotos a ele, com o *o núme...*, “O nome?”, *Isso, o nome* do jovem no fundo da foto, de modo que administração pudesse exercer alguma regulação sobre esses objetos. Com as fotos impressas, fui orientada a entregá-las a outro diretor, o qual faria sua distribuição entre os alojamentos. Este não sabia das fotos e ao explica-lo me expressei mal e disse que os jovens haviam me pedido para imprimir uma foto, ao que o diretor reagiu: *Pffrrrr, eles são fogo!* Me corrigi, explicando que havia me oferecido e ele recolheu as fotos, olhando-as e conferindo se todas estavam identificadas. Na semana seguinte, os jovens confirmaram que haviam recebido suas fotos. Assim, as fotografias, como mediadores, operaram regulações institucionais que no mesmo gesto que as autorizaram produziram a gestão dos seus fluxos, sendo meio de agência e de regulação (PADOVANI, 2015).

Desde que foi autorizada a impressão das fotografias, os jovens passaram a criar momentos para fotografarem uns aos outros e combinamos que reservaríamos os 30 minutos finais de uma oficina para isso. Muitas vezes, me perguntavam entre as várias fotos que tiraram qual havia ficado melhor. Com uniformes sem brasão do DEGASE, apenas camisas brancas e bermudas azuis, pareciam alunos em uma sala de aula comum. Eles me perguntavam, com frequência, se eu imprimiria as fotos coloridas, pois a unidade disponibilizava apenas fotos em preto e branco, impressas provavelmente em papel A4 comum. Ficaram animados com a notícia de que receberiam fotos coloridas. Diziam em sua maioria que as entregariam às suas famílias nos dias de visita, para que elas pudessem vê-los à distância e não se esquecessem deles, produzindo sua presença lá fora, forjando continuidades através dos muros da *cadeia* (D’ANGELO, 2021).

Na semana seguinte a escolha das fotos para impressão, Joaquim me perguntou onde estavam as fotografias. Respondi que *não tive tempo* durante a semana para imprimi-las. Quando Ricardo perguntou a mesma coisa, Joaquim prontamente revelou com escárnio *ela não teve tempo*, demarcando as nossas diferentes temporalidades, uma vez que para eles as fotos eram uma urgência, sem tempo para a espera. O tempo trabalhava de modo diferente para nós (DAS, 2020). Na semana posterior, levei as fotos impressas, explicando que ao final da atividade as entregaria a direção e esta as distribuiria entre os *QGs*. Lucas, muito incomodado de não poder levar consigo a foto, insistiu muitas vezes que não fazia sentido o

trajeto da foto (das suas mãos, para as minhas, para a direção e novamente as suas). Foi necessário que o *primeiro mais velho* do grupo intervisse e afirmasse enfaticamente que foi o acordo que eu havia feito com a direção, de modo a encerrar o assunto.

As modalidades de circulação da fotografia no interior da unidade, seus percursos e trajetos operavam uma regulação dos fluxos que era também uma modalidade de governo dos corpos e suas materialidades, operando punições nas esperas produzidas, nos trânsitos sem sentido que minavam a autonomia dos jovens. Era no interior dessas regulações que nos posicionávamos em nossas negociações, com os jovens desejando vasos comunicantes mais abertos e dilatados e a unidade regulando-os, fechando aqui, abrindo ali (GODOI, 2017). A intervenção do *primeiro mais velho* na contenda evidenciava um saber constituído no cotidiano dessas mesmas relações sobre a justa medida da força para não romper o vaso e garantir o fluxo. Da mesma maneira, a direção da unidade quando lhe entreguei as fotografias me explicou que os papéis que havia deixado na semana anterior para os jovens seriam entregues agora. Sua explicação buscava me aliar e conter os ânimos, pois sabia que vetar papéis já previamente autorizados seria intensificar afetos hostis nos jovens que poderiam culminar em eventos disruptivos. Nesse sentido, o que era permitido, quando e como variava também segundo os afetos expressos pelos jovens, de modo que as autorizações materializavam também uma forma de regulação afetiva.

Lucrécio tinha inicialmente uma relação diferente com as fotografias: ele não desejava ser fotografado. Era participante do grupo de quinta-feira, cuja configuração mudou entre nosso terceiro e quinto encontro. No quinto encontro, quando Rogério, colega de alojamento de Lucrécio, iniciou sua participação nas oficinas contei da possibilidade de imprimir uma foto sua. Diante da empolgação do amigo, Lucrécio passou a desejar ter uma foto também. Inicialmente, queria uma foto com Rogério e chegaram a tirar algumas juntos, mas Rogério queria uma apenas sua. Lucrécio nesse momento, tirou algumas *selfs* durante a oficina, apagando-as em seguida. Quando Rogério saiu da unidade (antes do término de nossos encontros), perguntei se Lucrécio ainda queria que sua foto fosse com ele, ao que me respondeu: *vou ficar com foto com o cara? Eu não!* Ri da impossibilidade expressa em sua reação, como se a foto com Rogério fosse expressão de uma relação homoafetiva e provoquei que era só rasgar e ficar só com seu pedaço da foto. Ele arregalou os olhos dizendo, *Rasgar? Que isso, pode não!* Como se isso fosse uma ofensa a Rogério, uma quebra na relação materializada por uma foto rasgada. Assim, as fotos possuíam o potencial de fazer e desfazer laços em sua materialidade, tramando relações (BUMACHAR, 2016).

No sétimo encontro do grupo de quinta-feira, Lucrecio chegou na atividade muito antes dos demais e nesse tempo tirou muitas *selfs* e me pediu que o fotografasse. Ele começou posando com uma expressão séria, fechada, “cara de mau” e aos poucos foi suavizando sua expressão até sorrir para a foto, refletindo em voz alta que mandaria para sua família e, portanto, podia sorrir. A seguir, mudou de ideia, lembrando *não posso ficar de sorrisinho, não, tô preso, não tô feliz*. Todos os jovens estavam sérios nas fotos que escolheram. Como reflete D’Angelo (2021), as fotos tiradas na prisão eram um testemunho da condição em que se vivia, assim, não era possível deixar que a foto apresentasse para o mundo lá fora uma expressão alegre, afinal de contas ela era um registro, uma lembrança e um testemunho, permanecendo no tempo, tendo duração. As fotografias tornavam real a violência do espaço e davam forma a experiência (SONTAG, 2003), materializando os afetos vividos no interior da prisão para os destinatários lá fora. Estes viam nas fotos e na dureza das expressões a corporificação de uma presença, por meio da qual davam seguimento a essa relação separada pelo confinamento, de modo que as fotos faziam lembrar sem jamais deixar esquecer (BUMACHAR, 2016)⁶³.

Ao olhar suas fotos, Lucrecio comentou *a cadeia tá acabando comigo!* Na pista tinha cabelos longos e cacheados na altura dos ombros, luzes e bigode. Na *cadeia* estava com o cabelo raspado, com as entradas da calvície aumentando e imberbe, *Eu era outra pessoa!* Como enfatizam Padovani (2015) e Mallart (2014), a cadeia muda a vida, muda os corpos. A esse respeito, alguns jovens se chocaram ao olharem suas imagens capturadas pela câmera, *mo tempão que eu não me vejo!*, passando um tempo olhando-se na câmera frontal sem se fotografarem. Sem espelhos na unidade, pelo seu potencial pérfuro cortante, a câmera de um tablet produziu uma recuperação da imagem de si perdida no tempo atrás das grades. Fossem manchas que nunca haviam vistos, ganho ou perda de peso, o corte de cabelo recebido no último mês, os jovens ficavam encarando a si mesmos buscando se reconhecerem nesse novo contexto. O tablet aqui funcionava como espelho digital que devolvia a eles a materialidade de seus corpos, oferecendo a possibilidade de atualizarem a imagem que faziam de si mesmos ao incorporarem as modificações que viveram, servindo de testemunho de sua sobrevivência, mostrando o que não podia ser dito.

A câmera, como fotografia ou como espelho, oferecia aos jovens a possibilidade de materializarem o sofrimento vivido na internação, além de dar continuidade a seus corpos

⁶³ Vale destacar também que em um contexto de vigilância contínua, a expressão endurecida nas fotografias era marca de força nos jogos de poder intrainstitucionais, podendo ser também um modo de expressarem aos agentes, direção e mesmo outros internos a força com a qual encaravam a internação.

transformados no tempo e no espaço, sendo testemunho da experiência vivida. Ao mesmo tempo, engendrava suas presenças nos seus contextos familiares, materializando seus corpos em sua ausência. A regulação das fotografias evidenciava também como os mediadores eram produzidos no interior das engrenagens institucionais de modo a serem mecanismos de controle e governo por meio dos quais os afetos e sua materialidade eram geridos no cotidiano da socioeducação.

3.4 Comida de pista: *melhor refeição da cadeia*

Antes da internação, os jovens costumavam *lanchar* mais do que fazer refeições, uma vez que estavam sempre na rua. Seus pratos preferidos, cuja ausência era a mais sentida, eram em geral feitos por uma figura feminina significativa, indicando que por meio da comida se fazia família (PADOVANI, 2015). Nesse sentido, como aponta Thais Duarte (2013) a comida possuía elementos não apenas nutricionais, mas também morais e afetivos, carregados por aqueles que a ingerem. O estrogonofe de camarão da namorada, o de carne da avó ou o peixe da tia eram comidas que vinham acopladas em memórias da vida familiar, com grande valor afetivo. Janet Carsten (2014) propõe que a comida seja, como as fotografias e as cartas, considerada substância que faz relacionalidade, vínculo, que possui temporalidade e ação sobre as relações, produzindo-as e investindo-as de história e projeto de futuro, conectando as pessoas através do tempo e da geografia. Assim, propus para nosso encontro de encerramento um lanche com alguns itens escolhidos pelos jovens. *Pão fresquinho com mortadela, pão quente e bolo de cenoura* eram os alimentos mais recorrentes em suas falas, em que o cheiro do pão fresco atualizava memórias de um passado não tão distante e das relações e rotinas que ele continha.

Para garantir um evento de encerramento com alimentos pouco usuais ao contexto da unidade fui conversando algumas vezes com a direção sobre este dia, organizando tanto a data em que o faria como suas possibilidades de concretização. O diretor com quem costumava fazer as negociações referentes ao grupo, normalmente muito solícito, estaria de férias durante o encerramento. Desse modo, incluí em nossa última pactuação feita no vão da porta de ferro que separava a administração do restante da unidade, o diretor que estaria na unidade durante a atividade de encerramento, de modo a evitar maiores conflitos no dia do evento. Pego de

surpresa ao tentar cruzar a porta, este segundo diretor não teve escapatória a não ser se fazer ciente dos acordos tramados.

De modo geral, as negociações com a administração do CENSE Dom Bosco foram todas feitas de modo informal, com acordos verbais em conversas entrecortadas pela presença de outros atores institucionais. Nesse sentido, a regularidade da minha presença na unidade, a pontualidade e minha adequação às normas institucionais – algumas vezes antes mesmo de que me fosse solicitado, como no caso do celular e da mochila – faziam com que minha atividade transcorresse sem maiores problemas com a unidade e com os seus fluxos cotidianos, permitindo que também as minhas solicitações fossem em sua maioria atendidas. Era nesse quiproquó, na construção de uma certa reciprocidade, que eu fui gestando possibilidades de atuação junto aos jovens e me fazendo vaso comunicante.

O encerramento aconteceu em dois dias distintos, segunda e terça (pois na quinta seria feriado⁶⁴), cada qual com o grupo correspondente de participantes. Na terça-feira, nosso encontro foi regado pela notícia da saída de Lucrécio da unidade duas horas antes da minha chegada, de modo que éramos apenas Romilson e eu (Rogério havia sido liberado umas semanas antes). Na segunda, a atividade se deu com a ausência de Vinícius e a presença dos três jovens mais regulares na oficina (Ricardo, Lucas e Joaquim). Em ambos, o encontro foi leve e divertido, com outras possibilidades de interação. Vale destacar que eu estava sem máscara nessa semana o que foi também um elemento de construção de proximidade e materialização de afeto importante.

Como previ, no primeiro dia de encerramento o agente da portaria ficou desconcertado diante da minha ecobag repleta de alimentos e me pediu que aguardasse pois precisaria da autorização da direção da unidade. Passados poucos minutos, o diretor – que havia sido caçado em seu trânsito institucional anteriormente – apareceu na porta, liberando minha entrada. A seguir, delegou a um agente que estava a caminho do seu café da manhã que me acomodasse em uma sala para a realização da oficina. Havia acordado que faria esta atividade na sala da Defensoria, por ser mais próxima da mesa onde ficam os agentes e da administração, implicando em menos risco diante de tanta variação ao cotidiano alimentar da unidade. No entanto, assim que me acomodei ali e arrumei a mesa com os alimentos, Joaquim chegou acompanhado de um agente que, intrigado minha presença naquela sala, perguntou se eu poderia migrar para a sala multiuso, pois *lá não tem tanto barulho*. Da sala da Defensoria,

⁶⁴ Nos feriados, como nos domingos, não há atividades na unidade, estando presentes na unidade apenas os agentes de plantão e os internos.

era possível ouvir o burburinho dos agentes na mesa, de modo que a sala multiuso oferecia maior privacidade a eles e a nós.

Ao mudarmos de sala, Joaquim levou a Coca-Cola em sua mão, exposta ao olhar de todos com quem cruzamos. Já na sala multiuso, o agente que trouxe os demais jovens para a atividade começou a conferir a Coca-Cola, virando-a de cabeça para baixo repetidas vezes em busca de algum item escondido naquele líquido impenetrável, cujo lacre ele se recusava a romper. Depois dessa conferência, explicou que Coca-Cola não era permitido, apenas refrigerantes transparentes. Mas, naquele dia, abriu uma exceção. Curiosamente, quando fui embora nesse dia, os agentes na mesa me pediram explicitamente que os levasse uma Coca-Cola no dia seguinte, além de demandarem também comida e lanches, *vocês só trazem comida pros adolescentes, e pra gente?* A comida parecia movimentar também afetos por parte dos agentes que nesse pedido indicavam a demanda por uma valorização da relação com eles, imbricando sentidos morais, afetivos e de cuidado ao gesto de levar-lhes comida⁶⁵.

No dia seguinte, levei para os funcionários da unidade (administrativos, agentes e diretores) algumas caixas de chocolates a serem partilhadas entre eles e, também, uma Coca-Cola como solicitado. Ao comunicar isso aos agentes, um deles com quem tinha maior relação disse aos demais *viu?! Eu sabia que ela ia trazer, disse pra vocês!*, em um tom que demonstrava a confiança e a aposta na relação comigo. Como substância (CARSTEN, 2014) a comida agia produzindo formas específicas de socialidade e contratos tácitos institucionais, por meio dos quais eu me movimentava nos meus trânsitos pela instituição. Ao mesmo tempo, essas circulações produziam novas possibilidades de ação e intervenção na unidade socioeducativa e com os jovens, bem como novos compromissos institucionais, sendo uma agência dos alimentos que fazia agir os atores, movimentando e produzindo relações.

No encerramento de segunda-feira os alimentos tiveram um papel central, materializando a relação construída ao longo das dez semanas que passamos juntos. Carregados de memórias afetivas, transportados pelos cheiros e sabores para a *pista*, os jovens estavam com os corpos relaxados, soltos, com expressões leves, sorridentes e falantes. *Melhor refeição da cadeia*. A comida foi substância que permitiu que transitassem para fora, conectando-os com relações externas, com outras corporalidades e prazeres. Ao mesmo tempo, enquanto apreciavam a comida, Ricardo comentou como precisava se atentar a sua

⁶⁵ Essa solicitação dos agentes parecia ser constituída a partir de expectativas generificadas que concebem o ato de nutrir, bem como o preparo e a oferta de alimentos como expressões essencialmente femininas de afeto e cuidado, de modo que também o meu corpo materializava e eliciava afetos específicos no ambiente institucional, sendo regulado em suas disposições afetivas segundo esta mesma gramática generificada. Era no reconhecendo dessas nuances e estados afetivos (STOLER, 2007) que ia me movimentando neste espaço institucional.

alimentação na *interna*, pois *só come e dorme* ali dentro. Esta comida referida por ele possuía apenas um valor nutricional – e as vezes nem isso – pois era esvaziada de sentido afetivo, de relacionalidade, socialidade e vínculo. Ao comer o pão com mortadela, Ricardo se reconectava com os afetos e relações experimentados antes da internação, de modo que a comida agia com temporalidade e geografia (CARSTEN, 2014), aproximando-o de suas pessoas significativas ainda que permanecesse longe delas. Os itens que levei (pão francês, do dia, com queijo e mortadela, salgadinhos, bolo de cenoura e Coca-cola) era itens proibidos nos dias de visitação, de modo que a entrada desses elementos produzia uma fissura no cotidiano, permitindo que vazassem através dela esses afetos, se fazendo linhas de fuga (PADOVANI, 2015).

As comidas eram tão atípicas que os jovens demoraram para comer. Apenas quando eu disse que poderiam se servir, que era para eles, Joaquim foi lentamente abrindo o refrigerante e servindo os copos, servindo um para mim também, de modo a me incluir naquele exercício de comensalidade. Tecíamos fios de pertencimento (FONSECA, 2019) a partir da ingestão de substâncias partilhadas. Conteí que não tomava refrigerante e peguei um salgadinho para comer junto a eles e manter a partilha. Já o bolo, previamente fatiado de modo a dispensar o uso de objetos pérfuro cortantes e evitar conflitos com a instituição, eles me solicitaram que servisse. Percebendo que isso se repetia a cada nova fatia, disse a eles em certo momento que poderiam pegar sem me pedir. Assim, havia também uma certa ritualidade nos modos de interação com a comida e a partir dela foi “possível construir laços, vínculos e experiências coletivas.” (D’ANGELO, 2021, p. 262).

Na terça-feira, a comida fez menos sucesso durante o grupo. Éramos apenas eu e Romilson, uma vez que Lucrécio havia recebido progressão de medida naquele mesmo dia pela manhã e Rogério, umas semanas antes. À tarde, logo após o almoço, era provável que o interesse pelos alimentos salgados fosse menor, de modo que ele comeu apenas o bolo e tomou o refrigerante. Ao final da atividade, quando o diretor foi falar conosco, Romilson perguntou se poderia levar os alimentos para o seu *QG*, de modo a partilhar com seus colegas, aqueles com quem se fazia família no cotidiano da privação de liberdade. O diretor vetou. Levei o que sobrou aos agentes, na mesa em frente ao circuito interno de TV. Coincidentemente Romilson também estava lá, pois aguardava algum atendimento de final de turno. Ao perceber qual seria o destino dos alimentos não consumidos por ele, perguntou se poderia pegar mais uma fatia de bolo. Dei mais duas fatias de bolo para ele e liberei os alimentos na copa para os agentes. Havia uma tensão entre agentes e internos que se materializava nos alimentos e no seu modo de circulação e distribuição, de modo que a

comida não era uma substância necessariamente de valor positivo, podendo também materializar relações tensas e conflituosas (CARSTEN, 2014), participando das engrenagens punitivas, sendo matéria de controle nos espaços de confinamento (D'ANGELO, 2021).

Assim, a comida foi substância que materializou relações de afeto, controle e regulação, com temporalidade e geografia/circuitos próprios. Se por um lado permitiu que os jovens se transportassem para fora da unidade, possibilitando que se movessem temporalmente e geograficamente ainda que permanecendo no aqui e agora, fissurando os muros da prisão; por outro, as diversas negociações, arranjos e permutas com a instituição para que esses alimentos entrassem na unidade, através do uso do meu corpo como vaso comunicante davam novos contornos às regulações e controles institucionais.

*

A partir das músicas, das fotografias e da comida os jovens davam passagem a intensidades e as modulavam, podendo transitar por outros afetos que não o medo e a neurose, produzidos ativamente pelo contexto de privação de liberdade. Era sabendo como circular afetivamente pelos espaços institucionais e como agenciar as substâncias, os atores e os objetos técnicos que os jovens tramavam possibilidades de habitarem a internação. Nesse exercício criavam momentos de escape às regulações estatais dos seus afetos, experimentando outras possibilidades, corporificando outras versões de si mesmos, linhas de fuga clandestinas.

Saber gerir seu sofrimento, sua *baleação* e seus afetos era a possibilidade de sustentar a vida nesse espaço. Espaço que não operava regulações apenas racionais, de regras claras e contornos bem definidos, mas um espaço que produzia incerteza e medo, contágio e risco de desumanização como forma de controlar e regular os corpos que por ali circulavam. A materialização de outros afetos era a possibilidade de dar corpo a intensidades, emoções e sensações anteriores e distantes da própria internação, desvencilhando-se dela para nela habitarem.

3.5 Materializações de uma ética do cuidado

A entrada dos mediadores no CENSE Dom Bosco foi agenciada em alguma medida pelos participantes da oficina. Objetos de uso cotidiano, comuns às suas vidas domésticas diárias, materializavam afetos e produzam relacionalidade e prazer ao mesmo tempo em que lhes revelava a sua realidade de confinamento. Nesse sentido, a agência dos jovens e, também, desses mediadores acontecia sempre na fronteira entre o dentro e o fora, uma vez que na mesma medida em que os mediadores permitiam o contato com a vida externa eram meios de controle e regulação das suas vidas ali dentro. Os mediadores foram suporte para a vida.

Joan Tronto (1993), ao discutir as fronteiras morais do cuidado, chama atenção para o cuidado como uma prática universal de manutenção, continuação e reparação do “nosso” mundo, tomado como uma rede complexa de sustentação da vida. Assim, cuidar é uma preocupação engajada com os processos cotidianos do viver, inscrevendo-se no ordinário, nas minúcias das relações diárias. Por outro lado, o cuidado adquire valor político a partir das relações de desigualdade que o sustentam e que ele denuncia, desigualdade entre quem cuida e quem é cuidado, entre condições de exercício de poder assimétricas. No meu encontro com os jovens, havia uma desigualdade fundamental em nossa relação que era nosso diferente status de liberdade e os diferentes marcadores sociais que permitiam que eu estivesse ali ofertando uma atividade e eles, internados, participando. A proposta das oficinas não era ingênua, pois já considerava a dimensão política do nosso encontro em sua proposição.

Ao construir junto aos participantes a possibilidade de materializar, ainda que por instantes, relações que escapavam aos muros da prisão e a faziam vazar, a própria oficina aparecia como um ponto na rede sociotécnica que se tramava, articulando conexões, permitindo que os jovens fossem ouvidos em suas próprias narrativas e demandas. Em função disso, alinhada com a perspectiva do cuidado em Saúde Coletiva, as oficinas se faziam como um espaço sempre aberto e cujo resultado não podia ser dado de antemão, afinal, era importante tomar os jovens em seus próprios modos de ser, desejar e andar a vida como sujeitos nessa relação (AYRES, 2003; MEHRY, 2002). Assim, a oficina foi tecida como ação cuidadora na tensão entre as demandas dos jovens, meus objetivos de pesquisa e as possibilidades ofertadas pelo contexto. Se tomada como ação em saúde, as oficinas foram uma forma de agir político, que objetivava dar sustentação para os modos de andar a vida dos jovens em privação de liberdade.

Nossa relação era necessariamente assimétrica, no entanto, os jovens forjavam simetrias e modos de reciprocidade, criando um espaço intersubjetivo em que o cuidado se

produzia não como ação unilateral, nem diádica, mas como gesto múltiplo, emaranhado em uma rede sociotécnica que dava infraestrutura e suporte para a vida. Desse modo, ao me solicitarem que levasse as músicas, cuidavam para eventualmente colocar as que eu dizia gostar; partilhavam os alimentos comigo; me pediam que os fotografasse e desmontasse, em nossas interações, as funções fixadas de quem cuida e quem é cuidado. Ao solicitarem folhas coloridas para levarem aos alojamentos, me ofereceram, em troca, um porta-retrato produzido desde esse material. Os internos manejavam sua participação na pesquisa a partir das possibilidades de troca que me ofereciam, fossem elas presença e participação, ou um porta-retrato.

Pinheiro e Guizardi (2006), partindo da noção de dádiva consideram que o cuidado parte de uma relação reciprocada a partir da qual constitui-se o vínculo, espaço intersubjetivo no qual é possível que as ações de cuidado se realizem. Eva Kittay (2020) pontua que nem toda relação assimétrica de cuidado implica em dominação, sendo o princípio de interdependência base para uma ética do cuidado. Desse modo, os jovens criavam condições na posição de receptores e participantes de também agirem, oferecendo sua presença, participação e um porta-retratos como recursos de troca. Era a partir dessa possibilidade de reciprocidade, ainda que desigualmente, que tecíamos uma relação confiança tensa, uma ética do cuidado permeada por desconfianças e *neuroses* próprias aos espaços de confinamento. Confiança essa que foi sendo construída a partir de um cuidado cotidiano para que se engajassem ativamente naquele espaço. Nesse sentido a confiança não anulava as nossas assimetrias, mas permitia que nos encontrássemos desde nossas posições de vulnerabilidade.

Ao longo dos nossos encontros optei por usar uma cartolina como caderno de campo, pois os jovens ficavam muito desconfortáveis e desconfiados com o que eu escrevia no caderno, me pedindo para folheá-lo, interrompendo conversas quando eu começava a fazer anotações, me perguntando quem as veria, quem teria acesso a esse material. Em um espaço de confinamento, em que a vigilância estava inteiramente depositada sobre seus corpos, produzindo exames e registros (FOUCAULT, 2014), optei a partir da terceira semana por coletivizar minhas anotações na cartolina. Isso permitiu que eles acompanhassem em tempo real as minhas anotações e eventualmente as corrigissem, informando que eu havia pulado ou trocado uma palavra dita por eles. Ao trocar com eles sobre minhas anotações e inverter nossas posições de exame criamos a possibilidade de uma relação de reciprocidade, em que o vínculo foi sendo tecido. Nesse sentido, eles me perguntavam muito sobre *a pista, como tá a rua, professora?*, minha vida pessoal e os meus modos de construção de relacionalidade, a partir do meu namoro, das minhas amigas e da família. Conteí a eles em primeira mão sobre

o dia em que minha mãe conheceu meu namorado e eles me contaram, em troca, de quando conheceram suas sogras. Reciprocávamos ainda que em posições desiguais.

O cuidado como relação múltipla e que envolve humanos e não-humanos é uma saída para processos de precarização da vida e uma ação política na medida em que envolve nosso reconhecimento como sujeitos vulneráveis, expõe nossas redes de dependência e denuncia as assimetrias que tornam desigual a sua distribuição. Nesse sentido, o cuidado é simultaneamente moral, técnico e político, sendo uma relação que embora possa ocorrer de modo privado possui efeitos públicos, costurando domínios supostamente apartados, revelando a porosidade entre as esferas e as conexões e associações que percorrem o sistema socioeducativo. Nesse sentido, no espaço violador da privação de liberdade em que lutavam para permanecerem humanos, as oficinas eram uma possibilidade de tramarem outros afetos e de se saberem humanos, bem como de construir uma oferta de cuidado.

Diante disso, podemos considerar que a presença dos mediadores na unidade se constituíram também como materialização de relações de cuidado forjadas entre mim e os jovens por meio das oficinas. Os jovens inventavam nas oficinas e, também em outros espaços institucionais, saídas para a sua situação de sofrimento, articulando redes próprias de infraestrutura e de cuidado, como meio de manutenção e suporte da vida. Nesse sentido, na relação comigo bem como em suas estratégias diárias para manutenção da vida, em que agenciavam outros atores, objetos e artefatos, os jovens “faziam saúde”, num exercício de agência e afetividade tecido desde uma posição de sofrimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao começar a escrever esse texto, eu havia acabado de encerrar as oficinas no CENSE Dom Bosco. Estava tomada pelo medo, sentindo meus ombros tensos, com o sono habitado por pesadelos. Pouco a pouco, fui entendendo que esse medo era matéria própria à instituição e, de alguma maneira, um ponto de partida para minhas análises: foi por meio dele que entrei no espaço institucional. No entanto, o medo não era meu foco de pesquisa, mas sim a vida que se faz com ele, a partir dele e contra ele.

Adriana Vianna (2022) no posfácio do livro de Fábio Mallart (2022) propõe uma escrita contra o horror⁶⁶, mostrando como esta pode ser também uma máquina de guerra, argumento também defendido pelo autor ao escrever contra a prisão. Segundo ela, escrever contra o horror é permitir que algo do horror grude na pele, de modo que a leitura seja sentida e participe do repúdio ao cárcere em todas as suas formas. Esse incômodo incrustado no corpo materializa, diz Adriana, uma violência que parece cruzar a linha da inteligibilidade e nos faz questionar a nossa própria humanidade diante do horror com o qual convivemos tão próximo e temos o privilégio de poder não ver. As unidades socioeducativas são espaços de reclusão que ressoam o aparelho prisional e o CENSE Dom Bosco, sendo sua última fronteira, ressoa e incorpora ao seu cotidiano lógicas punitivas próprias ao sistema penal. Essa dissertação, portanto, toma como ponto de partida a atmosfera de medo que percorre a unidade, que entranha na pele e diante da qual tudo o que queria era me afastar. Apesar disso, não para nele, insiste e segue a agência dos jovens nesse espaço, buscando uma forma de, com o medo, agir contra ele.

Esta pesquisa é sobre como a vida insiste diante do horror, sobre como os jovens fazem para viver em uma unidade de internação socioeducativa. O sofrimento da privação de liberdade não foi sua matéria principal, embora estivesse sempre ali como o plano sobre o qual a vida acontece. Assim, a etnografia apresentada acompanhou os modos como os jovens privados de liberdade refaziam a vida nesse cenário de devastação ao criarem formas de habitar o cotidiano, de agirem em um contexto de subjugação e precariedade. Para isso, agiam

⁶⁶ Vale destacar as importantes contribuições de Michael Taussig sobre escrita e terror, ao refletir sobre o modo como a fabulação sobre o terror, suas histórias faziam parte do empreendimento colonial e, portanto, do exercício do poder político. O autor preocupava-se especialmente com como escrever sobre o terror sem reconduzir o terror; como escrever contra o terror? No âmbito desse trabalho não irei me aprofundar em suas discussões, mas marcar suas contribuições como campo de investigação futura. Para mais, ver: TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**: um estudo sobre o terror e a cura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

coletivamente dando forma a um *nóis é coletivo* e a regras de conduta próprias. Também criavam formas de circularem pelas unidades socioeducativas e saírem dos alojamentos ao mesmo tempo que faziam desse espaço, família. Não pretendi com isso romantizar o cárcere, mas mostrar as diferentes modalidades de agência e incorporação das normas efetuadas pelos internos. Inspirada em Butler (2019), em sua discussão sobre a precariedade, que é a própria condição da luta, uma vez que se luta na precariedade, a partir dela e contra ela, penso que os jovens agem com o medo, a partir dele e contra ele. E é inspirada nos jovens, que esse escrito segue o mesmo caminho.

É nessa direção, contra a precariedade e o medo, que agiam, também, os mediadores, tanto o tablet quanto os alimentos. Ao fazerem entrar as substâncias e artefatos na unidade, os jovens agiam, por meio das relações com outros atores, de modo a fazer a vida vivível na internação. Para tanto, precisavam produzir o fora no interior da privação de liberdade ao mesmo tempo em que se transportavam para fora e atualizavam nesse jogo entre dentro e fora a si mesmos, seus corpos e suas relações, num exercício de manutenção da vida e reparação do mundo. Ao agirem sobre suas relações com outros atores que circulavam pelas unidades, reconheciam as assimetrias nas quais essas relações se constituíam e as acionavam de modo a ampliar sua rede de infraestrutura e produzir cuidado.

Se a origem desta pesquisa foram as formas de “fazer saúde”, o caminho percorrido nesta etnografia seguindo as linhas de vida e agência dos jovens me levou de volta, em alguma medida, a ressoar as preocupações com a saúde, tomada como forma de viver diante do sofrimento. Nesse sentido, a opção pela realização das oficinas, a comparação com os grupos de Saúde Mental e o modo dos jovens me agenciarem como vaso comunicante próximo a sua lida com outros atores institucionais, são um modo de pensar sobre o cuidado em saúde, sobre como fazer saúde em um espaço de privação de liberdade. Mas, também, são um modo de refletir sobre as diferentes modalidades de exercício da etnografia e o modo como pesquisadores incidem ativamente sobre seus campos de pesquisa, não sendo apenas textual o nosso campo de batalha.

Em um trabalho em saúde, como também na etnografia, há um pressuposto de construção de vínculo com nossos interlocutores por meio do qual o trabalho e a relação se tornam possíveis. Um vínculo que, como ligação afetiva, caminha por múltiplas intensidades, mas que tem como base uma ética do cuidado segundo a qual o trabalho se orienta como interdependência, como assimetria sem dominação e como meio de manutenção da vida. Nesse sentido, é no espaço entre, na fronteira entre um eu e um outro que o afeto circula, que o vínculo acontece. Se no tempo em que estive no CENSE Dom Bosco a unidade construía

meu corpo como separado do dos jovens numa história de associações raciais, generificadas e de classe que eram expressão de nossas assimetrias e opressões e se, por vezes em nossa relação, acabávamos por reproduzi-las, era por meio do vínculo que reconhecíamos nossas diferenças e, também, nossas assimetrias. Era afirmando essas diferenças em um espaço entre que a relação se tecia, de modo que a alteridade permitia o diálogo, a relação e o encontro, era abertura de um jogo de linguagem (DAS 2020). Do mesmo modo, era habitando a fronteira entre o dentro e o fora que os jovens davam continuidade à vida.

Assim, as oficinas eram um espaço de construção de uma ética do cuidado, de uma relação que, reconhecendo nossas assimetrias, era feita de vaso comunicante. Os afetos construídos durante o tempo que partilhamos, embora constituídos em uma confiança tensa, entre hostis e de sustentação da vida, eram o meio pelo qual agíamos diante do rumor, da violência e da *neurose*. Eram os afetos que conduziam os jovens no cotidiano institucional, era com afetos produzidos pelo medo que teciam regimes de aliança próprios, regras de conduta e modos de circulação na unidade. Era com os afetos também que atualizavam o fora da *cadeia*, mesmo quando *olham pros lados e só vê grade e funcionário*. E com os afetos mostravam a dor da internação, seja a *baleação*, a desconfiança e a solidão. E com eles materializavam outras vidas (suas também), outros corpos (seus também).

Nesse sentido, se há um fio condutor nesse escrito são os afetos. Afetos tomados como intensidade que faz agir, que circula entre os corpos e que se materializa, que ganha corpo nas paredes, nas comidas, nas fotografias; que faz relacionalidade, *família*, e formas próprias de socialidade, *nóis é coletivo*. Afetos que permitem habitar a fronteira entre o dentro e o fora, possibilitando que os corpos vazem por entre as grades e que memórias, espaços, tempos circulem de lá para cá e de cá para lá. Afetos que atualizam presenças, que produzem espera, na qual é possível agir e por meio da qual o sofrimento aparece. Afetos que mantêm a vida e reparam o mundo, afetos que são meio de construção de uma ética do cuidado.

REFERÊNCIAS

- AHMED, S. *The cultural politics of emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.
- ALEXANDER, M. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ANTUNES, S. *Habitar entre grades: Táticas de vida no cotidiano de uma penitenciária feminina*. Dissertação—Campinas: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2017.
- ANTUNES, S. V. Ressaltos, anestésias e fissuras: Sobre a costura cotidiana de corpos aprisionados. *Mana*, v. 26, n. 2, p. e262202, 2020.
- AYRES, J. R. Cuidado e reconstrução das práticas de saúde. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v. 8, n. 14, p. 73–92, set. 2003.
- BARBOSA, A. R. “Grade de ferro? Corrente de ouro!”: circulação e relações no meio prisional. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 107–129, jun. 2013.
- BARBOSA, A. R. Política e moral nas prisões brasileiras. *Tempo Social*, v. 31, n. 3, p. 121–140, 18 dez. 2019.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 62–63, p. 69–72, 1986.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329–376, jun. 2006.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. , 13 jul. 1990.
- BRASIL, M. DA S. Portaria nº1.082. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI). . 26 maio 2014, Sec. Seção 1.
- BUMACHAR, B. *Nem dentro, nem fora: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo*. Tese—Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2016.
- BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CAMARGO JR., K. R. DE. On health needs: the concept labyrinth. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 6, 21 jun. 2018.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CARNEIRO, R. Antropologia das Emoções: retomando concepções e consolidando campos. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, v. 23, n. 3, p. 647–652, 2013.

CARSTEN, J. A matéria do parentesco. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 6, n. 2, p. 103–118, dez. 2014.

COELHO, M. C. Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. *Mana*, v. 16, n. 2, p. 265–285, out. 2010.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, L. Jovens pobres: o mito da periculosidade. Em: IULIANELLI, J.; FRAGA, P. (Eds.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 19–37.

CUNHA, M. I. Da relação prisão-sociedade: atualização de um balanço. Em: *Do crime e do castigo: temas e debates contemporâneos*. Minho, Portugal: Mundos Sociais, 2015. p. 181–200.

D'ANGELO, L. B. Afetos e(m) conexões: uma cartografia feminista por entre dobras e fronteiras de prisões femininas no Brasil e em Portugal. Tese—Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Centro de Educação e Humanidade, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

DAS, V. La antropología del dolor. Em: ORTEGA, F. A. (Ed.). *Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Colección Lecturas CES. 1. ed ed. Bogotá, Colombia: Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar ; Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas y Económicas ; Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, Centro de Estudios Sociales, 2008.

DAS, V. *Vida e palavra: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DAS, V.; POOLE, D. (EDS.). *Anthropology in the margins of the state*. 1. publ. in India ed. New Delhi: Oxford Univ. Press, 2004.

DAVIS, A. *Estarão as prisões obsoletas?* 1. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2. São Paulo: Editora 34, 2012. v. 3

DÍAZ-BENÍTEZ, M. E.; GADELHA, K.; RANGEL, E. Apresentação do Dossiê “Nojo, humilhação e desprezo: uma antropologia das emoções hostis e da hierarquia social”. *Anuário Antropológico*, v. 46, n. 3, p. 10–29, 20 set. 2021.

DOUGLAS, M. *Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, 1966.

ESCOBAR, A. F. “A gente não faz pelo Estado, faz pelo garoto”: uma etnografia a partir de profissionais técnicas do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. Dissertação—Rio de Janeiro: Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

FASSIN, D. *A sombra do mundo: uma antropologia da condição carcerária*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

- FAVRET-SAADA, J. “Ser afetado”. *Cadernos de Campo* (São Paulo, 1991), v. 13, n. 13, p. 155–161, 30 mar. 2005.
- FONSECA, C. Os emaranhados fios de pertencimento. *Revista Mundaú*, n. 6, p. 18–36, 2019.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *Historia da sexualidade I - a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FRANCO, T. B.; MERHY, E. E. Cartografias do Trabalho e Cuidado em Saúde. *Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva*, p. 151–163, 2012.
- GARLAND, D. *Mass imprisonment: social causes and consequences*. London: SAGE, 2001.
- GODOI, R. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- GOLDMAN, M. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. *Etnográfica*, v. 10, n. 1, p. 161–173, 2006.
- HERNÁNDEZ, J. DE G. *O Adolescente dobrado: cartografia feminista de uma unidade masculina do Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro*. Tese—Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2018.
- HIRATA, D. V. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Doutorado em Sociologia—São Paulo: Universidade de São Paulo, 10 set. 2010.
- KILOMBA, G. *Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. *Social Suffering*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1997.
- LASZCZKOWSKI, M.; REEVES, M. Introduction: affect and the Anthropology of the State. Em: LASZCZKOWSKI, M.; REEVES, M. (Eds.). *Affective States: Entanglements, Suspensions, Suspicions*. Warsaw: Berghahn Books, 2017.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LOWENKRON, L. Gênero, violência e agência: (Des)Construção do tráfico de pessoas a partir do olhar policial no Brasil. *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc*, n. 3, p. 137–149, 2019.
- LOWENKRON, L. *Das marcas que fazem corpos e desfazem crimes: notas etnográficas sobre a gestão do tráfico de pessoas na Polícia Federal brasileira*. no prelo, , 2020.
- LUTZ, C. Antropologia com emoção. *Mana*, v. 18, n. 1, p. 213–224, abr. 2012.

LUTZ, C.; ABU-LUGHOD, L. *Language and the politics of emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

MAHMOOD, S. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnografica*, n. vol. 10 (1), p. 121–158, 1 maio 2006.

MALLART, F. *Cadeias dominadas: dinâmicas de uma instituição em trajetórias de jovens internos*. Dissertação—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

MALLART, F. *Findas linhas: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo*. Tese—São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), 2019.

MALLART, F.; CUNHA, M. I. Introdução: as dobras entre o dentro e o fora. *Tempo Social, revista de sociologia da USP, PUNIÇÃO, PRISÃO E CIDADE: CONTEXTOS TRANSVERSAIS*. v. 31, n. 3, p. 7–15, 2019.

MATTOS, C. No ritmo neurótico: cultura funk e performances ‘proibidas’ em contexto de violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2006.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Arte & Ensaios: revista do ppgav/eba/ufjr*, n. 2, p. 122–151, dez. 2016.

MEHRY, E. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

MENEZES, P. Teorias dos rumores: comparações entre definições e perspectivas. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia, Dossiê Sociologia e Antropologia dos Rumores*. v. 4, n. 12, p. 21–42, 2020.

MILLER, W. I. *The anatomy of disgust*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

NASCIMENTO, M.; CUNHA, F.; VICENTE, L. A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. *Psicologia Política*, v. 14, n. 7, 2008.

NERI, N. Tirando a cadeia dimenor: A experiência da internação e as narrativas de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro. Dissertação—Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2009.

PADOVANI, N. C. *Sobre casos e casamentos: Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. Tese—Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. DA (EDS.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe*, n. 2, 1 fev. 2008.

PRECIADO, P. Lixo e Gênero. Mijar/Cagar. Masculino/Feminino. Select, abr. 2018. Disponível em: <<https://paroledequeer.blogspot.com/2013/09/beatrizpreciado.html>>. Acesso em: 8 nov. 2022

RIO DE JANEIRO (ESTADO). Relatório Temático do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ): Presídios com Nome de Escola: Inspeções e Análises sobre o Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura (MEPCT/RJ), 2017.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). RELATÓRIO ANUAL DO MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO 2018. Rio de Janeiro: Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura (MEPCT/RJ), 2018.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). RELATÓRIO ANUAL DO MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO 2019: RELATÓRIO ANUAL DO MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO 2019. Rio de Janeiro: Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura (MEPCT/RJ), 2019.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). RELATÓRIO ANUAL DO MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO 2020: RELATÓRIO ANUAL DO MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO 2020. Rio de Janeiro: Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura (MEPCT/RJ), 2020a.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). COVID19 no sistema socioeducativo atualizado em 19.07. Rio de Janeiro: Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura (MEPCT/RJ), 2020b.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). RELATÓRIO ANUAL DO MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO 2021: RELATÓRIO ANUAL DO MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO 2021. [s.l.] Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura (MEPCT/RJ), 2021.

RIZZINI, I. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em ideias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. Anais I Congresso Internacional de Pedagogia Social. Anais... Em: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL. São Paulo: 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 1922

SANCHEZ, P. Práticas Grupais e Promoção de Saúde: estratégias, contribuições e desafios. Dissertação—Ribeirão Preto: Pós-Graduação em Saúde na Comunidade, Departamento de Medicina Social, Universidade de São paulo, 2018.

SECCO, A. C. OS GRUPOS DE PROMOÇÃO DE SAÚDE COMO DISPOSITIVOS DE CUIDADO NA ATENÇÃO BÁSICA. Dissertação—Santa Maria, RS: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

SHARMA, A.; GUPTA, A. (EDS.). The anthropology of the state: a reader. Malden, MA ; Oxford: Blackwell Pub, 2006.

- SOLATERRAR, U. Sofrimento Encruzilhado: sobre transformar a dor e botar a cara no sol. , 2020.
- SONTAG, S. Diante da dor dos outros. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SOUZA LIMA, ANTÔNIO CARLOS. Apresentação. Dossiê Fazendo Estado, v. 55, n. 2, p. 559–64, 2012.
- STOLER, A. L. Affective States. Em: NUGENT, D.; VINCENT, J. (Eds.). A Companion to the Anthropology of Politics. Cornwall, England: Blackwell Publishing, 2007.
- TAUSSIG, M. Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- TRONTO, J. Moral boundaries: a political argument for an ethic of care. Nova York: Routledge, Chapman and Hall, Inc., 1993.
- URIARTE, U. M. O que é fazer etnografia para os antropólogos. Ponto Urbe, n. 11, 1 dez. 2012.
- VIANNA, A. O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- VIANNA, A. Tempo, dores e corpos: considerações sobre a “espera” entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. Em: BIRMAN, P. et al. (Eds.). Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- VIANNA, A.; LOWENKRON, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. Cadernos Pagu, DOSSIÊ GÊNERO E ESTADO: FORMAS DE GESTÃO, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES. n. 51, 2017.
- VÍCTORA, C.; COELHO, M. C. A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão. Horizontes Antropológicos, v. 25, n. 54, p. 7–21, ago. 2019.
- VINUTO, J. “O outro lado da moeda”: O trabalho de agentes socioeducativos no estado do Rio de Janeiro. Tese—Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.
- VINUTO, J.; BARBOSA, D.; HERNÁNDEZ, J. DE G. Covid-19 no Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro: trabalho essencial e seus paradoxos na socioeducação. p. 198–229, 31 dez. 2021.
- VINUTO, J.; FRANCO, T. M. “Porque isso aqui, queira ou não, é uma cadeia”: as instituições híbridas de interface com a prisão. Mediações - Revista de Ciências Sociais, v. 24, n. 2, p. 250, 12 ago. 2019.**

APÊNDICE A – Termo de Compromisso Livre e Esclarecido

Olá,

Me chamo Clara da Silva Camatta e quero te convidar para participar da pesquisa de mestrado que estou desenvolvendo. O título da minha pesquisa é: *“Saudável?! Nós tá preso!”: as (im)possibilidades de “fazer saúde” entre adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Rio de Janeiro*. Desejo com ela entender a maneira como você lida com estar privado de liberdade e como isso pode se relacionar com práticas de saúde e de cuidado. Estou construindo essa pesquisa no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), com orientação de Laura Lowenkron e coorientação de Fábio Mallart.

O convite é para que você participe de uma oficina comigo, com duração de 8 encontros de duas horas cada. As oficinas acontecerão aqui na unidade socioeducativa. A ideia é pensarmos juntos sobre o que você entende por saúde e cuidado para daí podermos repensar o modo como fazemos práticas de saúde e cuidado aqui na internação. É possível que isso influencie no modo como as políticas públicas chegam a você, colocando algumas de suas demandas como prioridade. Você foi indicado pela direção e/ou pela equipe técnica por não estar em nenhuma atividade escolar ou socioeducativa no horário das oficinas e estar na unidade há pelo menos oito meses.

Há um risco de exposição por participar desta atividade, pois a estamos realizando dentro da unidade. Para evitar sua exposição, pedi à direção que nos reservasse uma sala para as oficinas, sem a presença de pessoas da equipe técnica ou dos agentes socioeducativos. O conteúdo do que conversarmos aqui não irá para o seu relatório nem para sua avaliação. Não irei compartilhar nossas conversas com os profissionais da unidade socioeducativa, sejam eles da equipe técnica, direção ou agentes socioeducativos. É importante dizer que, se durante nossas conversas aparecer alguma situação que seja uma ameaça contra a vida, apenas ela será encaminhada aos profissionais da instituição, para garantir o acolhimento próprio a estas situações. Durante a realização da oficina, você pode se recusar a participar das atividades propostas para o dia. Também pode desistir, a qualquer momento, da participação na pesquisa, sem qualquer tipo de penalidade, dano ou sanção. Caso ocorra algum dano por ter participado da pesquisa, você poderá buscar indenização conforme as leis vigentes no Brasil. A participação na pesquisa é voluntária e, portanto, não remunerada.

Nossos encontros não serão gravados de modo a reduzir o seu risco de exposição e garantir a sua privacidade. As informações e materiais coletados nas oficinas serão guardados por mim por pelo menos cinco anos. As análises dos materiais serão feitas de modo que você não seja identificado, para garantir seu sigilo e sua proteção. Os resultados da pesquisa também serão divulgados nos meios científicos adequados sem a sua identificação. Entregarei uma cópia dos resultados, sem a sua identificação, para a direção da unidade.

Você ficou com alguma dúvida? Se sim, pode perguntar que te respondo.

Caso deseje maiores informações, pode me procurar no email: camattaclara@gmail.com.

Se você tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você pode entrar em contato ou pedir para seus responsáveis entrarem em contato com a Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire, no telefone abaixo. A Escola de Gestão é responsável por avaliar e autorizar as pesquisas internas ao Departamento Geral de Ações Socioeducativas.

Tel. Da Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire: (21) 2334-6661

E-Mail: esgse.degase@gmail.com

<http://www.degase.rj.gov.br/esgse.asp>

Ou entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IMS/UERJ localizado em Rua São Francisco Xavier 524 – Maracanã, Bloco E, 7º andar – UERJ. Este órgão é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, com vista a reduzir os riscos de exposição dos atores envolvidos na pesquisa.

Tel. CEP IMS//UERJ: (21) 2334-0235 ou (21) 2334-0504

E-mail: cep.ims.uerj@gmail.com

Se você aceitar participar desta pesquisa, por favor, assine/rubrique todas as páginas desse documento e o assine ao final. Ele será entregue a você em duas cópias, sendo uma sua e uma minha e ambos devemos assiná-las.

Rio de Janeiro, _____

Nome:

Telefone:

Pesquisador Responsável:

Clara da Silva Camatta, aluna de mestrado (IMS/UERJ).

E-mail: camattaclara@gmail.com

Telefone: (21) 2334-0235 ou (21) 2334-0504

APÊNDICE B – Termos de Assentimento Livre e Esclarecido

Olá,

Me chamo Clara da Silva Camatta e quero te convidar para participar da pesquisa de mestrado que estou desenvolvendo. O título da minha pesquisa é: *“Saudável?! Nós tá preso!”: as (im)possibilidades de “fazer saúde” entre adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Rio de Janeiro*. Desejo com ela entender a maneira como você lida com estar privado de liberdade e como isso pode se relacionar com práticas de saúde e de cuidado. Estou construindo essa pesquisa no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), com orientação de Laura Lowenkron e coorientação de Fábio Mallart.

O convite é para que você participe de uma oficina comigo, com duração de 8 encontros de duas horas cada. As oficinas acontecerão aqui na unidade socioeducativa. A ideia é pensarmos juntos sobre o que você entende por saúde e cuidado para daí podermos repensar o modo como fazemos práticas de saúde e cuidado aqui na internação. É possível que isso influencie no modo como as políticas públicas chegam a você, colocando algumas de suas demandas como prioridade. Você foi indicado pela direção e/ou pela equipe técnica por não estar em nenhuma atividade escolar ou socioeducativa no horário das oficinas e estar na unidade há pelo menos oito meses.

Há um risco de exposição por participar desta atividade, pois a estamos realizando dentro da unidade. Para evitar sua exposição, pedi à direção que nos reservasse uma sala para as oficinas, sem a presença de pessoas da equipe técnica ou dos agentes socioeducativos. O conteúdo do que conversarmos aqui não irá para o seu relatório nem para sua avaliação. Não irei compartilhar nossas conversas com os profissionais da unidade socioeducativa, sejam eles da equipe técnica, direção ou agentes socioeducativos. É importante dizer que, se durante nossas conversas aparecer alguma situação que seja uma ameaça contra a vida, apenas ela será encaminhada aos profissionais da instituição, para garantir o acolhimento próprio a estas situações. Durante a realização da oficina, você pode se recusar a participar das atividades propostas para o dia. Também pode desistir, a qualquer momento, da participação na pesquisa, sem qualquer tipo de penalidade, dano ou sanção. Caso ocorra algum dano por ter participado da pesquisa, você poderá buscar indenização conforme as leis vigentes no Brasil. A participação na pesquisa é voluntária e, portanto, não remunerada.

Nossos encontros não serão gravados de modo a reduzir o seu risco de exposição e garantir a sua privacidade. As informações e materiais coletados nas oficinas serão guardados por mim por pelo menos cinco anos. As análises dos materiais serão feitas de modo que você não seja identificado, para garantir seu sigilo e sua proteção. Os resultados da pesquisa também serão divulgados nos meios científicos adequados sem a sua identificação. Entregarei uma cópia dos resultados, sem a sua identificação, para a direção da unidade.

Você ficou com alguma dúvida? Se sim, pode perguntar que te respondo.

Caso deseje maiores informações, pode me procurar no email: camattaclara@gmail.com.

Se você tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você pode entrar em contato ou pedir para seus responsáveis entrarem em contato com a Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire, no telefone abaixo. A Escola de Gestão é responsável por avaliar e autorizar as pesquisas internas ao Departamento Geral de Ações Socioeducativas.

Tel. Da Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire: (21) 2334-6661

E-Mail: esgse.degase@gmail.com

<http://www.degase.rj.gov.br/esgse.asp>

Ou entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IMS/UERJ localizado em Rua São Francisco Xavier 524 – Maracanã, Bloco E, 7º andar – UERJ. Este órgão é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, com vista a reduzir os riscos de exposição dos atores envolvidos na pesquisa.

Tel. CEP IMS//UERJ: (21) 2334-0235 ou (21) 2334-0504

E-mail: cep.ims.uerj@gmail.com

Se você aceitar participar desta pesquisa, por favor, assine/rubrique todas as páginas desse documento e o assine ao final. Ele será entregue a você em duas cópias, sendo uma sua e uma minha e ambos devemos assiná-las.

Rio de Janeiro, _____

Nome:

Telefone:

Pesquisador Responsável:

Clara da Silva Camatta, aluna de mestrado (IMS/UERJ).

E-mail: camattaclara@gmail.com

Telefone: (21) 2334-0235 ou (21) 2334-0504

APÊNDICE C – Roteiro das oficinas

1º encontro:

Apresentação da proposta das oficinas, leitura dos TCLE/TALE e dinâmica quebra-gelo (duas verdades e uma mentira).

2º encontro:

Conjunto de tarjetas com palavras relacionadas ao Sistema Socioeducativo a partir das quais pedia que os jovens falassem um pouco mais sobre cada uma, trazendo os sentidos que davam a elas

3º encontro:

Atividade de movimentação pela sala, seguida por desenhos solicitados pelos jovens.

4º encontro:

Associação rápida de palavras, em que cada um de nós elegia uma palavra e todos os demais diziam as primeiras palavras que vinham à cabeça. Após esse aquecimento, jogamos Dica!, um jogo em dupla de charada, em que para descobrir a palavra original, devemos ir fazendo associações para nossa dupla.

5º encontro:

Atividade “O que você faz quando”, que consistia num conjunto de cartas elaboradas por mim com situações do seu cotidiano e que eles deveriam responder completando como agiram em cada situação. Entre as cartas, haviam algumas em branco, nas quais eles me perguntavam o que eu faria em alguma situação escolhida por eles.

6º encontro:

Atividade de contação e construção de história coletiva. A partir de algumas frases disparadoras, cada um deveria dar a sequência da história. Depois que a história estivesse finalizada, tentávamos relembra-la de trás para frente.

7º encontro:

Atividade no computador, a partir da ferramenta Google Maps. Cada um localizava um território de sua escolha, normalmente território com relação afetiva, e caminhávamos por ele através das imagens de satélite.

8º encontro:

Uso de letras de música com disparadores de conversas.

9º encontro:

Avaliação das oficinas

10º encontro

Atividade de encerramento com lanche coletivo.